

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO – PPGCGTI

CRISTIANE SINIMBU SANCHEZ

**COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS
DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA BRASILEIRA:
A ABORDAGEM DO “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” NO CONTEXTO DA
PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO**

CURITIBA
2017

CRISTIANE SINIMBU SANCHEZ

**COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS
DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA BRASILEIRA:
A ABORDAGEM DO “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” NO CONTEXTO DA
PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná, linha 1 – Informação, Conhecimento e Estratégia, como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patricia Zeni Marchiori

CURITIBA
2017

S211 Sanchez, Cristiane Sinimbu

Comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira: a abordagem do "horizonte de informação" no contexto da participação em iniciativas de Governo Aberto / Cristiane Sinimbu Sanchez. – 2017.

145f.: il. (algumas color.); 29 cm.

Orientadora: Patricia Zeni Marchiori.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Defesa: Curitiba, 2017.

1. Comportamento de busca de informação. 2. Horizonte de informação. 3. Participação cidadã. 4. Governo Aberto. 5. Sociedade Civil Organizada. I. Marchiori, Patricia Zeni, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. III. Título.

CDD 025.524



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DA
INFORMAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO DA INFORMAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CRISTIANE SINIMBU SANCHEZ** intitulada: **Comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da sociedade civil organizada brasileira: A abordagem do "Horizonte de informação" no contexto da participação em iniciativas de governo aberto.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Dezembro de 2017.

PATRICIA ZENI MARCHIORI

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

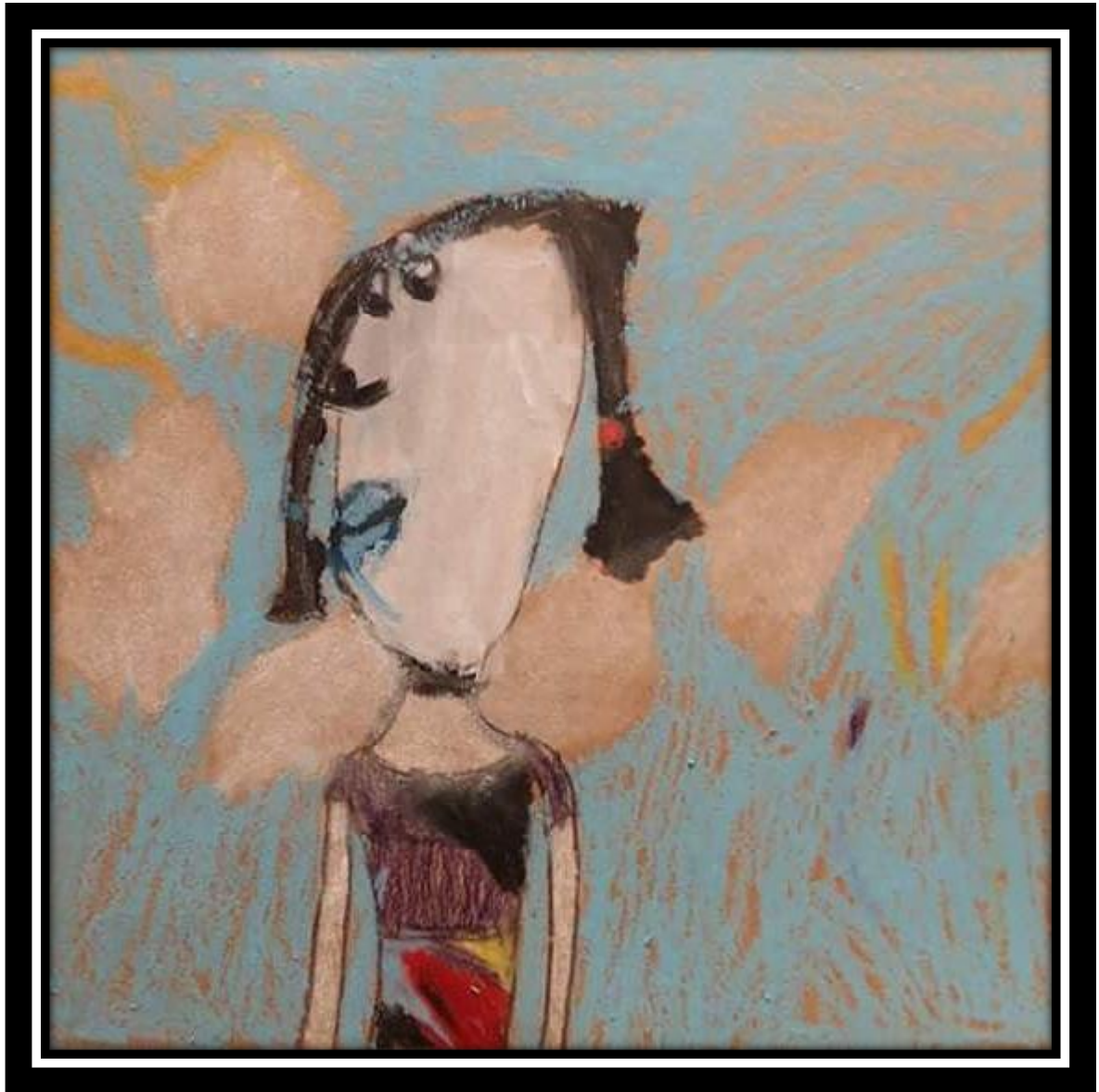
ANDREA VASCONCELOS CARVALHO

Avaliador Externo (UERN)

LEILAH SANTIAGO BUFREM

Avaliador Externo (UFPR)

A banca destaca a excepcional
qualidade do trabalho e recomenda
sua publicação



Ana Luiza Sinimbu Sanchez
Curitiba, junho de 2017

A menina e o céu

Analú, é uma princesa/
Seu castelo é na Rua Fortaleza/
Analú é pura beleza/
Analú, Analú.

À minha cunhantã, **Ana Luiza**, que,
mesmo muitas vezes não querendo,
cedeu momentos preciosos
para que eu pudesse concluir este Mestrado,

Ao meu bem-querer, **Diego**, que me incentivou,
acompanhou, ofereceu um colo e
alívio para os dias difíceis,
dedico.

AGRADECIMENTOS

As teses e dissertações sempre estiveram presentes em minha vida profissional, enquanto bibliotecária, quer para auxílio em normalizações, quer para elaboração de ficha catalográfica. Neste percurso, chamava-me a atenção o elemento pré-textual “Agradecimentos”, pois eu achava “tão informal, tão pessoal”. Hoje, ao passar pelo processo de construção de pesquisador(a) que é a pós-graduação, entendo que este elemento é tão necessário para o bom andamento da pesquisa, quanto o são o Referencial Teórico e os Procedimentos Metodológicos, e deveria ser elemento obrigatório.

Sem a contribuição direta ou indireta e, em alguns casos, a torcida de pessoas, as quais irei nominar (e outras, desculpem-me, corro o risco de esquecer), certamente eu não teria conseguido concluir com êxito este trabalho. Obviamente ainda há um longo caminho a ser percorrido e que o processo teve falhas, mas o percurso até aqui me fez desejar ir adiante e espero contar com essas pessoas especiais novamente.

Agradeço à Profª Dra. Patricia Z. Marchiori por toda a paciência, dedicação e empenho em suas orientações, as quais foram cruciais para que este documento saísse do campo das ideias e se concretizasse. Por compartilhar um pouco de seu conhecimento e acúmulo intelectual, por ouvir minhas angústias e por me “ensinar a pescar”, o meu muito obrigada.

Agradeço à Banca examinadora, nas pessoas da Profª Dra. Leilah Santiago Bufrem e da Profª Dra. Andrea Vasconcelos Carvalho, pelas contribuições e olhar atento que engrandeceram e melhoraram esta pesquisa.

Agradeço ao Cesar Martarello, secretário do Programa, por suportar minha ansiedade quanto aos procedimentos e ritos burocráticos e por, pacientemente, esclarecer as dúvidas que tive, seja por telefone, por *Messenger* ou presencialmente. Também agradeço pela torcida e palavras reconfortantes quando desabafei muitas de minhas inquietações.

Agradeço aos demais professores do Programa, em particular àqueles com os quais tive aula, por compartilhar um pouco de seus conhecimentos conosco. E não poderia deixar de agradecer especialmente à profª Dra. Helena por ter sempre a palavra certa, na hora, local e momento em que mais precisava de motivações e de um “já deu tudo certo, menina”.

Agradeço ao time de colegas do mestrado, escalado pelo universo, pela ajuda e desabafos mútuos, os quais foram imprescindíveis neste processo. Meu muito obrigada à Fabieli, que foi minha irmã de orientação, e me deu dicas e ensinamentos valiosos tanto para a pesquisa, quanto para a vida.

Agradeço imensamente aos entrevistados desta pesquisa que dispuseram tempo, dedicação e empenho nesta “metodologia árdua”, como um deles me disse, e compartilharam de suas experiências, conhecimentos e valiosas práticas e ações. Agradeço também como cidadã brasileira por todo o comprometimento com as iniciativas de Governo Aberto e sou grande fã e entusiasta do trabalho de vocês.

Agradeço aos colegas do Sistema de Bibliotecas da UFPR, particularmente ao Otávio e Ana que me ajudaram na digitalização dos “horizontes de informação” dos agentes sociais. E, sobretudo, aos amigos da Biblioteca de Ciências da Saúde – Sede, que me apoiaram e cobriram minha ausência no trabalho, o meu muito obrigada.

Agradeço de maneira especial à minha família, a que está perto e a que está longe (pais, irmãos, sogros, cunhados e cunhadas), e aos amigos que compreenderam a minha ausência em festas de aniversário e outras comemorações e, assim, contribuíram direta ou indiretamente para a consecução deste trabalho. Agradeço principalmente à minha mãe, Francinalva, que foi uma voz constante em minha consciência, sempre dizendo para eu me empenhar e buscar fazer o meu melhor para conseguir conquistar meus objetivos.

Meu agradecimento particular à amiga-irmã que este mestrado me deu, Flavia, por todo o companheirismo, resiliência, paciência e carinho que dedicou à mim e à minha família; que foi o ombro amigo quando mais precisei, foi a companhia ideal para os trabalhos, atividades do curso, representação discente no Colegiado do Programa e nos eventos (principalmente os não científicos, quando nos demos ao luxo de ir). Você, Flávia, é um dos presentes que o universo me deu e a parceria será para além da pesquisa, será para a vida.

Ao meu esposo Diego e à minha filha Ana Luiza por terem aturado minha ausência, minhas inconstâncias, minha ansiedade, minhas frustrações (sim, tive algumas), pelo apoio incondicional, por se alegrarem comigo quando as conquistas e realizações vieram, por essas e outras razões que só vocês dois, convivendo diariamente comigo, puderam viver, compreender, aprender, respeitar e apoiar, o meu muitíssimo obrigada. Amo Vocês.

RESUMO

As iniciativas de Governo Aberto (GA) têm nas premissas transparência, colaboração e inovação, controle social e participação, fortes elementos que fundamentam o aprimoramento da gestão democrática para o combate à corrupção. A Sociedade Civil Organizada (SCO), por meio de seus agentes sociais, tem desenvolvido ações e práticas que oportunizam a inclusão do cidadão na tomada de decisão no contexto das políticas públicas. O acesso à informação e o empoderamento das pessoas têm favorecido o pleno exercício da democracia e participação cidadã. Neste cenário, a informação passa a ser recurso importante para a manutenção das premissas e compromissos no contexto das iniciativas de GA. Este trabalho busca responder como se comportam os agentes sociais em suas buscas de informação para orientar a elaboração de produtos e serviços para oportunizar a participação cidadã em iniciativas de GA. Considera as condições da participação e busca responder, ainda, que relações podem ser identificadas entre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais e os degraus da “Escada de Participação”, propostos por Arnstein (1969). Tem o objetivo geral de analisar as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da SCO brasileira e sua relação com os degraus da “Escada de Participação”. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental para levantamento do referencial teórico e descrição das entidades. Adota, ainda, a pesquisa de campo, por meio de entrevistas com quatorze agentes sociais, tendo como opção metodológica a abordagem do “horizonte de informação”, proposto por Sonnenwald (1999) e Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001), utilizando-se as técnicas da representação gráfica, do *think-aloud* e do incidente crítico para analisar as necessidades, recursos de informação e percepção dos agentes sociais, identificando as preferências, principais barreiras e ordem de consulta/utilização dos recursos de informação. Dados orçamentários aparecem como a principal necessidade de informação, assim como os portais governamentais e especialistas no assunto aparecem como os recursos de informação mais acessados/consultados pelos agentes sociais, tendo a Internet como ferramenta indispensável à recuperação de informação. Surgem como dificuldades para o processo de busca: o formato, a linguagem e a apresentação dos dados, o que faz com que os agentes sociais atuem na resolução destes problemas, elaborando ferramentas e capacitando os cidadãos para o acesso, a recuperação, o tratamento e o uso das informações demandadas. Identificam-se relações entre o comportamento de busca de informação dos agentes e os degraus da Escada de Participação, quando observadas as formas de participação e o impacto destas na tomada de decisão governamental. Conclui-se que o acesso à informação, por meio de canais e recursos de informação consolidados, possibilita a participação em iniciativas de Governo Aberto e, ao buscar fortalecer tais iniciativas, tem-se a possibilidade de a sociedade como um todo alcançar os estágios mais altos da Escada de Participação.

Palavras-chave: Comportamento de busca de informação. Horizonte de informação. Governo Aberto. Participação popular.

ABSTRACT

Open Government (OG) initiatives are based on transparency, collaboration and innovation, accountability and civic participation, which are strong elements for the improvement of democratic management and the fight against corruption. Through social agents, Civil Society has developed actions and practices that allow the inclusion of citizens in decision-making in the context of public policies. Access to information and people empowerment have enabled the full exercise of democracy and citizen participation. In this scenario, information becomes an important resource for maintaining premises and commitments in the context of OG initiatives. This research seeks to answer how social agents behave in their information-seeking process to guide the elaboration of products and services to provide citizen participation in OG initiatives. Considering the conditions of participation, the research also seeks to answer which relations can be identified between the information-seeking behavior of the social agents and the steps of the "Ladder of Participation", proposed by Arnstein (1969). For this purpose, the general goal is to analyze the characteristics of the Information-seeking behavior of the social agents of the entities of the Brazilian Civil Society and its relationship with the steps of the "Ladder of Participation". It is a qualitative and exploratory study that uses bibliographical and documental research to support the theoretical reference and description of the entities. A field research through interviews with fourteen social agents was also carried out, using the "information horizon" approach, proposed by Sonnenwald (1999) and Sonnenwald, Wildemuth and Harmon (2001) as a methodological option. This approach uses techniques of graphic representation, think-aloud and critical incident to verify the needs, information resources and perception of the social agents, as well as it identifies their preferences, main obstacles and how they use/consult their information resources. Budgetary data appear as the main need for information, just as government portals and experts appear as the most accessed/consulted information resources by the social agents, with the Internet as an indispensable tool for information retrieval. The format, language and presentation of the data appear as difficulties for the searching process, which lead the social agents to act in solving these problems, developing tools and empowering citizens to access, retrieve, process and use the information demanded. Observing the forms of participation and their impact on government decision-making, it was possible to identify relationships between social agents' information-seeking behavior and Stages of the Ladder of Participation. It was concluded that access to information, through consolidated channels and information resources enables participation in Open Government initiatives and, and it is possible that by strengthening such initiatives, the whole society could progress to higher stages of the Ladder of Participation.

Keywords: Information-seeking behavior. Information horizon. Open Government. Popular participation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	MODELO CONCEITUAL DE GOVERNO ABERTO NO ESTUDO DE VELJKOVIĆ; BOGDANOVIĆ-DINIĆ; STOIMENOV, 2014	29
FIGURA 2 –	ESCADA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PROPOSTA POR ARNSTEIN (1969)	32
FIGURA 3 –	REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE CONTEXTO, SITUAÇÕES E REDES SOCIAIS NO ESTUDO DE SONNENWALD (1999)	46
FIGURA 4 –	HORIZONTES DE INFORMAÇÃO DE DOIS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001	51
FIGURA 5 –	MATRIZ ILUSTRANDO A ORDEM DE PREFERÊNCIA POR RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001	52
FIGURA 6 –	REDE DE RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001	53
FIGURA 7 –	“HORIZONTE DE FONTE DE INFORMAÇÃO” E AS ZONAS DE PREFERÊNCIAS DE ORIGEM.....	55
FIGURA 8 –	HORIZONTE DE INFORMAÇÃO DA FUNÇÃO “ENSINO ACADÊMICO” IDENTIFICADO POR HUVILA (2009).....	56
FIGURA 9 –	HORIZONTE DE INFORMAÇÃO DA FUNÇÃO “ARQUEOLOGIA DE CAMPO IDENTIFICADO POR HUVILA (2009)	57
FIGURA 10 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 8	90
FIGURA 11 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 5	95
FIGURA 12 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 3 EM COMPARAÇÃO AO AGENTE SOCIAL 12, CONFORME SEGMENTO REPRESENTADO PELAS ENTIDADES ÀS QUAIS ESTÃO VINCULADOS	97
FIGURA 13 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 2 EM COMPARAÇÃO AO DO AGENTE SOCIAL 5	100
FIGURA 14 –	ORDEM DE CONSULTA/UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE	

	INFORMAÇÃO DO AGENTE SOCIAL 2 EM COMPARAÇÃO AO AGENTE SOCIAL 5	101
FIGURA 15 –	PREFERÊNCIAS SEGUNDO A ORDEM DE CONSULTA/UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS.....	104
FIGURA 16 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 6	105
FIGURA 17 –	“HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 7	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PANORAMA INTERNACIONAL DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	26
QUADRO 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE PRÉ-ESTABELECIDAS, QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA E PONTOS PARA ANÁLISE	66
QUADRO 3 – UNIDADES DE SENTIDO PRÉ-ESTABELECIDAS NA LITERATURA	68
QUADRO 4 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO	69
QUADRO 5 – BLOCO 1: NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS POR DADOS ORÇAMENTÁRIOS E PROJETOS/AÇÕES RESULTANTES	93
QUADRO 6 – BLOCO 2: NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS POR POLÍTICAS E PLANOS DE GOVERNO ABERTO E PROJETOS/AÇÕES RESULTANTES	94
QUADRO 7 – DISTINTAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO E PRODUTOS/AÇÕES RESULTANTES	96
QUADRO 8 – RELAÇÕES ENTRE A FORMA DE PARTICIPAÇÃO E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MATRIZ DE ORDEM DE PREFERÊNCIA PELOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO.....	102
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR	- Cadastro Ambiental Rural
CF	- Constituição Federal
CGU	- Controladoria-Geral da União
CI	- Ciência da Informação
CIGA	- Comitê Interministerial Governo Aberto
COLAB	- Colaboratório de Desenvolvimento e Participação
COLAB/USP	- Colaboratório de Desenvolvimento e Participação/ Universidade de São Paulo
ENCLLA	- Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
EUA	- Estados Unidos da América
FOIA	- Freedom of Information Act
GA	- Governo Aberto
HI	- Horizonte de Informação
IMAFLOA	- Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INESC	- Instituto de Estudos Socioeconômicos
LAI	- Lei de Acesso à Informação
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGP	- Open Government Partnership
OKBR	- Open Knowledge Foundation Brasil
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSB	- Observatório Social do Brasil / Observatório Social de Brasília
REA	- Recursos Educacionais Abertos
RETPS	- Rede pela Transparência e Participação Social
SCO	- Sociedade Civil Organizada
TICs	- Tecnologias de Informação e Comunicação
UGT	- União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	GOVERNO ABERTO: ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E PREMISSAS	25
2.2	PARTICIPAÇÃO POPULAR: ELEMENTOS PARA CONCEITUAÇÃO E CONDICIONANTES PARA SUA EFETIVAÇÃO	31
2.3	A ESCADA DE PARTICIPAÇÃO DE ARNSTEIN NO CONTEXTO DAS INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO: ESTUDOS POSTERIORES E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	36
2.4	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUAÇÃO	38
2.5	COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO: PANORAMA DAS CONCEITUAÇÕES PERTINENTES À PESQUISA	41
2.6	A ABORDAGEM DO “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO”: CONTEXTO DE FORMULAÇÃO E PRINCIPAIS PREMISSAS	45
3	PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	70
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO GOVERNO ABERTO	70
4.1.1	Colaboratório de Desenvolvimento e Participação	72
4.1.2	Instituto de Estudos Socioeconômicos	74
4.1.3	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola	77
4.1.4	Observatório Social de Brasília	80
4.1.5	Open Knowledge Foundation Brasil	82
4.1.6	Rede pela Transparência e Participação Social	84
4.1.7	União Geral dos Trabalhadores	86
4.2	COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS	88
4.2.1	Necessidade de informação	92
4.2.2	Recursos de Informação	98
4.2.3	Percepção do usuário de informação	106

4.3	RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE O COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA	127
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	129
	ANEXO A – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 1	132
	ANEXO B – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 2	133
	ANEXO C – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 3	134
	ANEXO D – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 4	135
	ANEXO E – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 5	136
	ANEXO F – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 6	137
	ANEXO G – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 7	138
	ANEXO H – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 8	139
	ANEXO I – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 9	140
	ANEXO J – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 10 ..	141
	ANEXO K – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 11 ..	142
	ANEXO L – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 12 ..	143
	ANEXO M – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 13 ..	144
	ANEXO N – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 14 ..	145

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem passando por transformações em suas formas de organização do Estado, tanto política, social, como economicamente, o que demanda por ações de controle social e mecanismos que possibilitem a transparência e combate à corrupção para convivência e interação das relações entre Governo e população.

Desde a década de 1950, são identificadas iniciativas voltadas para abertura dos governos democráticos vislumbrando a transparência na gestão governamental (BRITO *et al.*, 2014; YU; ROBINSON, 2012). Bellix, Guimarães e Machado (2016) apontam que as primeiras iniciativas de abertura dos governos surgiram com o estabelecimento de dispositivos legais que garantiram a liberdade de imprensa (caso da Suécia, em 1776) e a liberdade de acesso à informação (tendo o *Freedom of Information Act*, em 1966 nos Estados Unidos, como exemplo). Neste contexto, tanto o cidadão comum, quanto a sociedade civil organizada, passaram a promover ações de combate à corrupção. Da mesma forma, cresceu o movimento voltado a gestões mais participativas, centradas na transparência e participação popular, na disponibilização de informações sobre gastos, e nas políticas públicas que possibilitem ao cidadão o controle e monitoramento da gestão (BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016).

No Brasil, a criação de dispositivos legais e outros mecanismos são reconhecidos como iniciativas de abertura do governo e gestões mais transparentes, dos quais se pode citar: a) a promulgação da Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal; b) o lançamento do Portal da Transparência do Governo Federal, uma iniciativa da antiga Controladoria-Geral da União (CGU), lançada em novembro de 2004, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos; c) a publicação do Decreto nº 5.450, em 2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços; d) a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011 (NEVES, 2013).

Como exemplo mais recente destas transformações na gestão governamental, em setembro de 2011, tem-se a fundação da *Open Government Partnership (OGP)*¹, nascida com o intuito de promover uma parceria voltada ao

¹ <https://www.opengovpartnership.org/about/about-ogp>. Acesso em: 3 jun. 2017.

comprometimento com políticas de transparência, empoderamento do cidadão, combate à corrupção e desenvolvimento de novas tecnologias para a governança. Na Declaração de Governo Aberto (*Open Government Declaration*)², os oito países fundadores, entre eles o Brasil, assim como os signatários posteriores, reconhecem as exigências dos cidadãos por mais participação e aberturas nos governos; declaram estar cientes de que estão em diferentes estágios e esforços para alavancar esta abertura; e defendem que a participação popular possibilita a melhoria tanto nos serviços, quanto na gestão dos recursos públicos e na inovação. Os países signatários da Declaração de Governo Aberto, comprometem-se a:

[...] **aumentar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais**, possibilitando o acesso às informações em qualquer nível; **apoiar a participação civil** valorizando a participação, sem discriminação, na elaboração de políticas; **implementar altos padrões de integridade profissional nas gestões**, reconhecendo que os agentes públicos são fundamentais no processo de transparência governamental; e **melhorar o acesso a novas tecnologias para abertura e responsabilidade governamental**, desenvolvendo tecnologias que possibilitem o compartilhamento de informações, participação pública e colaboração cidadã. (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011, tradução nossa, grifos nossos).

Os oito países fundadores se comprometeram, também, a compartilhar modelos e melhores práticas em governo aberto, de modo a contribuir para uma cultura global de empoderamento do cidadão e participação popular (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011).

Estes compromissos e ações encontram respaldo nas expectativas dos cidadãos por governos mais abertos e transparentes, bem como nas demandas da sociedade por mais participação, controle e possibilidades de construção de políticas públicas, uma vez que a disponibilização de dados abertos fortalece a governança e a confiança nas instituições públicas. Desde 2011, até o ano de 2016, o movimento tem se fortalecido, passando de oito países iniciais, para setenta países signatários da Declaração de Governo Aberto, dando enfoque à participação da sociedade civil organizada (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011).

O acesso à informação constitui importante pilar do Governo Aberto, o que oportuniza a coleta de dados; o processamento da informação e o uso desta para o controle social; a responsabilização dos governos e colaboração para inovação. O

² <https://www.opengovpartnership.org/open-government-declaration>. Acesso em: 3 jun. 2017.

acesso à informação pública é um direito assegurado por diversos dispositivos legais, previsto no âmbito das parcerias, acordos e convenções internacionais. No caso do Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1998, em seu art. 5º, que trata dos direitos fundamentais do cidadão, estipula que toda pessoa deve e pode receber informações em poder do Estado, sobre qualquer assunto, o que faz do acesso à informação uma premissa essencial para as diretrizes do Governo Aberto, voltadas ao aprimoramento da gestão governamental, tornando-a mais democrática e transparente (BRASIL, 1988; MARTINS, 2011).

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) apontam que o empoderamento das pessoas para o acesso, busca, recuperação e uso da informação, que compreende a competência informacional e midiática, passou a ser pré-requisito para o acesso equitativo e crítico à informação e ao conhecimento, proporcionando o pleno exercício da democracia e participação cidadã (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 214).

Outro pilar importante no contexto das iniciativas de Governo Aberto é a participação. Para Rowe e Frewer (2005), o conceito de participação envolve múltiplas interpretações, podendo compreender desde o envolvimento em alguma atividade, promovida ou não por entidade pública; o envolvimento em grupos; até a organização de uma agenda de trabalho para a tomada de decisão em organizações que afete os próprios cidadãos participantes (ROWE; FREWER, 2005).

Heredia, Bezerra e Palmeira (2015) tratam a participação popular sob diversos aspectos e diferentes perspectivas, destacando que, em razão de sua efetiva institucionalização e/ou formas de organização, o conceito pode abarcar desde espaços de fala garantidos à população, perpassando por espaços de escuta por parte dos gestores públicos, até ao acesso efetivo a informações governamentais e nas discussões das prioridades dos governos.

Em 1969, Sherry R. Arnstein propôs um desenho representativo onde aparecem oito degraus e três estágios de distribuição do poder de tomada de decisão, descrevendo uma “escada”, que simboliza os níveis de participação cívica existentes em qualquer estrutura política, social ou econômica. Estes degraus relacionam a participação com a distribuição do poder de tomada de decisão, sendo o primeiro deles identificado como um estágio de “Não participação”, no qual as pessoas não participam efetivamente do planejamento ou da realização de programas, mas os detentores do poder estabelecem alguns espaços – audiências, reuniões comunitárias

etc. – e se utilizam destes para simular um tipo de participação. O segundo estágio foi denominado “*tokenismo*” ou “esforços simbólicos de participação”, no qual os cidadãos podem ouvir e serem ouvidos, sem contudo, obter o poder de assegurar que seus pontos de vista serão atendidos pelos detentores de poder. Quando a participação é restrita a esses níveis, não há acompanhamento e, portanto, não há garantia de se mudar o *status quo*. O estágio superior a este foi denominado de “Poder do cidadão” que, segundo Arnstein, inclui a tomada de decisão, a qual permite ao cidadão negociar com detentores de poder tradicionais a possibilidade de tomada de decisão e, assim, podem atingir pleno poder gerencial (ARNSTEIN, 1969). O modelo de Arnstein possibilita verificar as condições que permitem ao cidadão abandonar a passividade e conquistar uma participação ativa na tomada de decisão e, efetivamente, colaborar com a gestão governamental.

No contexto do Governo Aberto, ações e possibilidades para a participação da sociedade, no que tange à elaboração de políticas embasadas em dados e informações públicas (governamentais ou não), têm-se destacado como um dos fatores de transformações sociais. Relatórios emitidos pelas organizações e instituições que acompanham as iniciativas de Governo Aberto, políticas de dados abertos e acesso à informação, ilustram este cenário de participação popular (FOTI, [2014]).

No Brasil, algumas entidades da Sociedade Civil Organizada (SCO), preocupadas e interessadas na implementação do Governo Aberto, desenvolvem ações que visam promover a participação popular. No ano de 2015, sete entidades foram selecionadas para compor o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para assessoramento em Governo Aberto no Brasil.

O GT foi criado pela Resolução Nº 1/2014³ e o processo seletivo das entidades foi regido pelo Edital Nº 1/2015⁴, no qual as próprias entidades da sociedade civil escolheram seus representantes para atuarem na elaboração do Plano de Ação

³ BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *RESOLUÇÃO Nº 1*, de 18 de novembro de 2014. Institui Grupo de Trabalho temático da sociedade civil para assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/resolucao-institui-gt-ge-ciga-2014.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

⁴ BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. EDITAL N. 1/2015. Seleção de entidades civis para participarem de grupo de trabalho temático voltado para o assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto - biênio 2015-2017. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 2015. Seção 3, n. 166, p. 2-3.

Nacional para Governo Aberto no Brasil, em sua terceira edição. São elas: a) Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (COLAB/USP); b) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); c) Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA); d) Observatório Social de Brasília (OSB); e) Open Knowledge Foundation Brasil (OKBR); f) Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS); e g) União Geral dos Trabalhadores (UGT). Nesta pesquisa, os agentes destas entidades, representantes da SCO nas iniciativas de Governo Aberto, são entendidos como aqueles indivíduos que buscam informação para orientar a elaboração de produtos e serviços com o objetivo de oportunizar a participação cidadã na tomada de decisão em políticas públicas, sendo sujeitos diretos desta investigação e denominados como **agentes sociais**.

Neste contexto, os processos que permeiam o tratamento, o acesso e o uso da informação, ganham destaque para os agentes sociais envolvidos em ações, práticas e projetos que visam oportunizar a participação em iniciativas de Governo Aberto, pois a informação se configura como subsídio importante para o controle social e a participação cidadã.

A Ciência da Informação (CI), ao longo dos anos, preocupa-se, entre outros aspectos, em buscar compreender de que forma ocorre a interação humana com a informação, sendo o “comportamento de busca de informação” uma de suas vertentes. Autores como Gibson, 1979; Dervin, 1983; Kuhlthau, 1993; Belkin, 1993; Wilson, 1996; e Igwersen, 1996⁵ explicam e apresentam modelos de processos, fluxos e fontes de informação e, ainda, apontam as barreiras, contextos, situações e relacionamentos pelos quais as pessoas passam para responder às suas necessidades informacionais.

As origens dos estudos sobre “comportamento de busca de informação” remontam aos trabalhos sobre os usuários de bibliotecas e em estudos de leitores em geral. O aumento de literatura científica no pós-guerra levou, em 1948, à realização da *Royal Society Scientific Information Conference* (1948), que marca o início do estudo moderno do “comportamento de busca de informação” (WILSON, 2000; HERNÁNDEZ SALAZAR *et al.*, 2007; BATES, 2010). Na sua gênese, os estudos eram voltados à compreensão sobre a forma em que se dava o uso da informação em

⁵ Autores citados e comentados no estudo de Sonnenwald (1999), no qual a autora apresenta um *framework* conceitual de Comportamento Humano da Informação/ *Human Information Behaviour*.

relação ao trabalho e, particularmente, como as pessoas a utilizavam na ciência e na tecnologia (WILSON, 2000).

Hernández Salazar *et al.* (2007) apontam que o “comportamento de busca de informação” se concentra nas atividades do indivíduo, as quais respondem às tendências do ambiente no qual está inserido e que representam suas necessidades de informação. Assim, as operações que o indivíduo desempenha, ou seja, o seu “comportamento”, são essenciais para as mudanças atitudinais em resposta às transformações ambientais, considerando como um indivíduo aprende a produzir respostas que lhe permitem adaptar-se ao seu ambiente (HERNÁNDES SALAZAR, 2007).

No contexto das iniciativas de Governo Aberto, o desenvolvimento de ações voltadas ao controle das contas públicas e à diminuição da corrupção e, potencialmente, ao cumprimento dos objetivos de estimular a sociedade a participar ativamente na gestão governamental democrática, podem se apoiar na identificação e verificação dos tipos de dados e informações disponibilizados pelo Governo; na descoberta dos contextos em que se dão a busca por informação; e na forma com que se constroem os relacionamentos com e entre os recursos de informação disponíveis.

Neste cenário, tem-se como questão problema de pesquisa: **como se comportam os agentes sociais em suas buscas de informação para oportunizar a participação cidadã em iniciativas de Governo Aberto?** Paralelamente, considerando-se as condições de participação destes agentes, foi elaborada uma segunda questão problema de pesquisa, a saber: **que relações podem ser identificadas entre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais e os degraus da Escada de Participação propostos por Arnstein (1969)?**

Na discussão específica do comportamento de busca de informação, os estudos de Sonnenwald (1999) e Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001) propuseram a existência de um “horizonte de informação”, entendido como a atuação do indivíduo frente ao contexto de busca e recuperação de informação para resolver um problema informacional. Ou seja, é possível identificar as relações que o indivíduo estabelece com e entre as fontes de informação para se posicionar dentro de determinado contexto ou conjunto de situações em busca da resolução de uma questão. A proposta inicial do “horizonte de informação” se deu a partir de um estudo de caso com onze universitários de baixa renda, inscritos em um curso de graduação, com estudos de Biologia molecular avançada, os quais também faziam parte de um

programa de tutoria eletrônica. A partir de entrevistas e desenhos feitos pelos universitários, foi possível visualizar a representação gráfica das fontes e recursos de informação, bem como suas preferências e as inter-relações que os estudantes utilizaram para responder a uma necessidade informacional (SONNENWALD, 1999; SONNENWALD, WILDEMUTH, HARMON, 2001).

Outros estudos empregaram o “horizonte de informação”, tanto na coleta de dados, quanto na posterior análise do espaço de recursos de informação percebidos pelos usuários em suas buscas por informação (SAVOLAINEN; KARI, 2004; SAVOLAINEN, 2008; HUVILA, 2009).

Ao se assumir a proposta do “horizonte de informação” (SONNENWALD, 1999; SONNENWALD, WILDEMUTH, HARMON, 2001) no contexto da participação em iniciativas de Governo Aberto, o objetivo geral desta investigação é “analisar as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira, no contexto da participação em iniciativas de Governo Aberto, e sua relação com os degraus da “Escada de Participação”.

Para tal, a pesquisa adota os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever as entidades da sociedade civil organizada brasileira que atuam no âmbito da Parceria para Governo Aberto, identificando seus objetivos, práticas, ações e principais projetos desenvolvidos para oportunizar a participação no contexto do Governo Aberto;
- b) explorar os aspectos do comportamento de busca de informação, sob o enfoque do “horizonte de informação”, descrevendo os principais conceitos envolvidos no contexto de sua proposição;
- c) discutir a Participação e seus elementos caracterizadores no contexto das iniciativas de Governo Aberto sob o enfoque da Escada de Participação de Arnstein.

Ao se considerarem os objetivos propostos, esta pesquisa se justifica uma vez que o movimento em prol da abertura dos governos se configura como um mecanismo para combater a corrupção, tornar os governos mais transparentes e promover a participação popular na gestão pública e tem demonstrado sua relevância para a sociedade. As diversas iniciativas de Governos Aberto e, mais recentemente, a criação da *OGP*, bem como a elaboração de agendas globais para promoção da

participação social e disponibilização de dados abertos e informação governamental, são exemplos da importância deste movimento. Neste sentido, analisar o comportamento de busca de informação dos agentes sociais e de que forma isto poderia orientar a participação destes no contexto das iniciativas de Governo Aberto, pode colaborar para a melhoria da atuação das Entidades da Sociedade Civil Organizada Brasileira para o alcance de seus objetivos, tais como a promoção da participação dos cidadãos na gestão pública.

O movimento para estabelecer um Governo Aberto também compreende o aspecto de negociação das decisões políticas para ampliação do diálogo com a sociedade para a promoção da transparência e do acesso à informação. No Brasil existem dispositivos legais que preveem o acesso à informação como direito fundamental, dos quais se destaca a Lei nº 12.527/2011, conhecida como LAI (Lei de Acesso à Informação), a qual regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. A partir da promulgação da LAI, foram criados mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o acesso a informações públicas dos órgãos e entidades. Neste sentido, estudos e pesquisas que buscam, de alguma forma, discutir a aplicação de tais dispositivos legais encontram amparo e justificativa.

No campo da Ciência da Informação, os estudos que buscam testar metodologias, abordagens e conceitos, podem contribuir para a ampliação do entendimento do objeto de estudo desta Ciência. Nesta perspectiva, e tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa, a aplicação das técnicas de coleta de dados por meio do mapeamento do “horizonte de informação” pode oferecer subsídios de validação desta como instrumento de análise do comportamento de busca de informação dentro de novos contextos, além dos já apresentados na literatura consultada.

Explorar os fluxos, processos e conexões entre informação e conhecimento tem sido relevante para a academia, o que é demonstrado a partir dos estudos que buscam compreender estas relações. Desta forma, para o Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, especialmente para a linha de Pesquisa Informação, Conhecimento e Estratégia, analisar as características do comportamento de busca de informação, por meio de diferentes abordagens, e em conversação com outras áreas do conhecimento tais como sociologia, comunicação, políticas públicas, por exemplo, pode contribuir para a interdisciplinaridade do campo.

De modo particular e pessoal, voltar as atenções para a temática da participação popular, em um contexto peculiar de inserção na gestão democrática para acompanhamento e consequente fiscalização dos governos, torna-se especialmente justificável se considerada a atuação da pesquisadora no serviço público federal, por meio de sua função como gestora de uma unidade de informação na Universidade onde, usualmente, deve-se prover a informação indistintamente de vínculo, cargo e função. Desta forma, a consecução desta pesquisa contribuirá, em nível pessoal, para a construção de um posicionamento crítico e entendimento de que o serviço público e gestão governamental estão comprometidos com a abertura, participação e controle cidadão e, assim, contribuir para o processo democrático.

Este documento está estruturado em cinco seções, iniciando por esta Introdução, seguido pelas seções, cada uma contendo subseções, Referencial Teórico, Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussões e Considerações Finais, além de Apêndices e Anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico orienta a construção dos conceitos e constructos a serem explorados no campo empírico, com a finalidade de fundamentar o desenvolvimento da pesquisa, além de auxiliar no alcance dos objetivos gerais e específicos. Respalda, ainda, a elaboração dos instrumentos de coleta e análise dos dados. Está dividido em subseções, a saber: 2.1) Governo Aberto: origens, características e premissas; 2.2) Participação popular: elementos para conceituação e condicionantes para sua efetivação; 2.3) A Escada de Participação de Arnstein no contexto das iniciativas de Governo Aberto: estudos posteriores e outras contribuições; 2.4) Sociedade Civil Organizada: contextualização e conceituação; 2.5) Comportamento de busca de informação: panorama das conceituações pertinentes à pesquisa; e 2.6) A abordagem do “Horizonte de Informação”: contexto de formulação e principais premissas.

2.1 GOVERNO ABERTO: ORIGENS, CARACTERÍSTICAS E PREMISSAS

A temática do Governo Aberto (GA) tem permeado a literatura e agenda governamental desde a década de 1950, sendo rotulada sob diversos nomes, tais como *e-Government*, *e-Democracy*, transparência; *accountability*⁶; entre outros. Tais denominações variaram em razão do contexto geral de aprimoramento de ferramentas e mecanismos, assim como avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), que possibilitam a efetivação das premissas do GA, a saber: acesso à informação, participação cidadã, transparência, colaboração governo e sociedade civil e inovações na gestão e na formulação de políticas públicas (YU; ROBINSON, 2012; BRITO *et al.*, 2014; MEIJER, 2015; NAM, 2012; BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016).

Bellix, Guimarães e Machado (2016) apontam, ainda, que a abertura dos governos remonta ao Iluminismo, pois foi quando se preconizou o ideal de que o

⁶ Segundo Pinho e Sacramento (2009) o termo *accountability* é de difícil tradução para o português, especialmente se considerado o contexto brasileiro. Após extensa análise em dicionários e literatura pertinente, os autores assumem que *accountability* deriva de outros termos tais como “responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo” (PINHO; SACRAMENTO, 2009). Neste trabalho o termo é entendido como “controle social e responsabilização dos governos”.

governo deveria passar pelo escrutínio público, movimento que permeou o pensamento livre e o uso da razão como instrumentos de “iluminação” do povo e sua inserção na vida pública (BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016). A definição de governo aberto, portanto, estaria ligada ao diálogo entre os cidadãos e os gestores públicos sobre decisões relacionadas a políticas públicas (CALDERÓN; LORENZO 2010); assim como ao aprimoramento, em cocriação cidadão-governos, da prestação de serviços públicos e mecanismos de trabalho colaborativo; implementação de novas estruturas organizacionais de gestão de sistemas orientadas para a promoção da abertura; e nova forma de governo no contexto da sociedade em rede (RAMIREZ-ALUJAS, 2012).

Bellix, Guimarães e Machado (2016) acrescentam que a abertura dos governos tem estreita relação com a regulação e implementação de dispositivos legais que possibilitaram a livre expressão de ideias e o acesso à informação, conforme se observa no Quadro 1:

QUADRO 1 - PANORAMA INTERNACIONAL DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

DATA	DISPOSITIVO LEGAL	PAÍS
1766	Lei de Acesso à Informação;	SUÉCIA
Anos 1960	Lei de Liberdade de Informação (FOIA);	EUA
Anos 1970	Lei de Privacidade;	EUA
Anos 1980	Lei de Sigilo;	SUÉCIA
	Política de Gestão dos Recursos de Informação Federal;	EUA
Anos 1990	Lei Fundamental sobre a Liberdade de Expressão; Lei de Dados Pessoais;	SUÉCIA
	Lei de Liberdade de Informação Eletrônica;	EUA
	Lei de Direitos Humanos;	REINO UNIDO

FONTE: Elaboração da autora (2017) com base em PERRIT JR., 1997.

Estes regulamentos infraconstitucionais, previstos no âmbito de cada uma destas nações, buscam regular o direito de acesso à informação como um direito humano fundamental, equiparado ao direito à vida e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por exemplo, assim caracterizado como um instrumento

basilar para a vida em uma sociedade democrática. O Art. 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU (1948), em especial, viria garantir que “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948). Os compromissos dos signatários com a garantia da liberdade de expressão de ideias e acesso à informação governamental, possibilitaria a inclusão da agenda de abertura dos governos.

Neste sentido, a base do direito de acesso à informação é o princípio de que o cidadão delega à autoridade pública o poder para representá-lo e, ao fazê-lo, ele deve ter o direito de saber como o governo utiliza o dinheiro, quais são suas prioridades e quais políticas são e devem ser implantadas. Mais do que isso, “o cidadão tem o direito de influenciar e participar nos processos decisórios sobre matérias de interesse público” (MARTINS, 2011).

A partir dos anos 2000, o movimento para abertura dos governos ganha impulso e, países como Reino Unido, México, Estados Unidos, Brasil, entre outros, promulgam dispositivos legais, regulando o papel do Estado diante do direito do cidadão de saber e ter acesso à informação, demandas estas dos próprios cidadãos. Tais países elaboram e divulgam declarações, documentos e portais governamentais que preveem a disponibilização de dados e informações públicas.

O termo Governo Aberto (GA) ganha força em 2009 quando, em seu primeiro dia de administração, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, assinou o *Memorandum on Transparency and Open Government*⁷, estabelecendo os princípios de democracia baseados na promoção da eficiência por meio da transparência, da participação e da colaboração entre governo e cidadãos (UNITED STATES OF AMERICA, 2009). Neste mesmo ano, a administração Obama promulgou a Diretiva de Governo Aberto, sob o compromisso com a transparência, participação e colaboração que, “em tese, reforçaria a democracia, promoveria a eficiência e a eficácia por meio da transparência, da participação e da colaboração” (BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016).

Em 2011, criou-se a *Open Government Partnership (OGP)* – Parceria para Governo Aberto, em tradução livre – tendo entre os oito países fundadores o Brasil.

⁷ Memorando pela Transparência e Governo Aberto (em livre tradução da autora).

Com o estabelecimento da Parceria, por meio da Declaração de Governo Aberto, os países signatários passaram a assumir compromissos com a transparência, empoderamento do cidadão, combate à corrupção e desenvolvimento de novas tecnologias que fortaleçam a governança (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011). A partir da instituição da Parceria, tem-se o fortalecimento do termo Governo Aberto, possibilitando a construção de uma agenda internacional tendo a *OGP* como uma organização agregadora dos diversos agentes internacionais de Governo Aberto (BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016).

Para a *OGP*, o Governo Aberto está fundamentado em quatro pilares: na transparência; no combate à corrupção; no empoderamento do cidadão e; no uso de novas tecnologias para colaboração entre os países, sendo assegurado por meio de diversos compromissos, tais como a abertura de dados governamentais, promulgação de dispositivos legais que garantam o acesso à informação, elaboração de políticas de participação e governança, entre outros (OPEN GOVERNMENT DECLARATION, 2011; OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011).

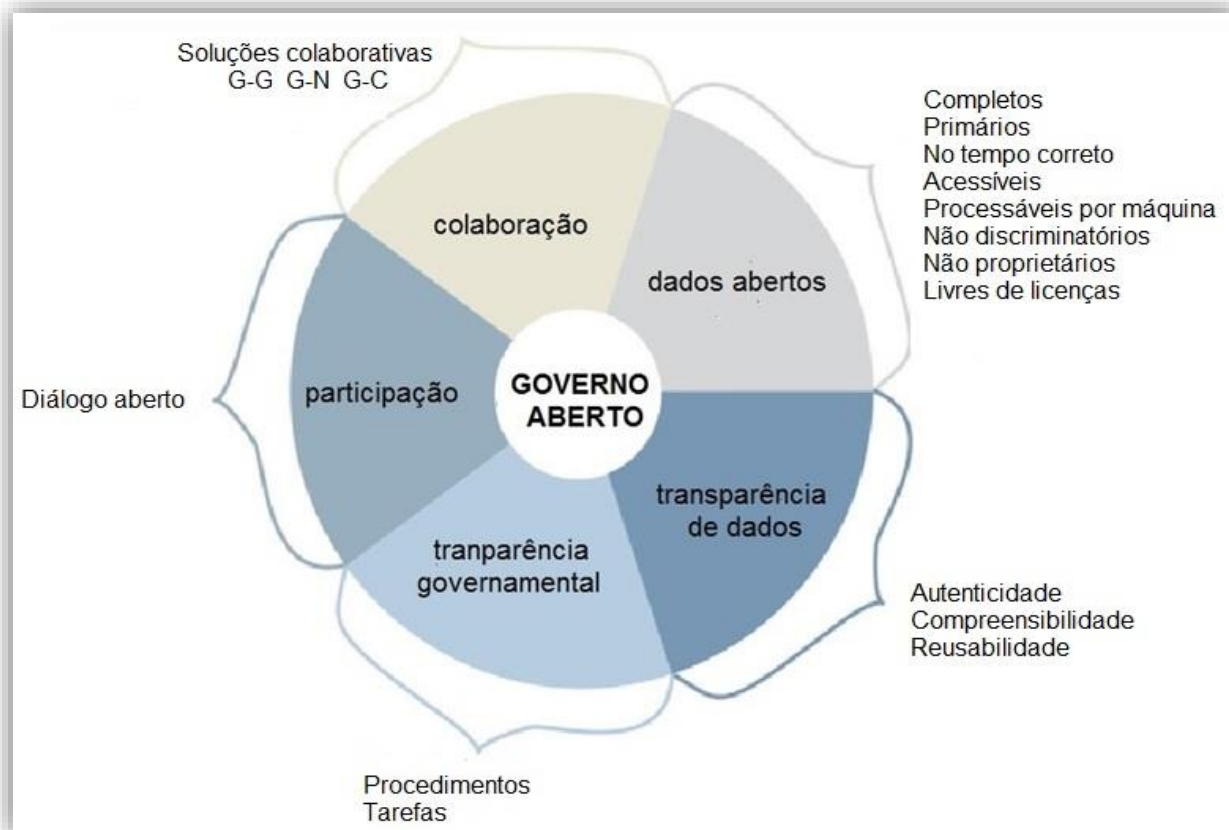
Embora sejam fortemente interligados os pilares do GA, alguns organismos internacionais dão mais ênfase a determinados conceitos para reforçar as suas premissas. Bellix, Guimarães e Machado (2016) elaboraram um quadro com a síntese dos conceitos de GA no entendimento de cada organização que busca defender estes preceitos, sendo possível afirmar que os princípios que se destacam são: a transparência, participação cidadã e colaboração governo-cidadãos. Desta forma, um dos princípios basilares de GA é a participação, por meio da qual os governos têm se tornado mais transparentes e eficientes (BELLIX; GUIMARÃES; MACHADO, 2016).

A literatura aponta, ainda, modelos conceituais de Governo Aberto, nos quais os principais fundamentos são: a) dados abertos; b) transparência de dados; c) transparência governamental; d) participação; e, e) colaboração (VELJKOVIĆ, N., BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S., STOIMENOV, L., 2014). Segundo os estudos, os **dados abertos** precisam ser completos, primários, disponibilizados no tempo adequado, acessíveis sem restrições, possíveis de serem lidos por máquina, não discriminatórios, não proprietários e livres de licença (PORTAL..., [2017]).

Segundo o modelo conceitual de GA de Veljković, Bogdanović-Dinić e Stoimenov (2014), ilustrado na Figura 1, a **transparência de dados** estaria relacionada à divulgação dos dados governamentais que, potencialmente, podem colaborar para que o cidadão tenha acesso à informação e, a partir do tratamento e

uso, possa fazer intersecções de modo a buscar meios para realizar o controle social (VELJKOVIĆ, N., BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S., STOIMENOV, L., 2014).

FIGURA 1 – MODELO CONCEITUAL DE GOVERNO ABERTO NO ESTUDO DE VELJKOVIĆ;



BOGDANOVIĆ-DINIĆ; STOIMENOV, 2014

FONTE: Veljković; Bogdanović-Dinić; Stoimenov (2014) traduzida pela autora (2017).

A **transparência governamental** está relacionada à responsabilidade fiscal, transparência de procedimentos, fluxos e regulações, onde o próprio governo possibilita que seus governados fiscalizem se seus representantes atenderam às suas expectativas a partir do momento que lhes outorgam a representação (VELJKOVIĆ, N., BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S., STOIMENOV, L., 2014).

A **participação** objetiva incluir os cidadãos nos processos democráticos dos governos por meio de diálogos abertos. Já a **colaboração**, diz respeito à tomada de decisão baseada no trabalho colaborativo entre governo e cidadãos, podendo ser colaboração dentro das próprias instâncias governamentais (Governo para Governo

– G-G⁸); intra-colaboração entre governo e organizações não governamentais ou do setor privado (Governo para negócios – G-N⁹); e colaboração externa entre governo e cidadãos (Governo para Cidadãos – G-C¹⁰). (VELJKOVIĆ, N., BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S., STOIMENOV, L., 2014).

Percebe-se que as ferramentas tecnológicas para disponibilização de dados têm sido fundamentais para a concretização das premissas de um governo aberto, uma vez que o ambiente digital facilita e torna possível o acesso à informação e gestão do conhecimento, assim como promove a transparência, participação e práticas colaborativas.

Segundo Ramirez-Alujas (2012), falar sobre governo aberto significa, então, discutir o acesso e a liberdade de informação, a proteção dos dados, a reforma das leis sobre os segredos oficiais e sobre a necessidade de obter informações a respeito das atividades do governo, assim como da opinião pública e do cidadão comum.

Ademais, significa também dizer que a transparência é um dos princípios orientadores da abertura unilateral que os governos se comprometem a estabelecer, reconhecendo o direito à informação dos cidadãos, e os impele a disponibilizar quaisquer informações que demonstrem suas atividades e resultados, com base nos princípios de relevância, eficácia, acessibilidade, pontualidade, precisão, compreensibilidade, simplicidade e divulgação máxima (RAMIREZ-ALUJAS, 2012).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) existem seis potenciais benefícios do Governo Aberto, a saber: **a) maior confiança no governo**, uma vez que se os cidadãos confiam no governo ou em políticas governamentais específicas, estes podem apresentar mais disposição para pagar taxas, contribuições e/ou impostos, a fim de apoiar e sustentar as políticas públicas; **b) garantia de melhores resultados a um custo menor**, a cocriação entre cidadãos, governo, empresas e sociedade civil para elaboração de políticas, programas e serviços oferece o potencial para explorar um campo mais amplo de ideias e recursos; **c) aumento dos níveis de *compliance***, fazer parte do processo ajuda as pessoas a entender as implicações da reforma e pode auxiliar a garantir que as decisões alcançadas sejam percebidas como legítimas; **d) garantia da igualdade de acesso à elaboração de políticas públicas** ao reduzir o limiar de acesso aos

⁸ *Government to Government – G2G*

⁹ *Government to Business – G2B*

¹⁰ *Government to Citizen – G2C*

processos de elaboração de políticas para as pessoas que enfrentam barreiras à participação; e) **promoção da inovação e da nova atividade econômica**, a partir do reconhecimento de que o engajamento público e o governo aberto são um motor de inovação e criação de valor nos setores público e privado; e f) **aumento da eficácia por meio do aproveitamento dos conhecimentos e recursos dos cidadãos**, a partir do engajamento público é possível que as políticas sejam melhor direcionadas de modo a atender às necessidades dos cidadãos, eliminando o desperdício potencial (OCDE, 2010, grifos do autor, tradução nossa).

As iniciativas de Governo Aberto se encontram em estágio de elaboração, implementação e reformulação de políticas que visam a garantia tanto do acesso aos dados abertos e informação públicas, quanto abertura de espaços de participação efetiva da população nas tomadas de decisões governamentais (CARIDAD SEBASTIÁN; MARTINEZ CARDAMA, 2016).

Neste cenário, percebe-se que as discussões acerca de Governo Aberto perpassam pelas mudanças que ocorreram (e estão ocorrendo) em uma parte importante do quadro institucional e arquitetura organizacional do setor público, em colaboração com os cidadãos. Desdobram-se, ainda, na compreensão de que as novas práticas, valores e cultura irão, potencialmente, favorecer uma nova configuração, fundamentada em uma plataforma ou um ecossistema para construir um novo modelo de governo aberto e colaborativo, para, com e por meio dos cidadãos. Será neste novo espaço, portanto, que os cidadãos terão a necessária oportunidade para exercer o seu direito de participar, contribuir e colaborar na consecução dos seus interesses e coletivos.

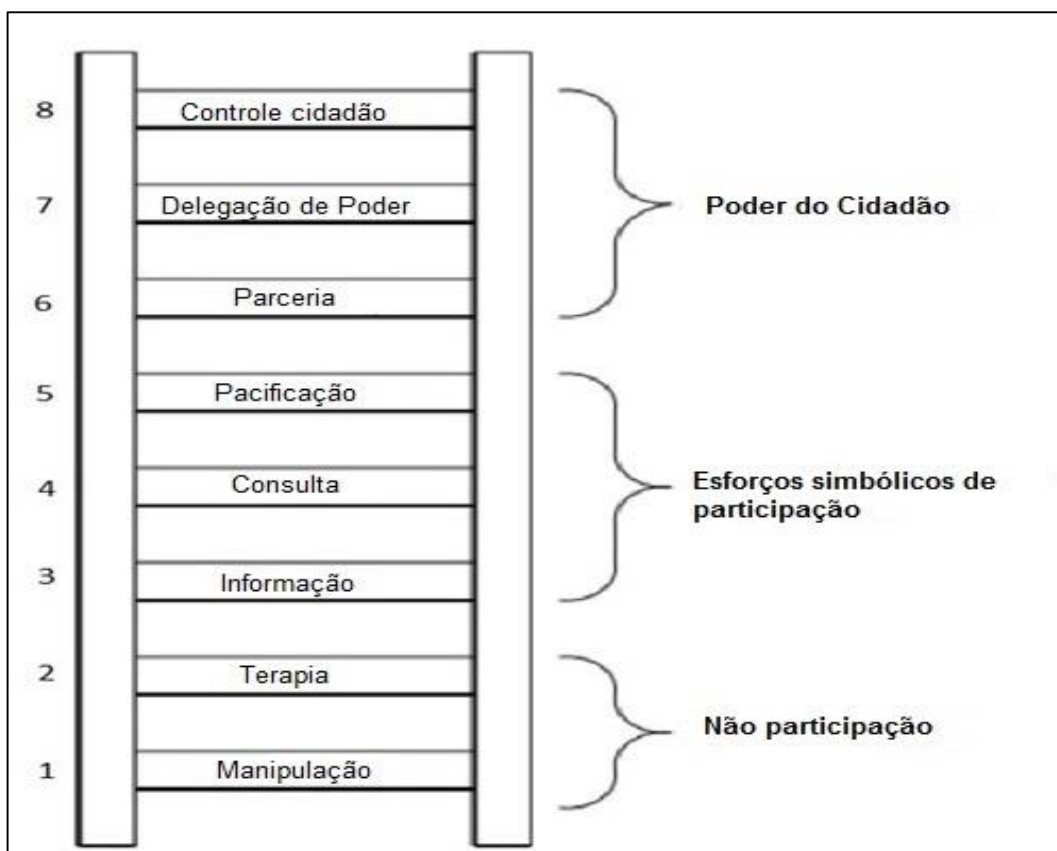
2.2 PARTICIPAÇÃO POPULAR: ELEMENTOS PARA CONCEITUAÇÃO E CONDICIONANTES PARA SUA EFETIVAÇÃO

O conceito de participação tem múltiplas facetas, podendo ser entendida como simples acesso à informação; como a atuação em alguma entidade da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e/ou atuação em fóruns representativos de algum setor da sociedade; e na representação direta em espaços legislativos; entre outras (HEREDIA; BEZERRA; PALMEIRA, 2015; ROWE; FREWER, 2005; PERES, 2016).

Heredia, Bezerra e Palmeira (2015) tratam a participação popular sob diversos aspectos e diferentes perspectivas, destacando que, em razão de sua efetiva institucionalização e/ou formas de organização, o conceito pode abarcar desde espaços de fala garantidos à população, perpassando por ambientes de escuta por parte dos gestores públicos, até ao acesso efetivo a informações governamentais e nas discussões de prioridades dos governos.

Sherry L. Arnstein (1969) propôs um desenho simbólico composto por oito degraus e três estágios (FIGURA 2), nomeado como “Escada da Participação Cidadã” onde aparecem os níveis de participação, nos quais há uma distribuição do poder de tomada de decisão para controle dos resultados na gestão governamental (ARNSTEIN, 1969). Para Arnstein, esta distribuição de poder permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e econômicos a oportunidade de deliberar sobre o futuro da sociedade.

FIGURA 2 – ESCADA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PROPOSTA POR ARNSTEIN (1969)



FONTE: Arnstein (1969) traduzida pela autora (2017)¹¹

¹¹ Para a denominação dos degraus da Escada de Participação, optou-se pela tradução autorizada pelo *Journal of the American Planning Association*, feita por Markus Brose, reimpressa em:

Nesta representação simbólica, os degraus começam no estágio de “Não participação”, chamados de Manipulação (1) e Terapia (2), nos quais as pessoas não participam efetivamente do planejamento ou da realização de programas, mas os detentores do poder estabelecem alguns espaços – audiências, reuniões comunitárias, etc. – e se utilizam destes para simular um tipo de participação (ARNSTEIN, 1969).

Os degraus 3 (Informação) e 4 (Consulta) progridem para o nível chamado de “esforços simbólicos de participação” (“*tokenismo*”). Apesar de neste estágio os cidadãos poderem ouvir e ser ouvidos, eles não têm, ainda, o poder de assegurar que seus pontos de vista serão atendidos pelos detentores de poder. Quando a participação é restrita a esses níveis, não há acompanhamento e, portanto, não há garantia de se mudar o *status quo*. São exemplos desse estágio: a realização de audiências públicas *pro forma*, onde os cidadãos são consultados sobre determinado tema, mas nem sempre têm o poder de sugerir as mudanças que acreditam ser necessárias; conselhos de bairro e associações de moradores, onde é possível que a comunidade se reúna, discuta, proponha, mas não é assegurado que as decisões ali tomadas sejam levadas a cabo pelo município ou estado (ARNSTEIN, 1969).

No degrau 5 - do “esforço simbólico de participação” (Pacificação) - o cidadão pode aconselhar, ainda que os detentores do poder continuem com o direito de decidir. Neste degrau, alguns cidadãos passam a se destacar e conseguem sugerir mudanças mais efetivas na gestão governamental, uma vez que são garantidos assentos dentro dos espaços institucionais onde é possível opinar, sem contudo terem o poder de decidir (ARNSTEIN, 1969).

O estágio superior de “Poder do Cidadão” inclui a tomada de decisão, representado pelo degrau 6 (Parceria), que lhes permite negociar com detentores de poder tradicionais a possibilidade de tomada de decisão com a “Delegação de Poder” (degrau 7) e o “Controle cidadão” (degrau 8), nos quais os cidadãos podem atingir pleno poder gerencial. São exemplos deste estágio: os conselhos paritários, formados em número igual de representantes dos governos e da sociedade minoritária, onde todos têm espaço de fala e voto assegurados e são capazes de tomar decisões em conjunto em prol da comunidade (ARNSTEIN, 1969).

Na representação proposta por Arnstein, é possível verificar como ocorre a distribuição de poder e, ainda, as condições que permitem ao cidadão abandonar a passividade e conquistar uma participação ativa na tomada de decisão e, efetivamente, colaborar com a gestão governamental.

Pretty e Hine (1999) afirmam que a participação pode ser classificada em vários tipos, dos quais se destaca a automobilização, pela qual as pessoas participam para modificar os sistemas por sua própria iniciativa, independente de instituições externas. Elas desenvolvem contato com essas instituições para solicitar recursos ou aconselhamento técnico que lhes for necessário (PRETTY; HINE, 1999 *apud* SILVA, 2015). A participação pode, então, ser definida como um instrumento importante de promoção da articulação entre os agentes sociais; fortalecimento de laços de concordância dentro de uma comunidade; busca por melhores processos de tomada de decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns e coletivos.

Existem, ainda, condicionantes para a efetiva participação popular, sendo que esta ocorre por meio de variados estímulos e em ambientes diferenciados, ou seja, os espaços de participação encontram-se de forma institucionalizada, ora via entidades coletivas que representam a sociedade civil organizada, ora em espaços de fala e escuta, ora por meio de interesses próprios do cidadão decisão (HEREDIA, BEZERRA, PALMEIRA, 2015; BAKA, 2017; AMICHAH-HAMBURGER *et al.*, 2016).

Bandeira (1999) alerta que convém mencionar que os métodos participativos não são de todo infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos de problemas. Assim, a participação popular encontra algumas barreiras e desafios para sua efetivação, sendo que as Tecnologias de Informação e Comunicação e as Mídias Sociais, ao mesmo tempo em que aproximam a população dos Governos (e são ferramentas que possibilitam a colaboração entre as partes), também podem ser entraves para a participação. Fatores como a falta de experiência e motivação para o uso de informação; maturidade nos aspectos políticos e culturais da comunidade; falta de confiança nos dados e informações divulgados; assimetria de informação; e forma de apresentação do conteúdo tendem a impactar na participação na gestão governamental - principalmente na elaboração, implementação e/ou reformulação de Políticas, bem como na participação direta do cidadão no Planejamento governamental (NAM, 2012; BONSÓN; ROYO; RATKAI, 2015; MEIJER, 2015; BAKA, 2017).

Não obstante, a literatura aponta que existem motivações para participar, que vão desde afinidade do cidadão com o tema tratado, passando pela possibilidade de contribuição, até a influência da própria cultura em que o mesmo está inserido. Assuntos que afetam diretamente os cidadãos, tais como questões relacionadas à coleta de lixo, serviços de segurança, informações sobre creches, trânsito, têm mais apelo para que o cidadão participe ativamente, tanto na busca por dados e informações, quanto na tomada de decisão (BAKA, 2017; VALLÈS NAVARRO *et al.*, 2015; AMICHAÏ-HAMBURGER *et al.*, 2016; ZAVATTARO; FRENCH; MOHANTY, 2015).

Wijnhoven, Ehrenhard e Kuhn (2015) apontam outros fatores motivadores para a participação cidadã, a saber: a) comportamento pró-social (altruísmo) - abrange o comportamento que leva a um resultado social positivo, independentemente da motivação do ator; b) senso de comunidade - descreve a motivação de contribuir para uma comunidade à qual se pertence, sem esperar vantagens e/ou recompensas financeiras; c) reputação – o *status* que pode ser obtido dentro da comunidade é um importante motivador; entre outros. Os autores concluem que se os cidadãos consideram que suas contribuições são significativas para a gestão governamental, então eles se sentem mais motivados a se envolverem em tais projetos. (WIJNHOVEN; EHRENHARD; KUHN, 2015).

Samira Kauchakje (2011) afirma que a participação social significa “usufruir dos bens e dos recursos sociais, direcionar os rumos dessa sociedade [...], além de participar da gestão pública e da política”. (KAUCHAKJE, 2011, p. 90). O objetivo da participação estaria relacionado à possibilidade do contato mais direto e cotidiano entre os cidadãos e o governo, de modo que este considere os interesses daqueles no processo decisório.

Desta forma, a participação envolve uma conduta ativa dos cidadãos nas decisões e na gestão governamental, assim como nos assuntos de interesse da coletividade e da vida em comunidade da qual façam parte, sendo preponderante o fortalecimento da atuação da Sociedade Civil Organizada neste contexto.

2.3 A ESCADA DE PARTICIPAÇÃO DE ARNSTEIN NO CONTEXTO DAS INICIATIVAS DE GOVERNO ABERTO: ESTUDOS POSTERIORES E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

No âmbito do Governo Aberto, a partir da premissa **participação** é possível: a) promover a transparência na deliberação e visibilidade das ações governamentais, democratizando o sistema decisório; b) permitir maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e c) defender os direitos da sociedade, por meio de movimentos e formas de associativismo, com demandas de interesse público (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

Os estudos de Daniels, Lawrence, Alig (1996); Linders (2012); Harrison, Sayogo (2014); Prieto-Martín, Ramírez-Alujas (2014); Zavattaro, Sementelli (2014); Salim, Haque (2015); Zavattaro, French, Mohanty (2015); e Majumdar (2017); empregam o estudo de Arnstein (1969) para buscar compreender as formas de representação e participação, assim como os níveis de participação cidadã no contexto da distribuição de poder na tomada de decisão governamental.

Alguns estudos buscaram utilizar a abordagem de Arnstein (1969) na perspectiva teórica, a saber:

- a) situando-a como uma crítica ao comportamento do Estado em relação ao envolvimento/engajamento e participação cidadã nas questões governamentais (DANIELS; LAWRENCE; ALIG, 1996; ZAVATTARO; SEMENTELLI, 2014; MAJUMDAR, 2017);
- b) para reforçar a ideia de que os cidadãos delegam autoridade para a tomada de decisões e que, a partir das ações de transparência, responsabilidade fiscal governamental e acesso à informação, estes podem avaliar e validar as ações de seus governos, proporcionando assim uma base contínua para o consentimento dos governados (HARRISON; SAYOGO, 2014); e
- c) para afirmar que proporcionar aos cidadãos a oportunidade de participar de práticas de governança pode aumentar a legitimidade do estado administrativo (ZAVATTARO; FRENCH; MOHANTY, 2015).

Linders (2012) propôs uma tipologia unificada para a coprodução cidadã na era das mídias sociais. O autor se apoia, entre outros, no estudo de Arnstein (1969) para formular a questão “*Poder e responsabilidade do cidadão: quanto controle os cidadãos têm em relação ao governo?*”, que compõe um quadro de outras questões/variáveis voltadas à análise da literatura sobre o tema. Após busca sistemática na literatura, o autor propõe três categorias de análise, a saber: “*Citizen Sourcing*” (relação Cidadão parceiro do Governo); “*Government as a Platform*” (relação do Governo parceiro do Cidadão); e “*Do-It-Yourself Government*” (relação de parceria Cidadão para Cidadão). A contribuição do estudo de Arnstein (1969) para o autor reside na apresentação dos elementos que buscam a compreensão da relação entre Governo e Cidadão, ao discutir a forma de distribuição do poder de tomada de decisão na esfera governamental.

A partir do estudo de Arnstein (1969), Prieto-Martín e Ramírez-Alujas (2014) identificaram dimensões que possibilitam a caracterização da participação no contexto particular das iniciativas de Governo Aberto, a saber: **dimensão “que”**, que se refere à intensidade da participação; **dimensão “quando”**, que trata dos momentos e fases da participação; **dimensão “onde”**, que se refere ao nível de institucionalização da participação; **dimensão “como”**, que trata da participação por meio da transparência e intensidade deliberativa; e, **dimensão “quem”**, que se refere aos atores da participação que impactam e são afetados por esta.

No modelo de Prieto-Martín e Ramírez-Alujas (2014) se destaca uma fase anterior: a de não participação, que é denominada de “Conflito”, na qual se inclui a participação autônoma por parte daqueles interessados em uma decisão ou determinado problema. A fase de “Conflito”, difere do primeiro estágio apontado por Arnstein (“Manipulação”) pois neste apenas os tomadores de decisão podem ser mobilizados. Outra diferença está no nível, denominado por Arnstein como esforços simbólicos de participação (*tokenismo*), que é chamado por Prieto-Martín e Ramírez-Alujas (2014) de Participação Consultiva, no qual a Assessoria assemelha-se ao degrau “Pacificação”, quando o cidadão se assume partícipe na tomada de decisão e passa a buscar a parceria com o governo, mas não tem o poder na decisão final. Ainda, no modelo de Prieto-Martín e Ramírez-Alujas (2014) o chamado Poder do Cidadão daria espaço à Participação Colaborativa. Os ajustes de Prieto-Martín e Ramírez-Alujas (2014) ampliam os níveis de Participação Cidadã, expandindo os “degraus” propostos por Arnstein (1969) que, potencialmente, possibilitam a

colaboração governo-cidadãos e podem tornar estes últimos agentes mais ativos no contexto das iniciativas de Governo Aberto.

Salim e Haque (2015), ao analisarem o estágio mais alto da Escada de Participação (Poder do Cidadão) proposto por Arnstein (1969), apontaram que o surgimento das mídias sociais oportunizou a chegada a esse nível de participação cidadã. Para os autores, iniciativas facilitadas pelas TIC, tais como o *crowdsourcing*, as iniciativas de Governo Aberto e a utilização de aplicativos móveis, mudaram o papel dos cidadãos de consumidores passivos para produtores ativos de dados e serviços, embora a propriedade desses dados ainda seja problemática. Os autores salientam, ainda, que a popularidade das plataformas de redes sociais *online* facilitou a inserção de iniciativas lideradas pelos cidadãos, alcançando os níveis mais altos de participação genuína, defendida por Arnstein. Não obstante, os autores ressaltam que fatores tais como o acesso, motivação e a *expertise* para uso destas mídias podem ser elementos limitadores para a efetiva participação por meio destas (SALIM; HAQUE, 2015).

Importante ressaltar que, independente da forma, ferramenta ou mecanismo de participação, os agentes sociais ganham destaque e reforçam a necessidade da efetiva inserção do cidadão na tomada de decisão governamental. Desta forma, o papel da Sociedade Civil Organizada deve ser fortalecido de modo que os cidadãos passem a ocupar os mais altos níveis de participação, conforme postulado por Arnstein em 1969.

2.4 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA: CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUAÇÃO

O conceito de sociedade civil surgiu no século XIX, por volta de 1820, cunhado sob um processo de diferenciação entre Estado e sociedade na Europa, o que desencadeou na nova configuração do Estado de Direito. Posteriormente, diversos formatos de organização e participação da sociedade civil exerceram influência na formulação de políticas públicas, tendo como exemplo significativos: a afirmação de um Estado Social em alguns países europeus; e, o surgimento dos agentes sociais ligados aos diferentes movimentos sociais populares, movimento de trabalhadores, assim como aos movimentos políticos e ideológicos (KAUCHAKJE, 2002; AVRITZER, 2012). Desta forma, em sua primeira formulação, o termo sociedade civil passou a

significar a “diferenciação entre as esferas econômica e familiar [...], e a diferenciação entre Estado e sociedade causada pela especialização sistêmica do Estado moderno” (AVRITZER, 2012).

Segundo Kauchakje (2002), este conjunto de agentes sociais, sustentados pelos movimentos sociais, passam a influenciar nas transformações sociais, uma vez que, por meio de suas ações, e de outros protagonistas, altera-se a configuração do Estado no sentido de sua responsabilidade

[...] em relação às diversas expressões da questão social (fome, pobreza, desemprego, alienação do trabalho, violência, doença, analfabetismo ou sistemas de “educação” de má qualidade, entre outras) provocadas e ou agravadas pelo modo de produção e de organização da sociedade capitalista, calcada na desigualdade social (KAUCHAKJE, 2002).

A partir do século XX, a sociedade civil passa a ser entendida a partir da diferenciação entre os agentes sociais emergentes tanto do mercado¹², quanto do Estado autoritário. Até então, os Estados autoritários latino-americanos, com a exceção do México, buscaram formas tidas como “antissociais” de organização da sociedade por meio da intervenção em sindicatos e associações voluntárias. Assim, o conceito de sociedade civil na América Latina é remetido à clara diferenciação e “repartição”¹³ entre o mercado, o Estado e a sociedade que se consolidou ao longo do século XX (AVRITZER, 2012).

A partir da década de 1970 e início dos anos 1990, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, observa-se o fortalecimento de diferentes protagonistas e agentes sociais, sujeitos coletivos e políticos, os quais, por meio dos movimentos sociais pela redemocratização do país e pela consolidação e garantia de direitos, passam a se mobilizar em torno de causas tais como as dos trabalhadores urbanos e rurais, os movimentos populares, de mulheres, de homossexuais, étnicos, movimento pela cidadania e ética na política, movimento ambientalista, entre outros.

A sociedade civil buscou ampliar o envolvimento dos agentes sociais nos processos de decisão e implementação das políticas sociais, assim como a representação junto às instâncias deliberativas, conforme previsão no texto

¹² Neste particular, conforme Avritzer (2012), “mercado é entendido como os interesses econômicos privados associados ao regime autoritário”.

¹³ Avritzer (2012) explica que o significado tripartite está ligado à diferenciação do final do século XX entre o mercado e a sociedade, o qual tem recebido diferentes formulações na literatura, ou seja, existem partes em separado que formam a organização do Estado como um todo.

constitucional, por meio da institucionalização de conselhos em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, representando uma nova forma de expressão de interesses e de representação de demandas e agentes junto ao Estado (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

A sociedade civil se configura, então, a partir da “esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais” (BOBBIO *et al.*, 1998, p. 1210). Somente serão consideradas entidades da sociedade civil aquelas que não possuem vínculos administrativos com os governos e atuam no sentido de suprir demandas da sociedade.

Kauchakje (2002) salienta que a diversidade de agentes sociais participantes dos movimentos provoca novas possibilidades de construção e reconstrução de laços e identidades individuais e coletivas, no plano local, regional e planetário.

Mais recentemente, estes agentes sociais também estão articulados em redes, fóruns e por meio de participações institucionalizadas em Organizações Não Governamentais, entidades representativas de classes e academia, entre outros, buscando participar ativamente na formulação, implementação e gestão das políticas públicas (KAUCHAKJE, 2002). Neste sentido, entende-se que os indivíduos da sociedade se manifestam a partir de suas entidades coletivas para que, em conjunto, possam buscar maneiras de ocupar os espaços de poder e, de fato, participar da gestão pública e vida política.

O acesso à informação e o empoderamento das pessoas podem, potencialmente, colaborar para o pleno exercício da democracia e participação cidadã e, neste contexto, os agentes sociais das entidades da sociedade civil organizada têm papel ativo ao realizar ações, práticas e desenvolver ferramentas e mecanismos que oportunizem a inclusão do cidadão na tomada de decisão no contexto das políticas públicas. Deste modo, a informação passa a ser recurso importante, uma vez que os processos que permeiam o acesso, o tratamento e o uso da informação, ganham destaque para os agentes sociais envolvidos na promoção da participação em iniciativas de Governo Aberto.

Portanto, faz-se necessário entender os mecanismos, fluxos e processos por quais os indivíduos passam ao realizar suas buscas por informações para tomarem decisões no contexto do Governo Aberto e, conseqüentemente, de suas premissas, que são subsídios importantes para o controle social e a participação cidadã.

2.5 COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO: PANORAMA DAS CONCEITUAÇÕES PERTINENTES À PESQUISA

Os estudos sobre “comportamento de busca de informação” remontam à década de 1960, quando foi disponibilizado forte financiamento nos Estados Unidos para pesquisa em Ciências Sociais e se desenvolveram várias investigações sobre os aspectos sociais da comunicação científica e do uso da informação (BATES, 2010).

No início, os estudos sobre este comportamento foram chamados de “estudos de uso”, de “busca e coleta de informações”, ou, ainda, “estudos de necessidades e usos de informação”. Gradualmente, o termo “comportamento de busca de informação” foi usado para denominar todos os tipos de pesquisa sobre a interação das pessoas com a informação. Alguns autores, no entanto, mostravam-se contrários a esta denominação e sustentaram que a associação do termo “comportamento”, advindo do paradigma behaviorista ou comportamentalista da psicologia, não era apropriado uma vez que a informação não possui comportamento (GASQUE; COSTA, 2010). Não obstante, tal sustentação foi, aos poucos, sendo desconstruída e o termo que prevaleceu foi “comportamento de busca de informação” até a década de 1980, passando por algumas adaptações conforme apresentado a seguir (BATES, 2010).

Bates (2010) aponta que o interesse pelo tema, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, surgiu a partir do artigo de Dervin e Nilan (1986) para o *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST, 1986)*¹⁴, no qual os autores assinalaram a importância de colocar o usuário/pesquisador no centro da pesquisa e ressaltaram às motivações e necessidades internas do indivíduo para a busca de informações (BATES, 2010).

Ao longo de décadas de estudos ontológicos e epistemológicos, Brenda Dervin passou a discutir que a informação não era absorvida por um “balde vazio”, ou seja, o indivíduo era capaz de fazer suas próprias relações com o “tijolo” (informação) que lhe era “jogado”. A autora afirma que a atividade humana de observação, interpretação e compreensão do mundo exterior, inferindo-lhe sentidos lógicos, advindos do uso dos esquemas interiores, pode ser definida tanto como um comportamento interno (cognitivo), como externo (atitudes, reações em face do meio

¹⁴ DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 21, 1986. Disponível em: <<http://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/zennezdervinnilan86arist.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

social) que permite ao indivíduo construir e projetar seus movimentos, suas ações por meio do tempo e espaço. Neste contexto, portanto, a busca e uso de informação é central para tal atividade (FERREIRA, 1997; BATES, 2010; GASQUE; COSTA, 2010).

Ainda neste cenário, alguns modelos foram propostos para caracterizar os diversos aspectos do comportamento de busca de informação – ou comportamento informacional (WILSON, 1981; BELKIN *et al.*, 1982; DERVIN, 1983; KUHLTHAU, 1993; ELLIS, 1993; WILSON, 1999, por exemplo). Os modelos guardam similaridades, sendo que o principal atributo é que há um contexto, um problema informacional a ser solucionado pelo indivíduo, o qual busca apoio em diversas fontes de informação para responder às suas demandas informacionais (BATES, 2010).

Kuhlthau (1991) propôs um modelo do processo de busca de informação, no qual o processo de busca de informação se desenvolve por meio de seis etapas: **início**: o indivíduo se torna inicialmente consciente da falta de conhecimento ou entendimento, quando aparecem as sensações de incerteza e apreensão; **seleção**: onde a tarefa é identificar e selecionar tópicos gerais a serem investigados ou localizar uma maneira de obtê-los; **exploração**: caracterizada por sensações de confusão, de incerteza e de dúvida, quando o indivíduo busca por informações relevantes a respeito de um tópico genérico; **formulação**: quando dá-se um direcionamento à busca, sendo um momento decisivo, pois o sentimento de incerteza diminui; **coleta**: nesta etapa o usuário já possui um senso de direção bem definido, sabendo que caminho irá tomar e sente-se mais confiante, quando também há interação do usuário com os sistemas de informação; e **apresentação**: é produzido o resultado de todo o processo de busca, que poderá ser um texto, uma apresentação oral, um artigo ou uma monografia, na qual são comuns sentimentos como alívio, satisfação ou descontentamento. Kuhlthau, então, identifica os sentimentos, pensamentos, ações, estratégias e tarefas adequadas para cada etapa (KUHLTHAU, 1991).

Wilson (2000) traçou uma visão histórica do campo do comportamento informacional, buscando analisar os estudos interdisciplinares que tratavam a relação do usuário com o sistema de busca de informação. Em seu estudo, o autor definiu quatro termos importantes:

Comportamento informacional - comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca de informação ativa (face a face com as pessoas), passiva (assistir comerciais de TV) e o uso da informação;

Comportamento de busca de informação – busca intencional de informações para atender a uma necessidade de solucionar um problema/objetivo (tanto em fontes manuais, quanto na *Web*);

Comportamento de pesquisa da informação - é o "nível micro" de comportamento empregado pelo pesquisador na interação com sistemas de informação de todos os tipos; e

Comportamento de uso da informação - que consiste nos atos físicos e mentais envolvidos na incorporação das informações encontradas na base de conhecimento existente da pessoa (WILSON, 2000, grifos do autor, tradução nossa).

Depreende-se que as condições para a busca de informação de modo a atender uma necessidade informacional abrangem a autonomia do indivíduo, visto que este deve intencionalmente buscar, selecionar, avaliar e utilizar a informação para responder à sua demanda.

A partir dos anos 2000, juntamente com o crescimento da *Information Seeking in Context – ISIC*¹⁵, ocorreu o aprofundamento da perspectiva em comportamento informacional no estudo das interações entre pessoas e informações, incorporando os aspectos ambientais, sociais e tecnológicos. O contexto e a situação passam a ser reconhecidos como fundamentais para o entendimento da busca da informação (COOL, 2001; COURTRIGHT, 2007 *apud* BATES, 2010).

Neste contexto, em 2001, Sonnenwald, Wildemuth e Harmon propuseram a existência de um “horizonte de informação” no qual o indivíduo pode atuar, ou seja, é possível construir relações com e entre as fontes de informação para se posicionar dentro de determinado contexto ou conjunto de situações. O estudo fez um mapeamento deste “horizonte de informação”, com representação gráfica das fontes de informação que o indivíduo utiliza, bem como identificou as zonas de proximidade e afastamento destas fontes e suas inter-relações para responder a uma necessidade informacional (SONNENWALD, 1999; SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001; SAVOLAINEN; KARI, 2004). Esta abordagem será apresentada e explicitada, em detalhe, em seção posterior desta investigação.

Em 2007, Savolainen inicia uma nova fase nos estudos do “comportamento informacional” pois sugeriu que, em vez disto, fosse chamado de “estudo da prática da informação”. O autor argumentou que o conceito de "comportamento informacional" estava associado ao ponto de vista cognitivo, enquanto "a prática da

¹⁵ As conferências da *ISIC* são amplamente reconhecidas como espaços para discutir as pesquisas sobre as interações contextualizadas das pessoas com informações de vários tipos (Institute of Information and Library Science of the Jagiellonian University, 2016). Disponível em: <<http://www.isic2018.com/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

informação” era inspirada principalmente pelas ideias do construtivismo social. Os conceitos de comportamento informacional e prática da informação se referem, portanto, às formas pelas quais as pessoas “lidam com a informação” (SAVOLAINEN, 2007).

A principal diferença é que, no discurso sobre o comportamento informacional, o “tratamento da informação” é determinado por necessidades e razões, enquanto o discurso sobre a “prática da informação” acentua a continuidade e a habitualização das atividades afetadas e moldadas por fatores sociais e culturais (BATES, 2010). Savolainen (2007) finaliza dizendo que, basicamente, o comportamento de busca de informação se refere ao modo como as pessoas “precisam, procuram, gerenciam e utilizam informações em diferentes contextos” (SAVOLAINEN, 2007).

Paralelamente a estes estudos, no campo empírico, a forte influência da evolução das tecnologias de comunicação e informação também foram apreciadas e, ainda, seus impactos nas interações humanas com a informação (BATES, 2010). A autora afirma que a popularidade da *World Wide Web* (www) como um recurso de informação pode estar ligada ao nível de esforço para encontrar uma resposta, pois com o mínimo empenho o pesquisador encontra diversas informações, levando-o a achar que o processo de busca ocorre de forma “natural” e “fácil” (antes das TIC’s, os pesquisadores/usuários recorriam a bibliografias, índices e sumários impressos para recuperar informação, por exemplo).

Para Bates (2010), estes avanços nas tecnologias proporcionariam forte mudança no comportamento de busca de informação, visto que as fontes de informação se diversificariam e o acesso e *expertise* para uso das tecnologias impactaria na forma como as pessoas buscavam e se relacionavam com a informação, especialmente pela facilidade e pouco esforço que isto demandava. O surgimento de motores de busca (Alta Vista® e Google®, por exemplo) e de bibliotecas digitais marcaram esta fase.

Ao longo das últimas três décadas, os pesquisadores buscaram compreender o comportamento de busca de informação nos seus diversos contextos sociais, culturais, políticos e psicológicos, assim como o impacto do uso das várias tecnologias para a busca e recuperação de informações (BATES, 2010). Vários estudos se apropriam de metodologias de outras áreas para compreender as interações humanas com a informação, tais como: a) a abordagem da teoria fundamentada utilizada por Ellis (1993); b) o uso da teoria educacional por Ford (1986; 2004) e Limberg (1999);

c) a análise do discurso de Talja (2001) sobre a cultura da música em relação às bibliotecas; d) a aplicação da teoria da atividade por Xu (2007) à recuperação interativa de informações; e) a reavaliação crítica de ambientes de informação para grupos diaspóricos feita por Srinivasan e Pyati (2007) e; f) o estudo etnográfico de Reddy e Jansen (2008) sobre o comportamento colaborativo da informação em Saúde (BATES, 2010).

Neste contexto, os estudos sobre o “comportamento de busca de informação” se concentram nas atividades dos indivíduos, os quais respondem às tendências dos ambientes nos quais estão inseridos e que representam suas necessidades de informação. Assim, explorar as operações que o indivíduo desempenha, assim como o contexto e situações em que se dão a sua busca por informações, torna-se essencial para a compreensão das mudanças comportamentais em resposta às transformações ambientais, considerando, ainda, que o indivíduo aprende a produzir respostas que lhe permitam se adaptar ao seu ambiente (HERNÁNDES SALAZAR, 2007).

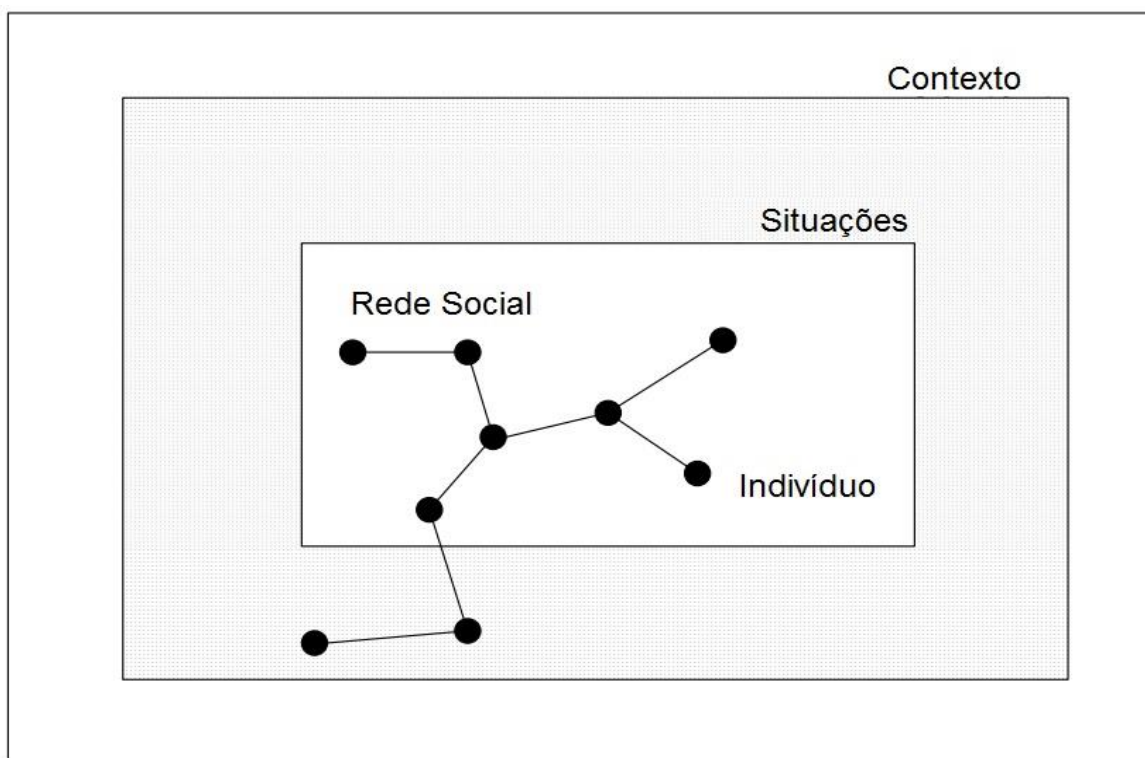
As pesquisas que visam compreender de que forma as pessoas resolvem suas necessidades informacionais, quer por meio de moldes sociais e expectativas ambientais, quer interagindo com as tecnologias de informação, continuam sendo relevantes para o campo da Ciência e Gestão da Informação. A exemplo disso, o estudo de Sonnenwald, no qual se apoia esta investigação, formula uma abordagem para mapeamento do comportamento de busca de informação, conforme detalhado a seguir.

2.6 A ABORDAGEM DO “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO”: CONTEXTO DE FORMULAÇÃO E PRINCIPAIS PREMISSAS

Em 1999 Sonnenwald se dedicou aos estudos sobre a evolução das perspectivas do Comportamento de busca de informação em seus diversos contextos, situações, redes sociais e, ainda, propôs um novo constructo para a época, a saber: o “horizonte de informação”. Neste estudo, a autora apresentou um quadro no qual emergiram teorias e estudos empíricos sob as variadas perspectivas e tradições de pesquisa, incluindo a Ciência da Informação, Comunicação, Sociologia e Psicologia, em busca da compreensão do que a autora denominou, inicialmente, como “comportamento informacional” (SONNENWALD, 1999).

Sonnenwald (1999) se utilizou de conceitos básicos, tais como contexto, situação e as redes sociais, para embasar suas cinco proposições para a reflexão acerca da temática. Para a autora, o **contexto** é importante na medida em que provê um sentido para o comportamento de busca de informação, e significa “um conjunto (ou grupo) de situações passadas, presentes e futuras” que irão impactar no comportamento. Neste sentido, um fluxo de **situações** emerge a partir dos contextos, onde as situações, ações e/ou comportamentos ocorrem ao longo do tempo e podem ser percebidas como sendo conectadas por participantes e/ou estrangeiros. Para ilustrar o conceito de “situações”, a autora salienta que a frase “contexto de uma situação” ajuda a entender a relação entre contextos e situações e, ainda, que cada indivíduo pode perceber de maneira diferente a mesma situação. Prosseguindo, a autora “empresta” o termo **Redes Sociais** das Ciências Sociais e da Comunicação e explica que redes sociais ajudam a construir situações e contextos, assim como também são construídas por estes (FIGURA 3).

FIGURA 3 – REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE CONTEXTO, SITUAÇÕES E REDES SOCIAIS NO ESTUDO DE SONNENWALD (1999)



FONTE: Sonnenwald (1999) traduzida pela autora (2017).

Para a autora, em um contexto particular ocorre uma determinada situação e, em um conjunto de situações, existe uma rede social da qual os indivíduos são membros. Muitos membros da rede social são participantes da situação, mas não todos e *vice-versa*. Um exemplo deste caso é uma reunião em um ambiente acadêmico na qual participam a maioria dos membros do corpo docente, mas não todos (SONNENWALD, 1999).

A partir da apresentação destes conceitos e também de discussões acerca do comportamento de busca de informação, da informação em si, da busca, da exploração, da filtragem, do uso e da comunicação da informação, a autora infere cinco proposições.

Proposição 1: o comportamento da informação humana é construído, isto é, molda e é moldado por indivíduos, redes sociais, situações e contextos – sugere que, em um determinado contexto, os indivíduos podem recorrer a situações dentro das redes sociais para moldar seu comportamento informacional. Ademais, o indivíduo, a rede social, a situação e o contexto podem ajudar a determinar os recursos de informação disponíveis para satisfazer a necessidade.

Proposição 2: indivíduos ou sistemas dentro de uma situação e contexto específicos, podem perceber, refletir e/ou avaliar mudanças em outros, em si e/ou em seu ambiente. O comportamento da informação é construído em meio a um fluxo de tais reflexões e/ou avaliações, em particular, em meio a reflexões e/ou avaliações relativas a falta de conhecimento – sugere que diante das situações, sempre há mudança ou movimento, percepção esta que, segundo a autora, foi incorporada no modelo *Anomalous State of Knowledge (ASK)* de Belkin em 1980 e na teoria do *sense-making* de Brenda Dervin em 1983. Diante desta percepção de mudança, as reflexões para tomada de decisão irão orientar o comportamento de busca de informação, uma vez que o indivíduo pode perceber que não tem conhecimento suficiente acerca do tema e, após avaliar, decidir se quer buscar informações ou não. Incluem-se nesta proposição os fenômenos de provisionamento de informações sem expressa necessidade ou consulta de informação. Isso pode ocorrer quando os membros de uma rede social percebem uma mudança e concluem que outro membro precisa, ou pode precisar, de informações que eles têm e estão dispostos a compartilhar.

Proposição 3: Dentro de um contexto e situação existe um "horizonte de informação" no qual podemos agir – sugere que o indivíduo, ao decidir buscar uma informação, será orientado por um “horizonte de informação”, no qual ele pode

procurar informações. Este “horizonte de informação” pode ser constituído por uma variedade de recursos de informação, tais como: redes sociais, incluindo colegas, especialistas em assuntos, bibliotecários de referência, corretores/“*brokers*” de informações, etc.; documentos, incluindo mídia de transmissão, páginas da *web*, livros, etc.; ferramentas de recuperação de informações, incluindo sistemas de recuperação de informações baseados em computador, bibliografias, etc.; e, ainda, pode se dar a partir da sua própria experimentação e observação no mundo. A autora explica que o “horizonte de informação” e, posteriormente, os recursos de informação, são determinados social e individualmente pelas situações e contextos em que se encontra o indivíduo. Sonnenwald exemplifica que revisores de artigos acadêmicos ajudam a determinar as referências, ou seja, recursos de informação, que devem ser usados em um artigo, desconsiderando referências “não acadêmicas” (revistas comerciais, por exemplo) para aquele contexto, embora estas mesmas revistas comerciais possam ser consideradas importantes recursos de informação para o mercado financeiro, em um outro contexto. Em algumas situações e contextos, um “horizonte de informação” pode, ainda, ser limitado pela economia social e pela política.

Proposição 4: O comportamento da informação humana pode, idealmente, ser visto como colaboração entre um indivíduo e recursos de informação – sugere que os objetivos da colaboração, nesse sentido, são o compartilhamento de significado e a resolução de uma condição de falta de conhecimento. A colaboração com (e entre) recursos de informação idealmente inclui interação reflexiva e/ou aprovisionamento reflexivo de informações. A autora chama atenção para o fato de que a colaboração entre os recursos individuais e de informação será delimitada pelo horizonte de informação do indivíduo para a situação e o contexto fornecidos, sendo que o desafio é entender como este horizonte pode ser expandido para incluir recursos de informação apropriados às suas demandas informacionais. Deste modo, os sistemas e serviços de recuperação de informações, por exemplo, nas bibliotecas digitais, podem colaborar com o indivíduo para facilitar uma resolução efetiva da sua condição de falta de conhecimento. Isso sugere que as interações com as tecnologias de informação podem ter um papel no sentido de fornecer acesso compartilhado às ferramentas de recuperação de informações entre usuários e intermediários profissionais etc.

Proposição 5: os horizontes de informação podem ser conceituados como espaços de solução densamente povoados – entendendo que os horizontes de informação consistem em uma variedade de recursos de informação (incluindo redes sociais, documentos, ferramentas de recuperação de informações e experimentação e observação no mundo, muitos dos quais têm algum conhecimento um do outro), estes podem ser conceituados como um espaço densamente povoado. Nos horizontes de informação diversos recursos são assumidos e o problema da recuperação de informação perpassa a decisão sobre o caminho mais eficiente para a melhor solução, indo a um patamar de determinar como tornar visíveis as soluções possíveis - para um(uns) indivíduo(s) e para outros recursos de informações nos horizontes de informação

A autora alerta que os indivíduos podem não reconhecer seus horizontes como densamente povoados e, ainda, que não é possível elaborar algoritmos capazes de delinear o comportamento de busca de informação de cada indivíduo, rede social ou contexto. No entanto, o mapeamento do “horizonte de informação” pode fornecer subsídios para, a partir do conhecimento de suas redes sociais e interações, satisfazer a necessidade diretamente ou oferecer indicadores com recursos adequados.

Quando Sonnenwald propôs este “horizonte de informação”, já existiam tentativas na busca de compreender o espaço ou “lugar” em que se dava o comportamento de busca de informação e suas relações pela busca de informação. Um “ambiente de uso da informação”, descrito por Taylor em 1991; e o “mundo da informação”, apresentado por Chatman em 1992, são exemplos de estudos que também buscaram representar graficamente o comportamento de busca de informação. No entanto, o desenvolvimento completo do conceito de “horizonte de informação” como método de pesquisa, particularmente aquele que apresentou um modo gráfico, foi pioneiro, pois não havia um movimento firmado ou óbvio em tais métodos na época (HARTEL, 2017).

Ao postular que as redes sociais desempenhavam um papel importante no comportamento de busca de informação, ajudando a definir o “horizonte de informação” de um indivíduo e participando ativamente do processo de informação humana, Sonnenwald, em parceria com Barbara M. Wildemuth e Gary L. Harmon, foram a campo para investigar o comportamento de busca de informação de estudantes de baixa renda a partir da abordagem do “horizonte de informação” (SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001).

No estudo, os autores se propuseram a discutir o mapeamento do “horizonte de informação” de estudantes de graduação de baixa renda, matriculados em um curso intitulado “*Frontiers in Biology*”, disciplina avançada do curso Biologia Molecular de uma universidade localizada em uma área rural dos Estados Unidos. Os estudantes tiveram que descrever várias situações de busca de informações para um contexto particular e desenhá-las como um “mapa do horizonte de informação”, representando graficamente os recursos de informação (incluindo pessoas) que eles normalmente acessavam, assim como indicaram as suas preferências por esses recursos. As representações gráficas resultantes foram analisadas em conjunto com os dados de entrevista (coletados pela técnica do incidente crítico e da técnica do “*think-aloud*”¹⁶), utilizando uma variedade de técnicas derivadas da análise de redes sociais e análise de conteúdo (SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001).

A questão de pesquisa, norteadora do estudo, investigava se os participantes do estudo poderiam articular ou descrever seus horizontes de informação gráfica e verbalmente. Os autores utilizaram a combinação da articulação gráfica e verbal dos “horizontes de informação” dentro do **contexto**¹⁷ de avaliação do impacto que um programa de orientação eletrônica pode ter nos estudantes em áreas socioeconômicas mais baixas. Participaram do estudo onze estudantes de graduação que frequentavam uma universidade minoritária em uma área rural, economicamente debilitada nos EUA e, ainda, nove cientistas que trabalhavam para uma grande empresa localizada no nordeste dos EUA. O curso em que os estudantes estavam matriculados foi selecionado para participar de um projeto de *E-Mentoring*, o qual forneceu o **contexto** da pesquisa, e não foi selecionado com base no conteúdo do curso, qualificações de estudantes, etc. (SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001).

Os participantes da pesquisa foram convidados a descrever suas buscas recentes de informação para satisfazer suas necessidades de informação dentro do curso em que estavam matriculados. Ao longo do processo de representação, os

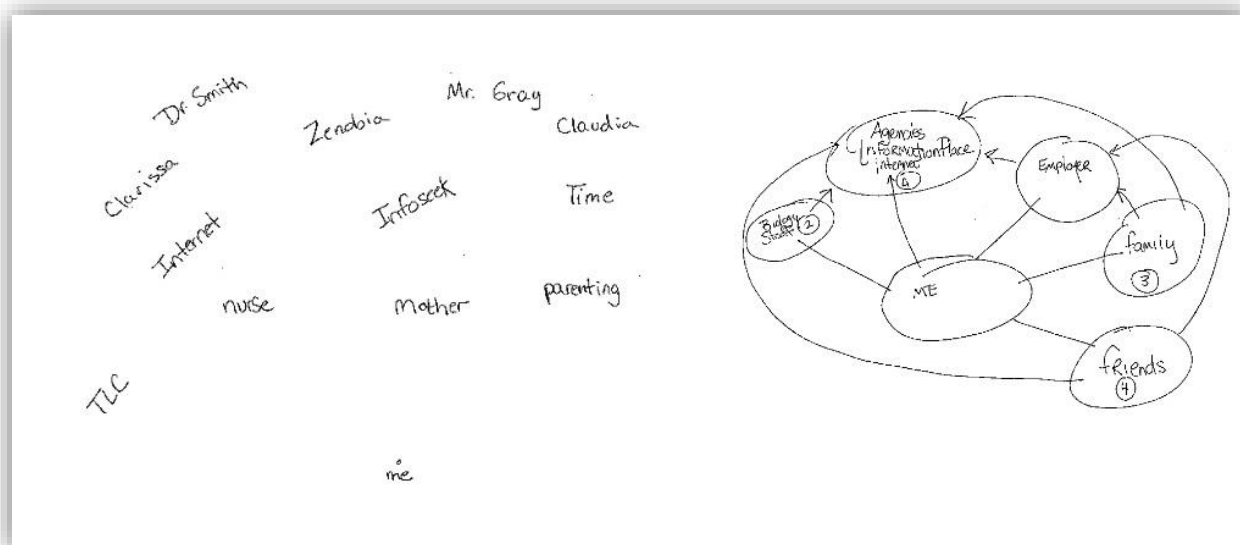
¹⁶ A técnica “*think-aloud*” consiste em um tipo de protocolo falado obtido pela verbalização dos procedimentos adotados para a execução de uma determinada tarefa, no qual é solicitado ao entrevistado que manifeste em voz alta seus pensamentos, sem interpretá-los de modo a tornar suas ações explícitas (ERICSSON; SIMON, 1993; VAN SOMEREN; BARNARD; SANBERG, 1994; SCHULTE-MECKLENBECK *et al.*, 2011 *apud* DUARTE; KORELO, 2017).

¹⁷ Conforme postulou Sonnenwald (1999), contexto significa “um conjunto (ou grupo) de situações passadas, presentes e futuras” que irão impactar no comportamento de busca de informação. Por esta razão, negritou-se a palavra, para dar destaque a este entendimento.

entrevistadores motivavam os participantes por meio de perguntas que os fizessem descrever, com maior riqueza de detalhes, as suas buscas de informação, incluindo todas as suas fontes (recursos e pessoas), de modo a possibilitar o real mapeamento do “horizonte de informação” (SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001).

A partir dos dados coletados, os autores realizaram o mapeamento do “horizonte de informação”, conforme exemplos na Figura 4, onde são representados os mapas de dois estudantes. Na ilustração, os autores identificaram as fontes e recursos de informação dos estudantes, assim como as interações com e entre as fontes, ressaltando que nos “horizontes de informação” os estudantes também indicaram recursos humanos como fontes de informação.

FIGURA 4 – HORIZONTES DE INFORMAÇÃO DE DOIS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001



FONTE: Sonnenwald; Wildemuth; Harmon (2001).

No estudo, como exemplo de análise dos dados coletados, os autores compuseram uma matriz, na qual pode ser relacionada a ordem de preferência por determinadas fontes e recursos, assim como a interconexão dos estudantes com seus recursos de informação (FIGURA 5).

FIGURA 5 – MATRIZ ILUSTRANDO A ORDEM DE PREFERÊNCIA POR RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001

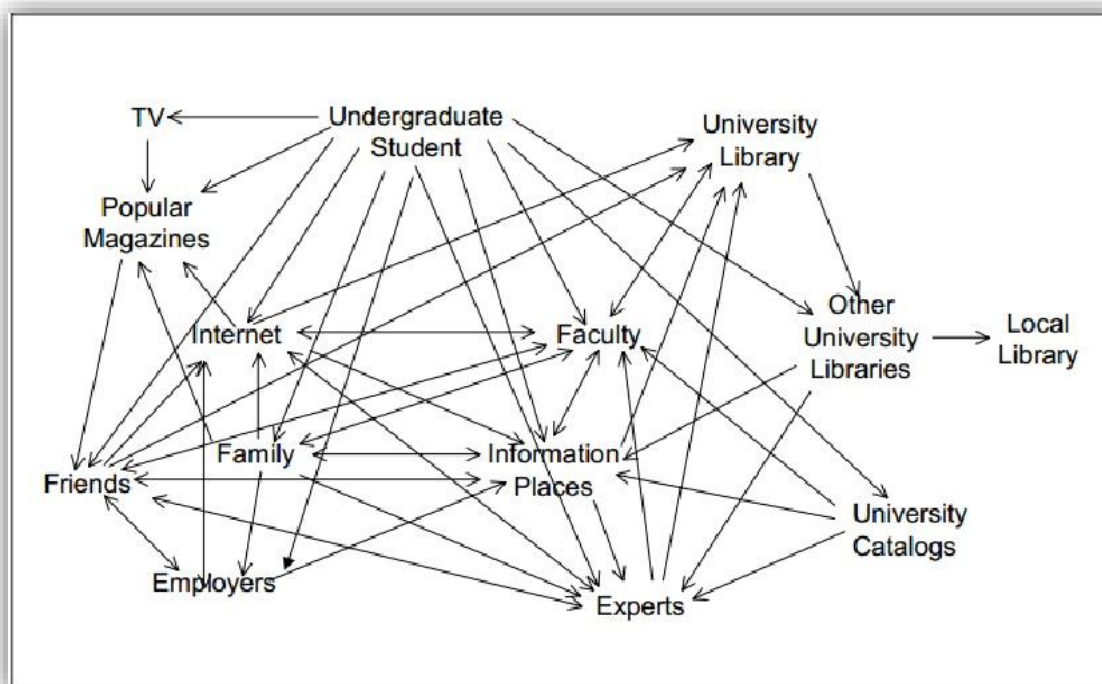
	AL	DB	KM	AR	DeK	ME	DoK	JI	DaK	JE	YE	# students	Total times mentioned
Internet	1	2	1	1	2	1	2,4,6,8	1	1	1	1	11	14
Faculty		1	2	4	2,4	2	3	2		2		8	9
Friends			3	3		5	7	1			3	6	6
Univ Library	3	3			3				2	3	4	6	6
Experts	2				1	4		2		2		5	6
"Info Places"	1						2,4,6,8	2		2		4	7
Family				1	1	3	5					4	4
Other Univ Libraries	4							1		4		3	3
Employer							1,6,8				2	2	4
Local Library	5									5		2	2
Popular Magazines				1,2								1	2
TV				1								1	1
University Catalogs								1				1	1
Links among students and resources	7	3	3	10	9	5	18	16	2	9	4		

FONTE: Sonnenwald; Wildemuth; Harmon (2001).

Os autores ressaltam que a matriz também pode ser visualizada como uma rede social de dois modos¹⁸ na qual os participantes do estudo podem ser um modo, e seus recursos de informação o segundo modo. Os autores alertam que as medidas de centralidade não foram desenvolvidas para redes de dois modos, embora seja possível ampliar a teoria da rede social e a teoria dos grafos para sugerir tendências entre as preferências dos recursos de informações, por meio da análise dos *links* de preferência, assim como da falta destes *links*, para mostrar a interconexão entre os recursos de informação, conforme ilustra a Figura 6.

¹⁸ Para explicar este conceito, os autores recorrem a WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press, 1998.

FIGURA 6 - REDE DE RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA DE SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001



FONTE: Sonnenwald; Wildemuth; Harmon (2001).

Ao concluírem o estudo, os autores validaram a abordagem do “horizonte de informação”, verificando que este tipo de coleta de dados parece ter diversas vantagens em relação a outras técnicas. A combinação de representações gráficas e verbais dos “horizontes de informação” dos participantes proporcionou o alcance da amplitude e profundidade no delineamento do comportamento de busca de informação, em comparação a outras pesquisas mais tradicionais sobre a interação entre os recursos de informação e os entrevistados. Os autores ressaltam que esta técnica requer menos “mão-de-obra” do que a observação direta das atividades de busca de informações das pessoas. Finalmente, o próprio método (incorporando descrição verbal e representação gráfica) fornece triangulação de dados, melhorando assim sua validade. Finalizam o estudo indicando que é importante incorporar a abordagem em outros estudos de modo a avaliar sua aplicabilidade em outras situações e outros grupos de pessoas (SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001).

Após o estudo pioneiro de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001), outros pesquisadores se empenharam em utilizar a abordagem do “horizonte de informação” em seus estudos, adicionando uma ou mais variáveis para análise e outras

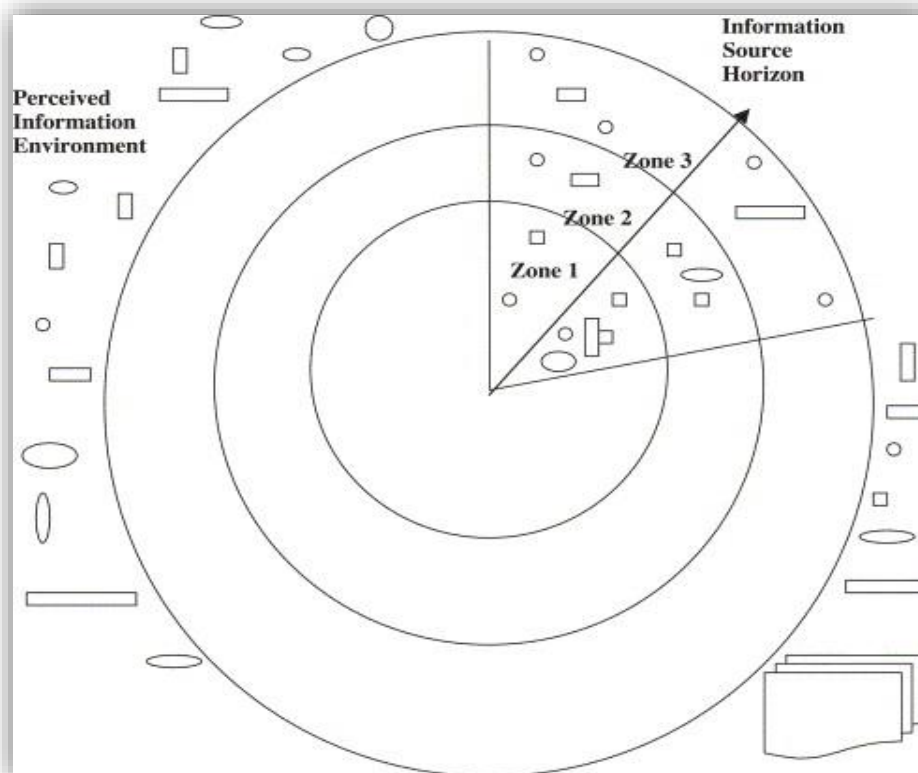
correlações, entre os quais se destacam as pesquisas de Savolainen e Kari (2004) e Huvila (2009).

Savolainen e Kari (2004) propõem a ideia de que há um “horizonte de fonte de informação”, o qual se abre diante do “olho da mente” no momento das buscas por informação e se estende para um horizonte distante do seu ambiente percebido de informação. Nesta abordagem, em um “horizonte de fonte de informação” os recursos são posicionados de acordo com sua relevância, onde a proximidade e a distância das fontes evidenciaria a sua relevância para o indivíduo. Os autores realizaram um estudo empírico da abordagem, dando enfoque às maneiras pelas quais as pessoas buscam informações de serviços em rede, a *Web* em particular, em contexto de autodesenvolvimento, entendidas como atividades não profissionais, tais como passatempos.



A pesquisa se diferencia da de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001), ao reformular o “horizonte de informação” de um recurso físico e espaço de atividade, para uma noção mais psicológica “inventada” em um “horizonte de fonte de informação”, onde se ressaltam as preferências pelas fontes e sua relevância, em detrimento às próprias fontes e recursos em si.

No estudo de Savolainen e Kari (2004), foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dezoito cidadãos finlandeses envolvidos em projetos de autodesenvolvimento, os quais também receberam um pedaço de papel com um diagrama de três círculos aninhados e foram aconselhados a marcar as fontes mais importantes no círculo mais próximo deles (Zona 1); as fontes em um segundo nível de importância na esfera intermediária (Zona 2); e as fontes menos importantes na esfera mais externa (Zona 3), conforme ilustrado na Figura 7.

FIGURA 7 – “HORIZONTE DE FONTE DE INFORMAÇÃO” E AS ZONAS DE PREFERÊNCIAS DE ORIGEM



FONTE: Savolainen; Kari (2004).

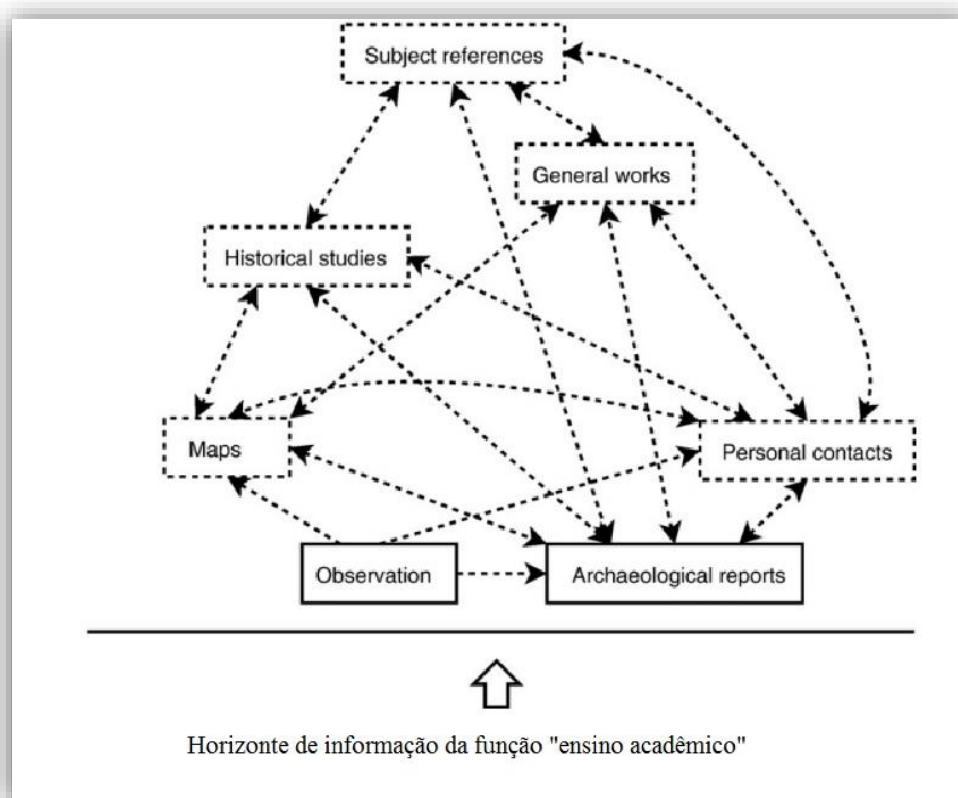
Legenda: Zona 1 = fontes de informação mais preferidas; Zona 2 = fontes de informação de importância secundária; Zona 3 = fontes de informações periféricas. As formas como  e  ilustram vários tipos de fontes de informação e foram selecionadas arbitrariamente e, portanto, não significam os tipos específicos de fontes, por exemplo, mídia impressa (tradução nossa).

Os participantes não receberam qualquer critério para definir as preferências e foram convidados a pensar em voz alta sobre cada fonte, enquanto posicionavam as várias fontes de informação nas três zonas de relevância. O estudo identificou 111 canais e fontes de informação possíveis; comparações entre as fontes em rede *versus* fontes impressas; e os motivos das preferências de origem por cada zona. Nos “horizontes de fontes de informação” apareceram, segundo a ordem de preferência: fontes humanas, como amigos e colegas; seguidas de mídia impressa, como jornais e livros e; fontes em rede.

Em 2009, Huvila realizou um estudo para verificar as contribuições da abordagem do “horizonte de informação” como instrumento de análise de dados. O estudo se diferencia de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001), uma vez que busca capturar as atividades de informação e os recursos de um coletivo (arqueólogos nórdicos) e é desenhado pelo pesquisador, não pelo informante. A pesquisa se

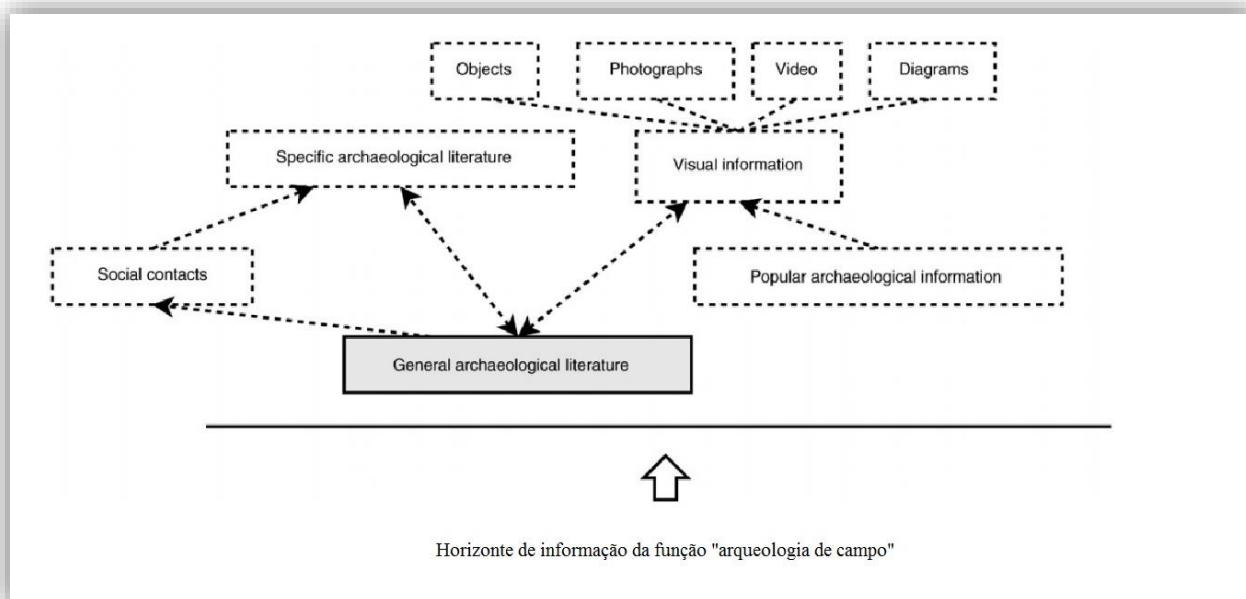
desenvolveu por meio de entrevistas focalizadas com 25 profissionais de arqueologia (finlandeses e suecos), seguida por uma análise dos dados da entrevista para identificar sete funções no âmbito arqueológico (ensino acadêmico, arqueologia de campo, antiquário, divulgação pública, pesquisa acadêmica, administração do patrimônio cultural e desenvolvimento de infraestrutura). As sete funções foram então submetidas à análise por meio da abordagem do horizonte de informação. O comportamento informacional resultante das interações entre as sete funções foi representado nos mapas, os quais explicitam a percepção dos recursos disponíveis pelos arqueólogos, seus relacionamentos mútuos e os padrões de uso. Os mapas diferem por função, como ilustrado nos dois exemplos das Figuras 8 e 9, que representam a função do ensino acadêmico (FIGURA 8) e a função da arqueologia de campo (FIGURA 9).

FIGURA 8 – HORIZONTE DE INFORMAÇÃO DA FUNÇÃO “ENSINO ACADÊMICO” IDENTIFICADO POR HUVILA (2009)



FONTE: Huvila (2009) com legenda traduzida pela autora (2017).

FIGURA 9 – HORIZONTE DE INFORMAÇÃO DA FUNÇÃO “ARQUEOLOGIA DE CAMPO IDENTIFICADO POR HUVILA (2009)



FONTE: Huvila (2009) com legenda traduzida pela autora (2017).

A abordagem difere do “horizonte de informação” de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001) e do “horizonte de fonte de informação” de Savolainen e Kari (2004), visto que em vez de utilizar os “horizontes de informação” durante a coleta de dados, Huvila (2009) os utiliza como ferramentas analíticas para sintetizar e delinear as múltiplas características do comportamento informacional, coletadas por meio de entrevistas coletivas e ilustradas pelo autor. Com os “mapas de horizonte de informação analítica”, Huvila realiza um exercício “elástico” de análise, partindo de uma perspectiva cognitiva (centrada na mente de um indivíduo) até uma perspectiva analítica sócio cognitiva ou de domínio que representam as informações práticas em um mundo social (HARTEL, 2017).

Segundo Huvila (2009) os achados indicam que os “mapas de horizonte de informação analítica” se configuram como uma abordagem aplicável e qualitativamente válida para visualizar, comunicar e estruturar padrões de uso individuais e compartilhados dos recursos de informação e organização da atividade de informação.

Em 2017, Jenna Hartel se propôs a analisar os três estudos acima citados, buscando encontrar as contribuições da abordagem do “horizonte de informação” dentro dos três contextos. A autora faz a descrição das principais características de

cada abordagem e conclui que os três métodos visuais diferem no que se refere a: abordagem teórica; projetos de pesquisa e protocolos de coleta de dados.

Hartel aponta como fragilidades no estudo de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001) o não detalhamento sobre: os materiais utilizados na representação gráfica (tipo e orientação do papel, variedade de cores das canetas, por exemplo); a orientação dada sobre a forma de realizar o desenho; e a duração de todo o processo (embora uma nota de rodapé no relato do estudo indique que a entrevista durou entre 45 a 75 min, não está claro se foi o tempo para o desenho ou para a entrevista e para o desenho).

Quanto ao estudo de Savolainen e Kari (2004), Hartel aponta que o modelo circular (ilustrado na FIGURA 7) não reflete, em sua opinião, a definição de um “horizonte de fonte de informação” como os próprios autores o definem, ou seja, por meio do “olho da mente”. Em vez disso, o modelo representa um fenômeno de informação que envolve um indivíduo de forma abrangente e de 360 graus. No estudo, os participantes não tiveram a liberdade para se posicionar em seu próprio “horizonte de fonte de informação”, pois não puderam representar as fontes de informação de forma aleatória (se visto de cima, o “horizonte” poderia ter fontes indicadas na parte superior, posterior, à esquerda ou à direita, para esse assunto ou aquele, por exemplo). Assim, segundo a autora, a concepção de Savolainen e Kari (2004) do “horizonte de fonte de informação” não é refletida corretamente no instrumento de coleta de dados gráficos.

No trabalho de Huvila (2009), a autora critica o fato de que o próprio autor criou os mapas, o que pode ser uma desvantagem, visto que é necessário um tempo para dominar e aplicar a estrutura teórica complexa, bem como a necessidade de habilidade e fluência significativa no domínio visual (HARTEL, 2017).

Apesar de encontrar fragilidades, a autora afirma que estudos posteriores podem reconhecer as características únicas de cada método e, portanto, os pesquisadores podem adotar mais facilmente o que considerarem mais adequado para obter respostas para suas questões de pesquisa. A ampliação da abordagem do “horizonte de informação” parece fornecer uma ferramenta metodológica para a pesquisa do comportamento de busca de informação, especialmente quando a identificação, a preferência e a relevância das fontes são os objetivos da pesquisa. A autora postula que outros pesquisadores podem fazer modificações a esses métodos

visuais, o que pode gerar abordagens baseadas em diagramas ainda mais eficazes e criativos.

3 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

Do ponto de vista da abordagem e objetivos, esta pesquisa se configura como qualitativa e exploratória, na medida em que objetiva analisar as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais no contexto da participação em iniciativas de Governo Aberto.

Para a construção do Referencial Teórico, parte dos resultados e parcialmente o alcance do objetivo específico “b” (apresentar os aspectos da busca de informação, sob o enfoque do “horizonte de informação”, descrevendo os principais conceitos envolvidos no contexto de sua preposição), foi realizada pesquisa bibliográfica nas bases de dados disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mais especificamente nas bases: *Information Science & Technology Abstracts (ISTA)*; *Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (LISTA)*; *Business Source Complete*, *Science Direct* e *Web of Science* (Coleção Principal) nas quais foram aplicadas estratégias de busca contendo os termos e expressões: participação; Governo Aberto; sociedade civil; comportamento de busca de informação; e horizonte de informação, com traduções dos termos para os idiomas inglês e espanhol, com o objetivo de obter o primeiro contato com as pesquisas nas áreas citadas. A partir dos resultados, foram realizados refinamentos e as devidas análises para redação dos capítulos apresentados no referencial teórico desta pesquisa e as considerações finais, discutidas na quinta seção deste trabalho.

Para seleção do universo e amostra da pesquisa realizou-se pesquisa e análise documental por meio de portais institucionais, sítios na Internet e contato via e-mail, a partir do que foi possível observar que, no Brasil, existem diversas entidades que atuam no controle social, transparência e participação social, não sendo possível precisar o número exato de instituições dessa natureza, dada a dinâmica de surgimento e/ou extinção destas organizações¹⁹. No entanto, no conjunto de elementos/premissas das iniciativas de Governo Aberto, atuando nas quatro frentes

¹⁹ Foram consultadas, via e-mail, as entidades do Grupo de Trabalho Sociedade Civil e a Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência, esta última ligada ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União para obtenção destes dados. No entanto, a partir das respostas de Imaflora, OSB e da própria Coordenação-Geral de GA, estes não souberam precisar o número total de entidades. A CGU informou que, durante a construção do 3º Plano de Ação para Governo Aberto do Brasil, trabalhou com 57 representantes da sociedade civil e do setor privado, número este que, para a instituição, não refletiria a realidade do total de entidades da SCO.

principais de GA, existe um conjunto de entidades, delimitado em resolução, passíveis de se apresentar e representar o coletivo da Sociedade Civil Organizada brasileira no contexto das iniciativas de Governo Aberto.

Em solo brasileiro, a Resolução Nº 1 de 18 de novembro de 2014 instituiu o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para assessoramento em assuntos relacionados ao Governo Aberto, o qual tem como finalidade auxiliar na formulação de instrumentos, políticas e diretrizes relacionados com a atuação do Poder Executivo Federal na Parceria para Governo Aberto; e acompanhar a execução das ações e medidas acolhidas pelo Grupo Executivo²⁰ e incorporadas aos planos de ação nacionais sobre Governo Aberto (BRASIL, 2014).

A partir destes dados definiu-se o universo da pesquisa, composto pelas Entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira que atuam diretamente na formulação de produtos e serviços que oportunizam a participação em iniciativas de Governo Aberto²¹. Foram selecionadas, de forma intencional, as sete entidades que compõem o Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para assessoramento em Governo Aberto no Brasil, a saber:

- a) Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (COLAB/USP);
- b) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);
- c) Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA);
- d) Observatório Social de Brasília (OSB);
- e) Open Knowledge Foundation Brasil;
- f) Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS); e
- g) União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Em cada uma destas entidades atuam indivíduos, denominados nesta pesquisa como **agentes sociais**, que oportunizam a participação da sociedade nas iniciativas de Governo Aberto, por meio de sua ação direta com os cidadãos e/ou a partir de seus portais institucionais, práticas e programas de capacitação para uso de dados abertos governamentais, assim como a partir de seus produtos, serviços,

²⁰ O Grupo Executivo é formado por sete ministérios (Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça e Cidadania), sob a coordenação da Controladoria-Geral da União (CGU). Dentre outras atividades, o Grupo é responsável por elaborar os Planos de Ação e submetê-los ao CIGA para aprovação.

²¹ Na seção de Resultados e Discussões são apresentados os produtos e serviços elaborados/prestados pelas entidades no tocante ao contexto de Governo Aberto.

eventos e oficinas. Do universo de agentes sociais que atuam em cada entidade selecionou-se uma amostra de **dois** indivíduos que representam suas entidades no GT da Sociedade Civil, uma vez que estes foram entendidos como aqueles que: a) apresentam atuação direta produzindo conteúdo tanto para os portais institucionais, quanto para as práticas e ações voltadas à promoção da participação; e b) podem fazer busca, recuperação, tratamento e uso de informação, dentro do contexto de GA; dos quais se tem o interesse de analisar o comportamento de busca de informação.

Para alcance do objetivo específico “a”, procedeu-se uma análise documental nos portais institucionais de cada entidade, Portal da Parceria para Governo Aberto no Brasil, sítios na Internet e, ainda, questionamentos aos representantes durante as entrevistas *in loco*, buscando caracterizar os objetivos, formas de constituição e representação, áreas de atuação e principais práticas e ações, apresentando os produtos e serviços elaborados/prestados por cada entidade. Para completar o processo de coleta de dados que possibilitassem a caracterização das entidades, os participantes do estudo foram questionados sobre o(s) principal(is) objetivos da entidade; a(s) área(s) de atuação; e indicação dos principais produtos, serviços, práticas e ações desenvolvidos no âmbito das iniciativas de Governos Aberto, os quais compõem a seção de Resultados e Discussões deste documento.

Visando completar o alcance do objetivo específico “b” (apresentar os aspectos da busca de informação, sob o enfoque do “horizonte de informação”, descrevendo os principais conceitos envolvidos no contexto de sua preposição), lançou-se mão dos resultados obtidos a partir das buscas nas bases de dados (anteriormente descritas). A análise dos resultados, apresentação e discussão dos conceitos pertinentes ao comportamento de busca de informação e à abordagem do “horizonte de informação”, encontra-se situada no Referencial Teórico deste documento.

Para o alcance do objetivo específico “c” (discutir a Participação e seus elementos caracterizadores no contexto das iniciativas de Governo Aberto, sob o enfoque da Escada de Participação de Arnstein), aplicou-se a estratégia de busca: (((“civi* participation” OR “popular participation” OR “citiz* participation”)) AND (“open government”))), com suas respectivas traduções para os idiomas espanhol e português, nas bases de dados com cobertura nas áreas de Ciências Sociais (Sociologia, Ciências Políticas, Humanidades), Administração Pública, assim como bases multidisciplinares, disponíveis no Portal do Sistema de Bibliotecas da

Universidade Federal do Paraná (UFPR)²² a saber: *Business Source Complete* (EBSCOHost), *Science Direct* (Elsevier) e *Web of Science* – Coleção Principal (*Thomson Reuters Scientific*). Dos dez artigos que empregaram o estudo de Arnstein (1969), sete o utilizaram para analisar as formas de participação e representação, mecanismos, condicionantes e motivações, assim como os níveis de participação cidadã no contexto político e na gestão democrática. Os outros três artigos não apresentaram elementos relevantes para esta investigação, visto que um deles somente citou o estudo de Arnstein nas Referências do trabalho; e os outros dois citaram o estudo somente para reforçar alguma afirmação que faziam no artigo. A apresentação desta análise se encontra parte no Referencial Teórico e parte na seção de Resultados e Discussões deste documento.

Esta pesquisa buscou se aproximar do estudo original de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001). Para coleta de dados foi realizada pesquisa de campo por meio de entrevistas com os agentes sociais selecionados, considerando a abordagem do “horizonte de informação”, na qual foram utilizadas três técnicas simultaneamente: a) incidente crítico; b) *think-aloud*; e c) representação gráfica.

As entrevistas ocorreram *in loco* (cinco delas em Brasília, quatro em São Paulo (capital), duas em Piracicaba – SP e duas em Belo Horizonte), em horário agendado pelos participantes. Excepcionalmente, uma das entrevistas foi realizada à distância, por meio do Skype®, pois o entrevistado se encontrava na Alemanha à época da coleta.

As entrevistas foram divididas em dois momentos: a) exploração dos aspectos do comportamento de busca de informação dos agentes sociais, utilizando-se das técnicas de incidente crítico, *think-aloud* e representação gráfica; e b) verificação das relações existentes entre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais e os degraus da Escada de Participação, utilizando-se a técnica do incidente crítico.

No primeiro momento da entrevista fez-se uma breve apresentação dos objetivos e interesses da pesquisa e da abordagem do “horizonte de informação”. Na sequência, em consonância com os aspectos metodológicos da abordagem, foi apresentado o contexto e as situações que norteariam a coleta de dados, a saber:

²² http://www.portal.ufpr.br/bases_restritas.html

condições²³ de buscas de informação para orientação da elaboração de produtos e serviços que oportunizam a participação nas iniciativas de Governo Aberto. Assim, os entrevistados tiveram a seguinte provocação (técnica do incidente crítico):

Pense em quando você, recentemente, precisou de informações para orientar a formulação de produtos e serviços (por exemplo: notícias/documentos atividades/eventos, cursos) para oportunizar a participação em iniciativas de Governo Aberto, o que você fez?

Os participantes, então, foram convidados a responder à questão, verbalizando seus procedimentos de busca em voz alta (técnica do *think-aloud*) ao mesmo tempo em que desenhavam/representavam no papel (técnica da representação gráfica), evidenciando cada passo e fonte consultada, assim como ordem de preferência, satisfação ou não durante o processo de busca e recuperação de informação. Neste momento, buscou-se compreender o contexto da necessidade de informação e as situações em que ocorreram a busca e a utilização desta para suprir a demanda inicial de informação do agente social. Para tanto, quando necessário, foram utilizadas questões orientadoras²⁴, as quais ofereceram subsídios importantes para coleta e foram resgatadas na categorização da análise dos dados, a saber:

- a) que tipo de informação você precisava?
- b) por que essa informação era necessária?
- c) você consultou pessoas para auxiliá-lo na busca pela informação? (atribua ordem de consulta)
- d) qual(quais) recurso(s) você utilizou para encontrar a informação necessária? (atribua ordem de utilização)
- e) você ficou satisfeito com os resultados?
- f) você seguiria o mesmo processo (se você precisasse de informações semelhantes em um momento posterior)?
- g) e, se não encontrou, o que faria de forma diferente?

²³ A palavra “condições” foi utilizada no sentido de “circunstâncias”, buscando-se identificar as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais, apontando os passos, recursos e relações existentes neste processo de busca para orientação da elaboração de produtos e serviços das entidades.

²⁴ Algumas destas perguntas constam no estudo de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon, em sua pesquisa empírica com os estudantes em 2001. Os autores avaliam que as mesmas perguntas podem ser realizadas em contextos diferentes, por esta razão foram utilizadas com alguma variação.

A partir da primeira entrevista, percebeu-se que seria necessário adaptar o roteiro e pedir aos participantes que escolhessem uma de suas práticas ou ações, dada a amplitude de atividades desenvolvidas por cada agente, assim como estes ficaram livres para apontar a ação independente de delimitação temporal (*[...] recentemente elaborou algum produto ou serviço*) e, ainda, o posicionamento destes agentes nas suas respectivas representações gráficas (APÊNDICE A).

No segundo momento da entrevista, para identificar as relações existentes entre o comportamento de busca de informação dos entrevistados e os degraus da Escada de Participação de Arnstein (1969), utilizou-se, complementarmente, a técnica do incidente crítico e *think-aloud*, sem a representação gráfica, com a seguinte provocação:

Pense em quando você atuou recentemente frente à gestão governamental. Em que circunstâncias se deu a sua atuação?

Neste momento, acrescentaram-se as seguintes indagações: *de que forma a informação contribuiu para sua atuação? De que forma se deu a sua participação?*

Para alguns entrevistados, esboçou-se a Escada de Participação de Arnstein, com breve explanação de cada degrau e estágio preconizados pela autora, para que estes tivessem o contexto e pudessem formular suas respostas.

As entrevistas foram gravadas para que, quando necessário, os resultados pudessem ser consultados e/ou comparados com os da etapa gráfica para complementar a análise dos dados. Utilizou-se o *software online* “Speechlogger”, que consiste no reconhecimento de voz e de tradução instantânea, empregando a tecnologia do Google® de fala para texto (disponível em: <https://speechlogger.appspot.com/pt/>), para transcrição de duas entrevistas e as demais foram consultadas os áudios diretamente, uma vez que não foi possível transcrevê-las devido à qualidade da coleta do áudio.

Nesta investigação, ofereceu-se aos agentes sociais três tamanhos de papéis brancos, a saber: A4 (21cm x 29,7cm); A3 (29,7cm x 42cm) e Cartolina (50cm x 66cm); canetas, pincéis e lápis coloridos e lápis. Os entrevistados ficaram livres para definir a orientação do papel (retrato ou paisagem) e, ainda, seus próprios posicionamentos dentro do “horizonte de informação” (na posição central, periférica ou ausente na representação gráfica). Tais decisões foram tomadas seguindo os apontamentos de Hartel (2017) sobre o estudo original de Sonnenwald; Wildemuth; Harmon (2001), no

qual a autora assinala a ausência de detalhamentos sobre os tipos de papéis utilizados, assim como sobre as orientações de como realizar o desenho.

Em conformidade com os aspectos metodológicos de análise preconizados pela abordagem do “horizonte de informação”, estabeleceram-se categorias para análise do comportamento de busca de informação dos agentes sociais, articulando-as com as questões norteadoras empregadas na coleta de campo, a saber: a) análise da necessidade de informação; b) análise dos recursos de informação; e c) percepção do usuário de informação; cada uma contendo características apontadas na literatura consultada e pontos para discussão e análise dos dados, conforme ilustra o Quadro 2:

QUADRO 2 - CATEGORIAS DE ANÁLISE PRÉ-ESTABELECIDAS, QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA E PONTOS PARA ANÁLISE

(Continua)

Categoria de análise	Conceitos relacionados às categorias de análise	Questões orientadoras utilizadas na pesquisa	Pontos para análise
Necessidade de informação	Percepção da falta de conhecimento sobre determinado tema e decisão de buscar informações acerca deste. (SONNENWALD, 1999).	Que tipo de informação você precisava? Por que essa informação era necessária?	Descobrir os conceitos/palavras-chave relevantes para os entrevistados. Neste particular, identificar se as premissas do GA aparecem: transparência, controle social e responsabilização, colaboração e participação. Descrever e analisar o contexto da necessidade de informação e as situações em que deu a busca.
Recursos de informação	Redes sociais de informação que incluem: colegas e especialistas no assunto, bibliotecários de referência, corretores de informação; Fontes informacionais que incluem: documentos, livros, páginas na web, transmissão em mídia; e Ferramentas de recuperação de informação: Sistemas de recuperação baseados em computador, bibliografias; Internet; experimentação e observação do mundo. (SONNENWALD, 1999).	Você consultou pessoas para auxiliá-lo na busca pela informação? Atribua a ordem de consulta. Qual(uais) recurso(s) você utilizou para encontrar a informação necessária? Atribua a ordem de utilização.	Descrever os recursos, fontes, preferências e ordem da busca; Explorar as ferramentas de recuperação de informação. [Neste particular, tendo em vista o advento das mídias sociais, considerou-se relevante para o estudo incluí-las na categoria de análise “recurso de informação”]

(conclusão)

Categoria de análise	Conceitos relacionados às categorias de análise	Questões orientadoras utilizadas na pesquisa	Pontos para análise
Percepção do usuário de informação	Atitudes frente aos resultados recuperados por meio da busca de informação, tais como: satisfação, insatisfação, buscar novos recursos para encontrar a solução mais eficiente. (SONNENWALD, 1999).	Você ficou satisfeito com os resultados? Você seguiria o mesmo processo (se você precisasse de informações semelhantes em um momento posterior)? E, se não encontrou, o que faria de forma diferente?	Identificar possíveis fatores de sucessos e insucessos na busca por informação. Analisar as características do comportamento de busca de informação.

FONTE: A autora (2017) com base em Sonnenwald (1999) e Sonnenwald; Wildemuth; Harmon (2001).

Cada passo foi discutido e analisado acompanhado dos dados coletados e ilustrado por meio dos “horizontes de informação” oriundos da pesquisa de campo, assim como tabelas, quadros e demais figuras (duas delas desenhadas com o auxílio do *software* CmapTools®). A partir da análise dos dados em comparação com o referencial teórico, exploraram-se as características do comportamento de busca de informação, alcançando parte do objetivo geral. A partir das análises foi possível verificar os principais conceitos/palavras-chave relevantes para os entrevistados, a necessidade de informação, assim como os recursos utilizados, preferências e ordem de consulta/acesso. Identificaram-se, também, os possíveis fatores de sucessos e insucessos na busca por informação, buscando a caracterização do processo de busca e recuperação da informação para oferecer o quadro geral do comportamento de busca de informação dos agentes sociais, os quais se encontram na seção 4.2 desta investigação e suas respectivas subseções.

Para responder à questão secundária desta investigação, analisaram-se as relações existentes entre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais a partir da identificação das motivações, barreiras, desafios e impactos da participação dos agentes sociais, situando-os em um, ou mais, dos degraus da Escada de Participação proposta por Arnstein (1969). Para tanto, estabeleceram-se “unidades de sentido” (QUADRO 3), entendidas como elementos sumários que oportunizam uma prévia categorização, assim como o entendimento acerca da temática tratada nos artigos analisados e discutidos no Referencial Teórico desta investigação, para analisar o conteúdo das falas dos entrevistados²⁵ (BARDIN, 2016).

²⁵ Foram analisadas as falas de 13 entrevistados, visto que, após a representação do “horizonte de informação”, um deles teve que se ausentar da entrevista e não se obteve retorno por e-mail.

QUADRO 3 – UNIDADES DE SENTIDO PRÉ-ESTABELECIDAS NA LITERATURA

Unidade de sentido	Característica	Autores
Motivações para participar	a) pessoais (altruísmo, formação, interesse; nível de impacto da política pública em seu cotidiano; reputação); e b) coletivas (interesse de uma comunidade da qual o agente social faz parte; sentimento de pertencimento e senso de coletividade).	VALLÉS NAVARRO <i>et al.</i> , 2015; WIJNHOFEN; EHRENHARD; KUHN, 2015; AMICHAH-HAMBURGER <i>et al.</i> , 2016; FRENCH; MOHANTY, 2015; BAKA, 2017.
Barreiras e desafios	a) uso das ferramentas e tecnologias de comunicação; b) <i>expertise</i> no assunto a ser debatido; c) desconfiança; d) dificuldade para acesso aos dados disponíveis (formato, linguagem, apresentação); e e) aspectos culturais.	BANDEIRA, 1999; BONSON; ROYO; RATKAI, 2015; MEIJER, 2015; NAM, 2012;
Impacto da participação	a) promover a transparência na deliberação e visibilidade das ações governamentais; b) permitir maior expressão e visibilidade das demandas sociais; c) defender os direitos da sociedade; e d) ampliação das relações Governo-Cidadão; Cidadão-Governo e Cidadão-Cidadão.	ARNSTEIN, 1969; SILVA; JACCOD; BEGHIN, 2005; LINDERS, 2012; KAUCHAKJE, 2011;

FONTE: A autora (2017) com base na literatura mencionada no Referencial Teórico desta investigação.

Partindo-se da análise de conteúdo nas falas dos entrevistados foram identificadas as motivações e formas de participação dos agentes sociais enquanto cidadãos, assim como as barreiras e impacto na tomada de decisão governamental por eles percebidas. Verificaram-se, então, as relações existentes entre o comportamento de busca de informação dos agentes e os degraus da Escada de Participação por meio da análise das formas de participação dos agentes sociais, conforme ilustra o Quadro 4.

QUADRO 4 - FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO

Forma de participação apresentada no estudo original de Arnstein	Característica apresentada no estudo original de Arnstein	Degrau da Escada de Participação correspondente proposto por Arnstein	Estágio de Participação correspondente proposto por Arnstein
Coletivos assumem políticas públicas (escolas comunitárias)	comunidade tem protagonismo na tomada de decisão e o Governo atua na manutenção das necessidades desta	Controle cidadão	Poder do Cidadão
Conselhos deliberativos com maioria de assentos reservados aos cidadãos	cidadãos com poder de decisão sobre políticas públicas de interesse do coletivo que representam	Delegação de Poder	
Conselhos paritários	planejamento e colaboração entre cidadãos e governo, com resultados dependentes de votação	Parceria	
Agentes sociais com assentos em Conselhos decisórios	agentes sociais legitimados pela comunidade passam a ter voz e voto, mas são minorias e podem perder em votações	Pacificação	Esforços simbólicos de participação
Pesquisa de opinião, assembleias de bairro; audiências públicas	ritual de fachada	Consulta	
Reuniões para legitimação das ações governamentais	cidadãos como receptores de informação	Informação	
Dissimulação dos atos públicos em vez de resolver o problema	Governo não assume os erros e cidadão passa por uma “terapia”	Terapia	Não participação
Conselhos, comitês, reuniões de comunitários	sem poder de decisão	Manipulação	

FONTE: A autora (2017) com base em Arnstein (1969).

Ao identificar as formas de participação dos agentes sociais e suas características, elaborou-se um quadro ilustrativo com estas análises. Discutiram-se os dados em conversação com a literatura consultada, os quais se encontram apresentados na seção 4.3 desta investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção de Resultados e Discussões encontra-se subdivida em três subseções, a saber: 4.1) Caracterização da atuação das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira no contexto do Governo Aberto, onde são apresentados os objetivos, formas de constituição e representação, áreas de atuação e principais práticas, ações e projetos de cada entidade pesquisa; 4.2) Comportamento de busca de informação dos agentes sociais, onde são discutidas as categorias e suas características; 4.3) Relações existentes entre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais e os degraus da Escada de Participação, onde se discutem os elementos da participação destes no contexto das iniciativas de Governo Aberto.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO GOVERNO ABERTO

O Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil Organizada, ao qual os agentes sociais pesquisados estão vinculados, são entidades de natureza consultiva e institucionalizadas junto à Parceria para Governo Aberto no Brasil. O GT é formado por sete entidades da sociedade civil e tem como finalidades: assessorar o Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA); contribuir para o desenvolvimento do método de construção e envolvimento da sociedade na construção dos Planos Nacionais de Ação em GA e monitorar os compromissos assumidos (BRASIL, 2014).

O GT tem em sua composição a natureza de:

a) entidade da sociedade civil:

a.1) pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída sob a forma de organização, associação ou fundação e;

a.2) o grupo, rede ou movimento social que tenha por finalidade o desenvolvimento de projetos e ações de interesse público.

b) entidade representativa de empregadores ou de trabalhadores: associação, sindicato, federação, confederação, central, conselho e ordens profissionais, de abrangência nacional, que representem os empregadores ou os trabalhadores perante o setor econômico e;

c) entidade do segmento acadêmico: instituição de pesquisa ou de ensino superior, inclusive seus laboratórios, grupos, centros ou núcleos de pesquisa, e associação de instituições de pesquisa ou ensino superior (BRASIL, 2015, grifos nossos).

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil possui as seguintes características²⁶:

- a) **Natureza** - consultiva institucionalizada da *OGP* no Brasil;
- b) **Composição** - formado por sete entidades da sociedade civil, sendo cinco entidades da sociedade civil, uma entidade representativa dos trabalhadores e uma entidade pertencente ao segmento acadêmico.
- c) **Mandato**: dois anos, podendo ser prorrogado por mais um ano a partir de deliberação do Grupo Executivo.

A partir da instituição do GT, deu-se o processo seletivo, regido pelo Edital nº1/2015, para escolha das entidades que, no Brasil, poderiam representar o conjunto da sociedade civil na elaboração do Plano de Ação Nacional para Governo Aberto no Brasil, em sua terceira edição no ano de 2016. As entidades civis habilitadas formaram colégios eleitorais para cada categoria. Na eleição virtual, realizada a partir do próprio site da CGU, votaram e foram votadas as entidades civis inscritas e habilitadas. O período de votação ocorreu entre os dias 30 de outubro de 2015 e 06 de novembro de 2015 e contou com 38 inscritos, totalizando 34 votos²⁷. Cada segmento está assim representado:

Entidade do Segmento Acadêmico:

- 1. Colaboratório de Desenvolvimento e Participação – COLAB/USP;

Entidades da Sociedade Civil:

- 2. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);
- 3. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA);
- 4. Observatório Social de Brasília (OSB);
- 5. Open Knowledge Foundation Brasil (OKBR);
- 6. Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS); e

Entidade Representativa dos Trabalhadores:

- 7. União Geral dos Trabalhadores (UGT).

As entidades que compõem o GT tem escopo de prática e ação diferenciadas entre si, mas possuem objetivos comuns em relação ao acesso à informação e

²⁶ Caracterização feita pela Parceria para Governo Aberto no Brasil. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil/caracteristicas-do-gt>>. Acesso em: 17 maio 2017.

²⁷ Histórico disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/grupo-de-trabalho-da-sociedade-civil/caracteristicas-do-gt>. Acesso em: 05 jun. 2017.

promoção da participação cidadã em iniciativas de Governo Aberto, não sendo possível apresentá-las de forma padronizada e uniformizada.

A seguir, a partir de busca documental nos portais institucionais das entidades, no portal Parceria para Governo Aberto no Brasil e das respostas dos próprios agentes sociais, representantes de cada entidade durante as entrevistas *in loco*, apresentam-se as características, principais ações e projetos de cada entidade.

4.1.1 Colaboratório de Desenvolvimento e Participação

O Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (COLAB) é um centro de pesquisa que atua no desenvolvimento de *software* e na formação de pessoas. Trabalha em parceria com governos e organizações da sociedade civil, tendo como premissas: o conhecimento aberto, o acesso à informação, a transparência, a defesa da privacidade, a liberdade de expressão, a inclusão e a colaboração em rede.

Entre os objetivos impostos à sua agenda de atuação junto aos cidadãos destacam-se: a) democratizar o acesso à bens culturais; b) diagnosticar o acesso a dados, informações e conhecimento; c) promover o maior acesso à informação pública; d) transformar dados em informação e em conhecimento; e) promover transparência, *accountability* e participação social.

Colabora e atua nas seguintes redes: Infraestrutura Nacional dos Dados Abertos (INDA); *Open Government Partnership* (OGP); *Open Data in Developing Countries* (ODDC); *Open Data Research Network* (ODRN); *Open Knowledge Network*; Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS) e Rede Ciência Aberta.

O COLAB tem participado ativamente da OGP, destacando as seguintes atividades:

- a) colaboração nas consultas para a elaboração e avaliação do 1º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto no Brasil, por meio do Portal E-democracia;
- b) participação no diálogo presencial em Brasília para o 2º Plano de Ação do Brasil na OGP;
- c) coordenação do monitoramento das propostas da Sociedade Civil provenientes dos diálogos presencial e virtual para a construção do 2º Plano de Ação;
- d) participação no Encontro OGP Américas, em novembro de 2014.

Em 2017, o COLAB atua via projetos em andamento, a saber:

1. **Monitorando a Cidade** – trata-se de plataforma desenvolvida pelo Centro de Mídia Cívico do MIT para coleta de dados colaborativa visando a criação de campanhas cidadãs e refletir sobre como desenhar e implementar novas tecnologias para uma mudança social, o projeto é financiado pela Humanitas360;
2. **Diário Livre** – trata-se de um sistema desenvolvido para possibilitar uma nova forma de acessar os artigos do Diário Oficial do município de São Paulo, criado a partir de parceria entre a Controladoria-Geral do Município (CGM) de São Paulo e a Universidade do Estado de São Paulo, mais especificamente a Coordenadoria de Promoção da Integridade (COPI) e o Colaboratório de Desenvolvimento e Participação;
3. **Cuidando do Meu Bairro** – desenvolvido por docentes e discentes dos cursos de Sistemas de Informação e Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, trata-se de uma plataforma que apresenta os dados dos gastos públicos de São Paulo no mapa da cidade, usando um código de cores com seu *status* (planejado, empenhado e liquidado) em tempo real. Além disso, a nova versão da plataforma está integrada ao E-Sic da Prefeitura de São Paulo, o que possibilita que qualquer dúvida sobre determinado gasto possa gerar um pedido de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI);
4. **Estruturação de um campo de estudos sobre privacidade e vigilância no Brasil** – trata-se de projeto que busca promover e estruturar um campo de estudos sobre privacidade e vigilância no Brasil por meio de um conjunto de ações coordenadas, com o objetivo de permitir o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre privacidade e vigilância no Brasil, a promoção de políticas públicas e o desenvolvimento tecnológico a partir da universidade para os problemas de privacidade e vigilância, o projeto é financiado pela Fundação Ford – Cooperação;
5. **Desenvolvimento de Estudo sobre Política Integrada de Informação** – trata-se de desenvolvimento de propostas para uma política integrada de acesso à informação para implementação na gestão pública municipal, possui convênio com a (CGM) de São Paulo; e

6. **Desenvolvimento de aplicativo para visualização de dados do orçamento federal brasileiro** – trata-se da centralização de dados governamentais acerca do orçamento público brasileiro que são disponibilizados por meio de diversos endereços eletrônicos, cada qual utilizado especificamente por um ente de uma esfera pública, como estabelecido pela Lei de Acesso a Informação. O projeto objetiva, por meio da centralização destes dados, seguido de sua padronização e da utilização de uma ontologia do orçamento público federal brasileiro, estruturá-los de modo que seja possível apresentá-los à população de uma forma clara e interativa.

Além destes projetos, o COLAB atua em ações de *advocacy* e parcerias internacionais, dentre as quais com a Alemanha, para troca de experiências em iniciativas de Governo Aberto; capacitação e uso de dados abertos governamentais; assim como no engajamento de outros atores para a elaboração e (re)formulação de políticas públicas na área de princípios e inovações abertas, o que envolve a criação e uso de *softwares*, protocolos, padrões e linguagens livres, gratuitas e abertas. Destaca-se, ainda, a discussão acerca do tema “transferência de políticas públicas”, que busca descobrir as formas de se realizar a transferência de boas práticas e políticas públicas entre países (AGENTE SOCIAL 3; AGENTE SOCIAL 4, 2017).

4.1.2 Instituto de Estudos Socioeconômicos

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), criado em 1979, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública, com o objetivo de ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Tem como missão institucional contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o cidadão e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade.

O INESC possui duas principais linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Atua nos seguintes temas estratégicos: a) crianças, adolescentes e jovens;

b) educação; c) igualdade racial, de gênero e de identidade de gênero; d) democracia/ reforma do sistema político; e) justiça fiscal; f) saúde, com ênfase em acesso a medicamentos; g) segurança alimentar e nutricional; h) socioambiental, com ênfase nos direitos dos povos indígenas; e i) direito à cidade/ mobilidade urbana. Para a realização destas atividades, o INESC entende que é essencial contar com maior acesso às informações públicas, aumentar a participação cívica, combater a corrupção e aproveitar novas tecnologias para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis diante dos cidadãos.

Realiza atividades voltadas para a melhoria dos serviços públicos, para o aumento da integridade pública e para a gestão mais efetiva dos recursos públicos, tanto no âmbito federal quanto regional. Além disso, suas atividades estão relacionadas com os princípios de transparência, participação cidadã, *accountability* e inovação, sendo suas principais ações:

- a) acompanhamento, monitoramento e decodificação do processo orçamentário federal, do ciclo orçamentário e sua execução financeira;
- b) Realização dos Orçamentos Temáticos e publicação em parceria com o Siga Brasil;
- c) busca permanente pela ampliação de transparência e publicização das informações de planos e gastos públicos;
- d) atuação com intervenção, capacitação e construção de conhecimento na questão fiscal e orçamentária;
- e) avaliação dos Investimentos e Direitos na Amazônia;
- f) articulação internacional com o GIFT – *Global Integrity for Fiscal Transparency*, com a Rede Latinoamericana de Justiça Fiscal;
- g) articulação nacional com o Fórum Brasil de Orçamento, Auditoria Cidadã da Dívida, Fórum Nacional de Participação Popular;
- h) participação no GT com a CGU e outras Organizações da Sociedade Civil para o combate à corrupção;
- i) realização de estudos e participação em eventos sobre Orçamento, Justiça Fiscal e Transparência e participação cidadã;
- j) realização de atividade de *advocacy* nas temáticas de Orçamento, Justiça Fiscal e Transparência e participação cidadã;
- k) publicação de estudos e artigos na mídia relacionados com a temática de Orçamento, Justiça Fiscal e Transparência e participação cidadã.

Até o ano de 2016, o INESC desenvolveu dezessete projetos, entre os quais se destacam:

1. **Adolescentes em Movimento pelos Direitos** – com o apoio da Unicef e Petrobras, fomenta a participação e incidência política de adolescentes e jovens nas políticas a eles destinadas e consiste na formação/capacitação em Direitos Humanos, Cidadania, Justiça fiscal e Orçamento Público com ênfase na participação democrática. Ao longo de oito anos realizou oficinas com mais de 700 adolescentes, dos quais vários estão na Universidade e hoje são ativistas em direitos humanos, tendo como um de seus produtos a Revista Descolad@s, que dentre outros usos, é trabalhada por professores como material didático de escolas em tempo integral;
2. **Observatório da Criança e do Adolescente (OCA)** – com o apoio da União Europeia, trata-se de formação para o registro e mapeamento dos desafios e potencialidades da região onde se localiza o projeto (Distrito Federal), atendendo diretamente crianças e adolescentes frequentadores do Coletivo da Cidade, buscando a promoção do protagonismo dos cidadãos e cidadãs para que assumam a responsabilidade de contribuir com esta transformação do Distrito Federal em um lugar bom de se viver;
3. **Controle social e incidência política para a garantia de direitos, maior transparência e democracia** – trata-se do monitoramento do orçamento público federal, controle social de sua execução e incidência nas instâncias competentes como Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), trabalhando com a sensibilização e informação sobre temas de dimensão internacional, ampliando a capacidade de pressão da sociedade civil organizada e influenciando a definição de políticas que favorecem a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, e melhorem a qualidade de vida de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas;
4. **Justiça Fiscal e Desigualdades** – trata-se de projeto institucional que dá suporte a determinadas áreas de atuação do INESC, como Justiça Fiscal e Reforma Política, e contribui para a atualização e aperfeiçoamento da Metodologia Orçamento e Direitos, usada no monitoramento do orçamento público federal para a garantia de direitos;

5. **Formação de Formadores** – consiste na mobilização de adolescentes para torná-los aptos a debater e realizar ações em suas comunidades visando enfrentar o problema da violência que atinge os segmentos mais jovens da população; e
6. **Iniciativa Popular para a Reforma do Sistema Político no Brasil** – objetiva apoiar a construção de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a Reforma Política e sua apresentação no Congresso Nacional, coordenada politicamente pela Plataforma de Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e pelo Movimento do Combate à Corrupção Eleitoral, com enfoque na construção de propostas para aperfeiçoar o funcionamento da política brasileira, principalmente, no que tende a democracia direta e participativa, opondo forças conservadoras dentro do Congresso Nacional.

O INESC trabalha com especial ênfase na formação e capacitação de adolescentes, em diversos assuntos, entre os quais se destaca a Justiça Fiscal, com o objetivo de torná-los aptos a debater e realizar ações em suas comunidades. Os cursos de formação utilizam metodologia específica para este público, que vão desde a criação de um programas em rádio, até a possibilidade de participação ativa em uma audiência pública, por exemplo (AGENTE SOCIAL 8, 2017). Além disso, destaca-se a capacitação de coletivos, tais como Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, Rede Nacional de Cidades Sustentáveis, Agricultores Familiares, capacitando-os na busca e uso de dados governamentais, assim como na formulação de pedidos de informação (AGENTE SOCIAL 7, 2017).

4.1.3 Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

O Imaflora é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995, em Piracicaba/SP, para gerar transformações socioambientais, sob a premissa de que a melhor forma de conservar as florestas tropicais é dar a elas uma destinação econômica, associada a boas práticas de manejo e a uma gestão responsável dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, o Imaflora acredita que a certificação socioambiental é uma das ferramentas que respondem a parte desse desafio, com forte poder indutor

do desenvolvimento local, sustentável, nos setores florestal e agrícola. Da mesma maneira, o Instituto tem como objetivos: a) influenciar as cadeias produtivas dos produtos de origem florestal e agrícola; b) colaborar para a elaboração e implementação de políticas de interesse público; e c) fazer, de fato, a diferença nas regiões em que atua, criando modelos de uso da terra e de desenvolvimento sustentável que possam ser reproduzidos em outros municípios, regiões ou biomas do País.

Atua em quatro principais áreas, que são complementares e necessárias para o alcance de sua missão e objetivos estratégicos: a) Certificação Socioambiental – trata-se do estímulo a melhorias ambientais, sociais e econômicas nos setores florestal e agropecuário, reconhecendo que atuação responsável contribui para a conservação dos recursos naturais, proporciona condições dignas e justas para os trabalhadores e promove boas relações com a comunidade próxima à área, propriedade ou empresa certificada; b) Desenvolvimento local – trata-se da busca por práticas inovadoras de gestão e uso da terra, que aliem conservação dos recursos naturais, geração de renda e garantia dos direitos às populações locais e trabalhadores, pretendendo fortalecer as comunidades que vivem na região e suas relações com os poderes públicos, empresas e entidades privadas; c) Políticas públicas – trata-se do desenvolvimento de ações para influenciar a elaboração e a implementação de políticas de interesse público relacionadas a práticas sustentáveis de produção florestal e agropecuária, seja por meio da produção e da análise de estudos técnicos ou da influência nos sistemas de certificação FSC e RAS ou nos códigos de boas práticas no âmbito da *Iseal Alliance*; e d) Cadeias produtivas – que trata do apoio à evolução das políticas e práticas que levem órgãos públicos, empresas privadas, cooperativas e associações para uma posição de melhoria contínua e liderança em sustentabilidade, por meio de análises, construção de soluções, desenvolvimento e implementação de ferramentas e treinamentos que visam melhorar a gestão, o desempenho socioambiental e produtivo e aumentar a transparência e a comunicação com a sociedade.

Na esfera federal, a entidade participa de diversas coalizões nacionais, como o Observatório do Clima, o Observatório do Código Florestal e a Coalizão Pró-UCs (Unidades de Conservação), que buscam contribuir coletivamente com a efetividade, o controle social, o monitoramento e a integridade de diferentes políticas socioambientais. Na esfera internacional merece destaque a participação da

instituição no processo de construção do acordo latino-americano sobre o Princípio 10 (acesso à informação, à participação e à justiça em questões ambientais), que pode dar um novo impulso na democracia ambiental no Brasil, na região e na rede “*The Access Initiative*”, rede formada por organizações de mais de 50 países que atuam com democracia ambiental.

Entre seus principais projetos destacam-se:

1. **Observatório Cidadão de Piracicaba** – trata-se de uma iniciativa do Imaflora e parceiros, lançada em 2012. O Observatório elabora indicadores, análises e propostas de políticas públicas e realiza capacitação da sociedade civil, em diversos temas como: participação social, transparência pública, meio ambiente e mobilidade
2. **Origens Brasil®** – idealizado e articulado em parceria com o Instituto Socioambiental, com participação de vários outros atores da sociedade civil, comunidades e empresas. Trata-se de um sistema de garantia, que surgiu para dar mais transparência às cadeias de produtos da floresta, e ajudar os consumidores a identificar empresas e produtos que valorizam e respeitam, em suas práticas comerciais, as populações e seus territórios;
3. **Desenvolvimento de aplicativos**, em parceria com o IPEF, que visam auxiliar o produtor a identificar as adequações pedidas pelo novo Código Florestal, necessárias àquela propriedade; assim como a elaboração do “Guia para aplicação da nova Lei Florestal em propriedades rurais”, que traduz a complexidade do Código Florestal, favorecendo sua implementação pelos produtores;
4. **Estimativas de emissões do setor agropecuário brasileiro** - em parceria com o Observatório do Clima, o IMAFLORA realizou as estimativas das emissões do setor agropecuário brasileiro de 1970 a 2013. Os resultados estão na plataforma Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Outro produto desta parceria é o Relatório de análise das emissões e o impacto das políticas agropecuárias no Brasil que é produzido anualmente e traz recomendações para um desenvolvimento de baixas emissões de carbono. O Imaflora calculou também o Potencial da Agropecuária para Redução das Emissões que podem contribuir com as novas metas brasileiras no acordo de Paris; e

5. **Programa Novo Campo** – em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), o IMAFLORA colabora com o desenvolvimento do sistema de monitoramento e verificação das boas práticas em campo e o cálculo das emissões de GEE na pecuária.

O IMAFLORA mantém uma Plataforma de Uso do Solo, que usa diversas bases de dados para produção de mapas e análises sobre o uso do solo no Brasil. Utiliza a base de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) voltada à análise do Código Florestal (AGENTE SOCIAL 1, 2017). Além disso, desenvolve pesquisas para gerar índices e indicadores que visam subsidiar decisões para elaboração de políticas, assim como monitoramento e acompanhamento da gestão governamental com o intuito de aprimorar a política ambiental no âmbito brasileiro, em consonância com indicadores internacionais (AGENTE SOCIAL 14, 2017).

4.1.4 Observatório Social de Brasília

O Observatório Social de Brasília (OSB) se caracteriza como uma associação civil sem fins lucrativos, apartidária, formada por cidadãos e entidades interessados em contribuir para o bom uso dos recursos públicos, que busca promover a transparência e o controle social dos gastos públicos, com foco no Distrito Federal.

São objetivos do Observatório Social de Brasília: a) contribuir para que haja maior transparência na gestão pública; b) fomentar o controle social dos gastos públicos; c) promover a educação fiscal; e d) incentivar a atividade de micro e pequenas empresas no Distrito Federal, por meio da democratização das compras públicas.

O OSB auxilia o governo a realizar suas funções, evitando desvios e promovendo a eficiência. Possui ações nos seguintes eixos:

- a) Acompanhamento de Licitações, Cargos em Comissão, Convênios, Obras, Processos, Estoques e Produção Legislativa;
- b) Educação para cidadania, incluindo Palestras, Concurso de Redação, Semana da Cidadania, Feirão do Imposto, Teatro / Fantoques, Parcerias institucionais etc.;

- c) Promoção da Transparência, Controle Social e Accountability, por meio da verificação e análise da qualidade de Portais da Transparência, Capacitação dos Conselhos, Indicadores da Gestão Pública, Relatórios Quadrimestrais Próprios etc.; e
- d) Dinamização do ambiente local de negócios, pela Capacitação das MPEs para que participem das licitações, Divulgação das licitações e Cadastro gratuito para empresas.

Seus principais projetos destinam-se a:

1. **Educação fiscal** – que visa demonstrar a importância social e econômica dos tributos e a necessidade de o cidadão acompanhar a aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos;
2. **Inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios** – que visa contribuir para a geração de emprego e redução da informalidade, bem como aumentar a concorrência e melhorar a qualidade e preço nas compras públicas; e
3. **Construção de Indicadores da Gestão Pública** – com base na execução orçamentária e nos indicadores sociais do município, faz o comparativo com outras cidades de mesmo porte, apresentando a cada 4 meses a prestação de contas do seu trabalho à sociedade.

As práticas e projetos do OSB estão voltadas para a realidade local, ou seja para o Distrito Federal, embora existam projetos com atuação em nível nacional (AGENTE SOCIAL 10, 2017). O OSB desenvolveu um projeto para acompanhamento/monitoramento de dados sobre as representações dos cidadãos contra deputados distritais e as atitudes da Câmara Distrital frente a estas, resultando em artigo para veículo de comunicação e em possíveis desdobramentos futuros (AGENTE SOCIAL 10, 2017). Além disso, o OSB mantém presença e participação em espaços tais como Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCLLA) e Fórum Nacional de Combate à Corrupção, com o objetivo de mobilizar as próprias entidades a cooperarem para (re)formulação de políticas públicas. Destaca-se, ainda, o projeto, em andamento, que utiliza dados governamentais para verificar o dimensionamento da força de trabalho dos profissionais vinculados à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, com vistas a

promover o uso eficiente da máquina pública de acordo com as necessidades da população (AGENTE SOCIAL 8, 2017).

4.1.5 Open Knowledge Foundation Brasil

A *Open Knowledge* Brasil (OKBR) é uma organização nacional apartidária, sem fins lucrativos, que utiliza e desenvolve ferramentas cívicas, faz análises de políticas públicas, trabalha com jornalismo de dados e promove o conhecimento livre, em especial referentes a dados abertos, para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e para que haja uma participação política mais efetiva e aberta.

Para a OKBR, o Direito de Acesso à Informação está diretamente ligado à sua missão que é promover a abertura de todas as formas de conhecimento. Neste sentido, tem como objetivos principais: a) promover a liberdade de acesso, uso, criação, recombinação, estudo e disseminação de conhecimento; b) promover e facilitar o usufruto dessas liberdades; c) opor-se fundamentadamente a quaisquer tipos de restrições (legais, técnicas, públicas, privadas etc.) a essas liberdades, observado o equilíbrio entre direitos individuais; e d) encontrar formas sustentáveis de atingir seus objetivos.

Em seu estatuto estão previstas possibilidades de desenvolvimento, promoção, colaboração, disponibilização, implementação, entre outras ações, no que diz respeito a: a) estudos, pesquisas e conhecimentos técnicos científicos, relatórios, legislação e instrumentos jurídicos; b) cursos, simpósios, seminários, conferências, oficinas, feiras, congressos; b) aplicativos de informática, plataformas tecnológicas, normas, protocolos, ferramentas, dispositivos; d) bancos de dados públicos e privados; e) capacitação, sensibilização, educação, informação e mobilização de indivíduos, grupos ou instituições; e f) outras atividades que contribuam para a realização de seus objetivos estatutários.

A OKBR atua em projetos que promovem os princípios da *OGP*, dentre os quais destacam-se:

1. **Gastos Abertos** – trata-se de projeto pelo qual a OKBR foi premiada no Desafio de Impacto Social Google Brasil, e objetiva acompanhar todas as transações financeiras de empresas e governos nas três esferas do Brasil e

apresentá-las de formas úteis e interessantes, de modo que desde um estudante escolar até um especialista em dados compreendam;

2. **Escola de Dados** - oferece a organizações da sociedade civil, jornalistas e cidadãos ferramentas para que possam ler e analisar dados da melhor forma possível. São organizadas expedições de dados, grupos de estudos e cursos sobre o tema;
3. **Open Data Index** (Índice de Dados Abertos, em português) – tem por objetivo avaliar o estado da política de dados abertos de cada país ou cidade, levando em consideração as seguintes características: a) tipo de dado que é divulgado; b) formato; c) facilidade de acesso; d) transformação dos dados em informação; entre outras. O índice avalia diversas dimensões, tais como finanças públicas, dados socioeconômicos, legislativos e eleitorais, serviços públicos, informações geolocalizadas e indicadores ambientais. Após compilação dos dados, tem-se um parâmetro de referência sobre a capacidade dos governos de fornecer dados abertos, o qual é apresentado de forma clara, de fácil entendimento e usabilidade;
4. **MIRA (Mapa Interativo de Recursos Abertos)** – o projeto identificou e mapeou iniciativas que disponibilizam Recursos Educacionais Abertos (REA) em 24 países da América Latina, o que resultou em um vídeo, com acesso livre, que explica um pouco mais sobre o que são REA, como produzi-los e utilizá-los;
5. **Dialogando** – constituiu-se de um espaço no qual os candidatos e candidatas às eleições puderam apresentar suas opiniões e projetos sobre transparência, liberdade de expressão e privacidade; e
6. **Vai Mudar** – o projeto explorou as relações de grupos econômicos com a construção da Copa do Mundo e promoveu manifestações pacíficas por meio do uso criativo da tecnologia, contando com o apoio da Fundação Avina Américas.

A OKBR também atua em colaboração com outras instituições, no acompanhamento e monitoramento de gastos públicos em diversas frentes, desde dados de saúde, mobilidade urbana, educação e cidadania. Emprega e incentiva a criação de tecnologias livres, abertas e gratuitas, desenvolvendo projetos em

softwares livres, utilizando-os como programa transversal dentro da atuação da entidade (AGENTE SOCIAL 2, 2017).

4.1.6 Rede pela Transparência e Participação Social

A Rede Pela Transparência e Participação Social (RETPS) é uma Rede constituída por organizações da sociedade civil e cidadãos que atuam para ampliar a transparência do poder público, bem como para estimular a sociedade a participar e a exercer o controle social dos recursos e das políticas públicas. Entre os focos de atenção da Rede estão a Lei de Acesso à Informação, transparência orçamentária, dados abertos, Parceria para Governo Aberto e ferramentas digitais para auxiliar o cidadão.

A RETPS organiza debates sobre o desenvolvimento da lei de acesso à informação, participa e acompanha a elaboração do Conselho Municipal de Transparência em São Paulo, participa de reuniões, realiza pedidos de informação de interesse público, como informações sobre funcionários públicos comissionados e terceirizados. Realiza ações de *advocacy*, como envio de cartas para apoiar a inclusão do acesso à informação nos objetivos de desenvolvimento sustentáveis e manifesto contra a retirada das informações oficiais em período eleitoral. Também realizou um levantamento sobre a regulamentação da LAI nas cidades do Estado de São Paulo e recentemente organizou o Prêmio Cadeado de Chumbo, que ironiza “desculpas” de órgãos públicos para não dar informações. Os internautas podem votar na resposta mais inconsistente e descomprometida com o efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Fazem parte da RETPS:

- 1) Ação Educativa;
- 2) Amarribo Brasil;
- 3) Artigo 19;
- 4) Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo – APESP;
- 5) Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo – AEPPSP;
- 6) Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola – CRECE;

- 7) Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação – GPOPAI-USP;
- 8) Instituto Ethos;
- 9) Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE;
- 10) Movimento Voto Consciente;
- 11) Rede Nossa São Paulo – RNSP; e
- 12) W3C Brasil.

Essas organizações tiveram participação na *OGP* desde o seu início e contribuíram tanto com os planos de ação desenvolvidos, quanto com o modelo de governança em vigor atualmente. Dentre essas entidades, as que representam a RETPS na *OGP* são: a) o **W3C Brasil** e o Centro de Estudos e Tecnologias Web - Cewe.br, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) – os quais têm vasta atuação nos temas de Governo Aberto e, especialmente, dados abertos. Engloba especialmente os temas de transparência, participação cidadã e tecnologia e inovação; e b) a ONG **Artigo 19** – que tem importante atuação no cumprimento da Lei de Acesso à Informação e trabalha para pela liberdade de expressão, acesso à informação e liberdade de imprensa. A RETPS engloba especialmente os temas de ação: a) transparência; b) participação cidadã; e c) prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos (*accountability*).

Dentre as principais temáticas e projetos, destacam-se:

1. **Acesso à informação e acesso à água** – trata-se de atividades de monitoramento do poder público e de formação junto a comunidades, elaboração de relatório sobre a transparência na gestão da crise hídrica que assola São Paulo desde 2014 e a realização de oficinas sobre acesso à informação em cidades que sofrem com escassez de água no sertão nordestino;
2. **Acesso à informação e meio ambiente** – trata-se de atuação voltada à promoção da transparência em obras que impactam negativamente o meio ambiente, e ainda a participação nas negociações sobre um acordo em torno do Princípio 10 – uma diretriz aprovada na Eco-92 que preconiza a participação social, o acesso à justiça e a transparência em questões relacionadas ao meio ambiente;

3. **Combate ao vigilantismo na Internet** – trata-se do acompanhamento da aplicação do Marco Civil da Internet, a lei brasileira que define os direitos e deveres de usuários, empresas e governo na rede mundial de computadores, bem como as discussões em torno de um projeto de lei sobre a proteção de dados pessoais; e
4. **Protestos** – trata-se do acompanhamento dos protestos com o intuito de monitorar e denunciar abusos cometidos pelo Estado brasileiro. Além de comunicados públicos, divulgados quando de episódios flagrantes de violência contra as manifestações, a entidade também tem trabalhado na elaboração de relatórios com o objetivo de sistematizar e analisar a incidência e os tipos de violações mais praticados, assim como as normas e decisões judiciais mais recentes sobre o tema.

A RETPS desenvolve materiais e publicações para divulgação dos dados abertos (tratados pelas instituições da Rede) em diversas pastas/temáticas, tais como gênero, igualdade racial, justiça fiscal, acesso à informação. Além disso, atua na “tradução” dos dados abertos governamentais, o que envolve tornar os dados mais acessíveis à população, melhorando a linguagem e o formato destes (AGENTE SOCIAL 5, 2017).

4.1.7 União Geral dos Trabalhadores

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) tem como prática um sindicalismo cidadão, ético e inovador, que visa difundir e incentivar práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. A UGT defende a unidade no sindicalismo e o direito à livre associação e organização, visando a construção de um projeto social pacífico, justo e democrático, centrado no ser humano, capaz de oferecer respostas e propostas aos problemas nacionais.

A UGT tem buscado, de forma contínua, desenvolver um trabalho efetivo visando que o Governo seja transparente, possibilite acesso a informação e principalmente possibilite a participação social na construção de suas políticas públicas. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do

emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da UGT tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes, tais como: a) o combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil; b) combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial; c) promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho; e d) promoção de trabalho decente para os jovens.

Visando a construção de práticas governamentais relacionadas à transparência do governo, ao acesso à informação pública e à participação social, a UGT tem representação em diversos conselhos do Governo Federal, sendo que, a partir de sua participação nesses conselhos implementa projetos de transparência, acesso a informação pública e participação social, que são amplamente difundidos em todo o Brasil, dentre os quais destacam-se:

1. Participação e representação no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT - MTE;
2. Participação e representação no Conselho Curador do FGTS - MTE;
3. Participação e representação no Conselho Nacional da Previdência Social - MPS;
4. Participação e representação no Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – CCFDS;
5. Participação e representação no Conselho Nacional da Juventude - SG/PR;
6. Participação e representação na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, entre outros.

A UGT possui atuação destacada junto aos profissionais sindicalizados, em especial aos servidores públicos, buscando a concretização dos direitos dos trabalhadores, assim como no empoderamento destes para se posicionarem frente ao mercado de trabalho. Mantém canais abertos para ouvir os trabalhadores, com o objetivo de conhecer suas necessidades para formulação de soluções para os problemas levantados. Além disso, produz matérias voltados à divulgação de dados referentes à legislação trabalhista, gastos governamentais na pasta Trabalho, e formação sindical (AGENTE SOCIAL 12, 2017).

As entidades se preocupam em mediar e interligar as ações governamentais e os cidadãos por meio da elaboração de produtos e serviços de informação, dos

quais se destaca a “tradução” dos dados governamentais – que consiste em extrair os dados brutos disponibilizados pelo Governo, analisá-los e retorná-los em linguagem e formato mais acessíveis ao cidadão, divulgando-os em mídia impressa, digital e em eventos, palestras, cursos e oficinas.

Além destes projetos e ações, atividades como palestras, cursos e oficinas de capacitação para recuperação e uso de dados abertos governamentais, pesquisas acadêmicas sobre políticas e planos de ação em Governo Aberto, redação e publicação de artigos e matérias jornalísticas sobre as premissas de GA, participação em eventos, audiências públicas e atuação direta junto aos coletivos e à população, também constituem o rol de ações “sob o guarda-chuva de ações em Governo Aberto” (AGENTE SOCIAL 2, 2017).

Os objetivos, ações e projetos, desenvolvidos a partir da atuação de agentes sociais nas entidades, têm o potencial de oportunizar a participação do cidadão nas iniciativas de Governo Aberto. Para os agentes sociais, a informação é um insumo essencial para a consecução de suas atividades, pois por meio do acesso, tratamento e uso de dados e informações governamentais, estes podem orientar a elaboração dos produtos e serviços oferecidos pelas entidades em atuam. Neste contexto, as necessidades de informação, os recursos, ferramentas e a percepção destes a partir do uso da informação, ou seja, o comportamento de busca de informação destes agentes pode ser verificado, conforme relatado a seguir.

4.2 COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

Os agentes sociais traçam esquemas, metodologias e procedimentos de busca de informação para atender às suas necessidades de informação representadas pelas demandas de informação indispensáveis à elaboração de produtos e serviços oferecidos pelas entidades em que atuam.

Conforme constatado no estudo original de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001), no mesmo contexto e na mesma rede social os agentes sociais apresentaram “horizontes de informação” diferentes. Isto pode ser devido à forma de conduta dentro de cada entidade, ao papel e escopo de atuação da própria entidade, à possível formação do agente condutor da busca de informação e à familiaridade deste com os próprios recursos de informação que acessa e com as quais interage.

Ao serem questionados sobre as condições de busca de informação para elaboração de produtos e serviços que oportunizam a participação nas iniciativas de Governo Aberto (que ofereceu o contexto indicado para esta pesquisa), os entrevistados escolheram relatar a partir de suas atuações nos projetos/ações: 1) Gastos Abertos; 2) Observatório Cidadão; 3) monitoramento da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Distrito Federal; 4) monitoramento da Política para Mulheres; 5) Hackathon da Saúde (monitoramento dos recursos orçamentários, operacionais e humanos na área da Saúde no Distrito Federal); 6) Pesquisa acadêmica com dados e informações governamentais; 7) Pesquisa acadêmica em Governo Aberto²⁸; 8) monitoramento do Plano Nacional de Governo Aberto; 9) palestra sobre dados abertos e atuação de bibliotecários; 10) atuação política junto aos servidores públicos; 11) participação em uma audiência pública; 12) Mapeamento da rede de atores que monitoram a Legislação ambiental e as Políticas públicas na esfera ambiental; e 13) levantamento de denúncias/representações contra deputados distritais na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

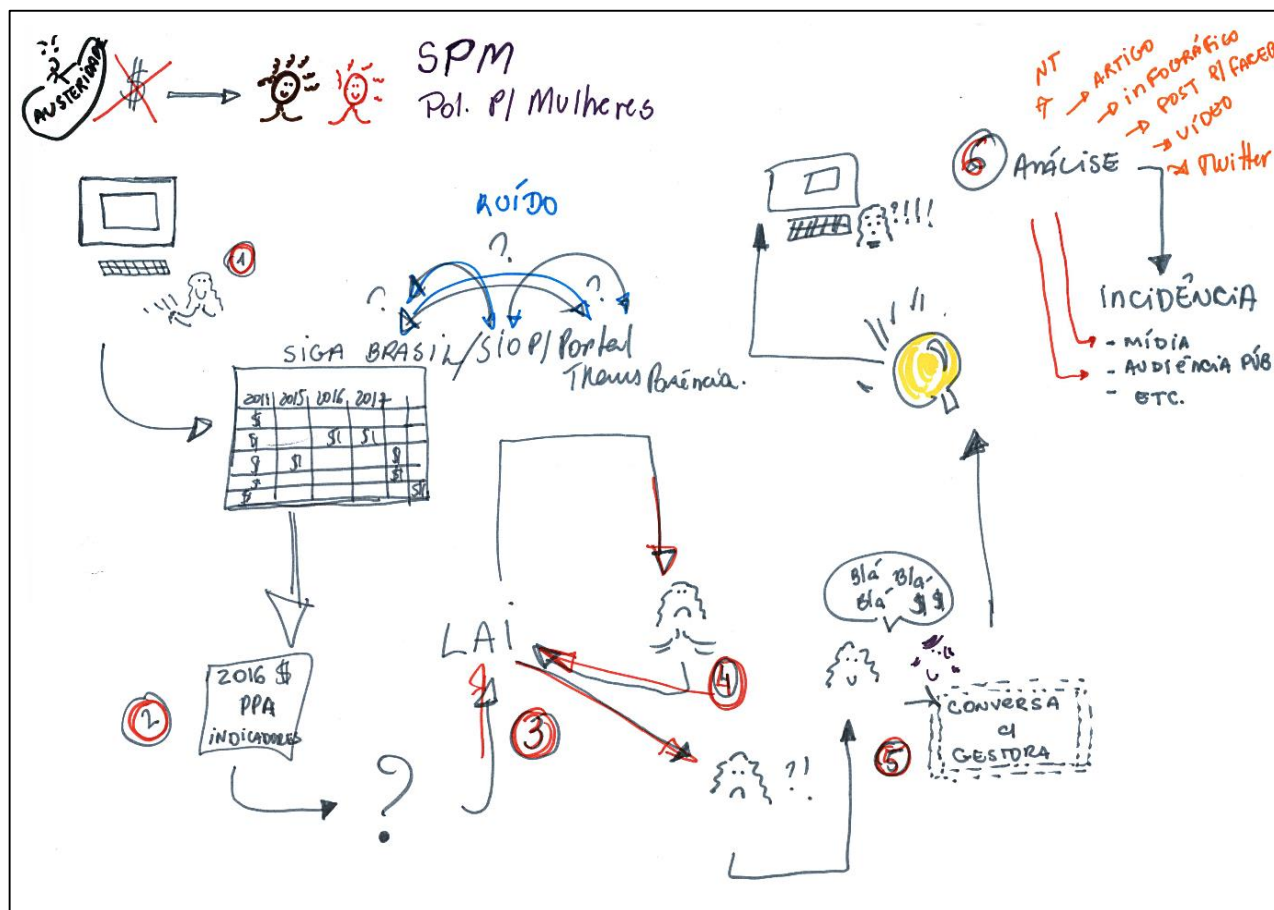
As entrevistas duraram entre 26min e 1h19min, sendo que **quatro** coletas se deram com os dois agentes sociais da entidade ao mesmo tempo (duração mínima e máxima das entrevistas, incluindo todo o roteiro, conforme Anexo A). Nestes casos, a representação gráfica foi realizada enquanto o outro entrevistado falava, diferente de quando o agente social foi entrevistado sozinho, em que a representação se deu simultaneamente à resposta em voz alta. Quanto ao uso das canetas e papéis, apenas **dois** agentes preferiram lápis e os demais utilizaram as canetas e lápis coloridos; **dois** utilizaram o tamanho A4, **um** optou pelo tamanho cartolina e os demais pelo tamanho A3. Dentre os entrevistados **nove** agentes sociais preferiram escrever e ordenar seus horizontes por meios de organogramas e fluxogramas, e **cinco** preferiram utilizar ícones com alguns desenhos. Considerando estas peculiaridades, os dados podem interessar para estudos futuros que se proponham a refletir sobre modelos, desenhos ou mapeamentos de necessidades de informação.

Em todos os casos coletados na pesquisa, a busca de informação se deu de forma exaustiva, pois os agentes sociais esgotaram todas as possibilidades para atenderem às suas necessidades de informação, seja por meio de consulta às fontes primárias (órgãos públicos), outros portais institucionais, seja por meio de solicitação

²⁸ Dois agentes sociais indicaram esta ação na questão inicial, totalizando treze projetos/ações e não um projeto por entrevistado (quatorze no total).

via Lei de Acesso à Informação (LAI), até a consulta direta a pessoas (agentes públicos e profissionais de outras entidades da Sociedade Civil, entre outros), conforme ilustra a Figura 10.

FIGURA 10 – “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 8



FONTE: Agente Social 8 (2017).

Neste caso, o agente social²⁹ buscou as informações, em um primeiro momento, diretamente nos portais institucionais. As informações resultantes não satisfizeram a necessidade, devido à incompletude, linguagem e formato. No segundo momento, buscou-se respostas em portais secundários que pudessem completar a informação demandada e, ainda, verificar a autenticidade daquelas recuperadas anteriormente. No terceiro momento, tem-se o pedido por meio de solicitação cadastrada via Lei de Acesso à Informação, tendo ocorrido um quarto momento, pois o pedido foi refeito, visto que a resposta via LAI não foi suficiente. No último momento,

²⁹ Para garantir o anonimato dos entrevistados, foi adotado o gênero masculino em todas as referências às respostas dos mesmos.

quando ainda persistia a necessidade de informação, consultou-se pessoas por meio de telefonemas e e-mails. As pessoas consultadas foram, em geral, especialistas (agentes públicos) que atuam nos órgãos em que o agente social identificou como possível fornecedor das informações necessárias à sua demanda.

Ao encontrarem as informações necessárias, os agentes sociais fazem a análise dos dados e a formulação dos produtos e serviços oferecidos pela entidade, os quais inicialmente se propôs a desenvolver e que resultam em sua atuação política, publicação de dados no portal institucional ou, ainda, atuação direta junto à população por meio de capacitação/formação, entre outras, conforme apresentado na seção 4.1 desta investigação (ver “passo 6” da Figura 10). Verificou-se que os entrevistados indicaram elementos voltados à finalidade e utilização informação. Ainda que a presente investigação não tenha como objetivo discutir as condições de uso da informação, tais dados apresentam indícios sobre as relações cognitivas dos agentes sociais com a informação recuperada (WILSON, 2000), assim como sobre as metodologias e passos adotados para o uso destas (KUHLTHAU, 1991; WILSON, 2000; HERNÁNDES SALAZAR, 2007, entre outros autores que teorizam e/ou modelam o comportamento informacional).

Pode-se verificar que todos os agentes sociais foram capazes de ilustrar seus “horizontes de informação”. Alguns de forma mais detalhada, onde aparecem claramente a ordem de consulta, as necessidades de informação e as percepções destes acerca do processo. Outros não deixaram claro, sendo necessário consultar as entrevistas para identificar a ordem de consulta/utilização e preferências pelos recursos de informação.

O comportamento de busca de informação é construído a partir da interação do indivíduo com a informação, dentro de situações e contextos que possibilitam a identificação de uma necessidade de informação, dos recursos e ferramentas que podem lhe fornecer as repostas e a percepção acerca dos resultados encontrados (SONNENWALD, 1999). Apresentam-se, a seguir, as categorias que possibilitam a identificação das características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais.

4.2.1 Necessidade de informação

A necessidade de informação surge da percepção da falta de conhecimento e da decisão de buscar informações sobre determinado tema (SONNENVALD, 1999). Ao definirem os produtos, serviços ou ações que pretendem elaborar, os agentes sociais também definem as suas necessidades de informação. Estes não passam pelos estágios “Início”, “Seleção”, “Exploração” ou “Formulação”, apontados por Kuhlthau (1991), pois não têm a sensação de incerteza sobre o que procurar, não passam por momentos de confusão, passando imediatamente ao estágio de “Coleta”, tendo o senso de direção sobre o que buscar já bem definido (KUHALTHAU, 1991).

Dentre os **quatorze** entrevistados, de acordo com o/a produto/ação que estes decidiram relatar no momento inicial da entrevista quando questionados pela pesquisadora, foram identificados **dois blocos** onde apareceram as principais necessidades de informação, a saber: **dados orçamentários**, indicados por **seis** agentes sociais (QUADRO 5); e **políticas e planos de Governo Aberto**, indicados por **três** agentes sociais (QUADRO 6). Além destes dois blocos, os dados revelaram distintas necessidades de informação, indicados por **cinco** agentes sociais (QUADRO 7).

Os agentes sociais buscam por dados orçamentários e políticas e planos de Governo Aberto na expectativa de auxiliar no direcionamento e usufruto dos bens e recursos sociais e, ainda, elaborar e desenvolver produtos e serviços que oportunizem a participação. O que representa as interferências ou influências que as características individuais e as motivações psicológicas exercem no comportamento de busca de informação dos indivíduos (WILSON, 2000).

Ao identificar a necessidade de informação, suas características e justificativas, encontram-se também os produtos e ações resultantes de todo o processo de busca, interação, reflexão e uso do recurso de informação acessado/consultado pelos agentes sociais (QUADRO 5 e QUADRO 6).

QUADRO 5 – BLOCO 1: NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS POR DADOS ORÇAMENTÁRIOS E PROJETOS/AÇÕES RESULTANTES

Necessidade de informação					
Dados orçamentários					
Características/Especificação					
Dados de planejamento e execução orçamentária sobre determinada política pública, ação/programa governamental					
Para quê?					
a. buscar subsídios para o controle social e responsabilização dos Governos; b. acompanhar/monitorar uma política pública e comparar o aumento (ou diminuição) de investimentos; c. identificar o impacto dos cortes orçamentários nesta política pública; e d. traduzir os dados de maneira a deixá-los acessíveis ao cidadão e, assim, engajá-los na tomada de decisão governamental					
Projetos/Ações das entidades sob responsabilidade do agente social					
Gastos Abertos	Observatório Cidadão	Monitoramento da Lei de Diretrizes Orçamentárias no Distrito Federal	Monitoramento da Política para Mulheres	Hackathon da Saúde (monitoramento dos recursos orçamentários, operacionais e humanos na área da Saúde no Distrito Federal)	Pesquisa acadêmica em Governo Aberto

FONTE: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2017).

A necessidade de informação de dados orçamentários ocorreu devido ao entendimento que os agentes sociais têm de que o conhecimento sobre o planejamento e execução orçamentária pode oferecer subsídio importante para o controle social e responsabilização dos Governos.

Isto se relaciona com o modelo de Governo Aberto, ao identificar que a **transparência governamental** inclui a transparência de procedimentos, fluxos e regulações, disponibilizados pelos Governos para que os cidadãos possam fiscalizar e controlar o poder público (VELJKOVIĆ; BOGDANOVIĆ-DINIĆ; STOIMENOV, 2014).

Para estes agentes sociais, é a partir dos dados orçamentários que são desenvolvidas ações para o monitoramento e controle de onde, quando, quanto e como o Poder Executivo destina recursos para determinada política pública (AGENTE SOCIAL 1; AGENTE SOCIAL 2; AGENTE SOCIAL 11, 2017). De acordo com os

entrevistados, a partir destes dados, é possível: a) acompanhar uma política pública e comparar o aumento (ou diminuição) de investimentos; b) identificar o impacto dos cortes orçamentários nas políticas públicas (AGENTE SOCIAL 7; AGENTE SOCIAL 8, 2017); e c) traduzir os dados de maneira a deixá-los acessíveis ao cidadão e, assim, engajá-los na tomada de decisão governamental (AGENTE SOCIAL 3, 2017).

Quanto à necessidade de informações sobre as Políticas e Planos de Ação Nacionais de Governo Aberto, esta ocorreu para se obter subsídios para monitoramento e acompanhamento das ações e metas já realizadas ou não, e identificar o posicionamento do Governo brasileiro (QUADRO 6).

QUADRO 6 - BLOCO 2: NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS POR POLÍTICAS E PLANOS DE GOVERNO ABERTO E PROJETOS/AÇÕES RESULTANTES

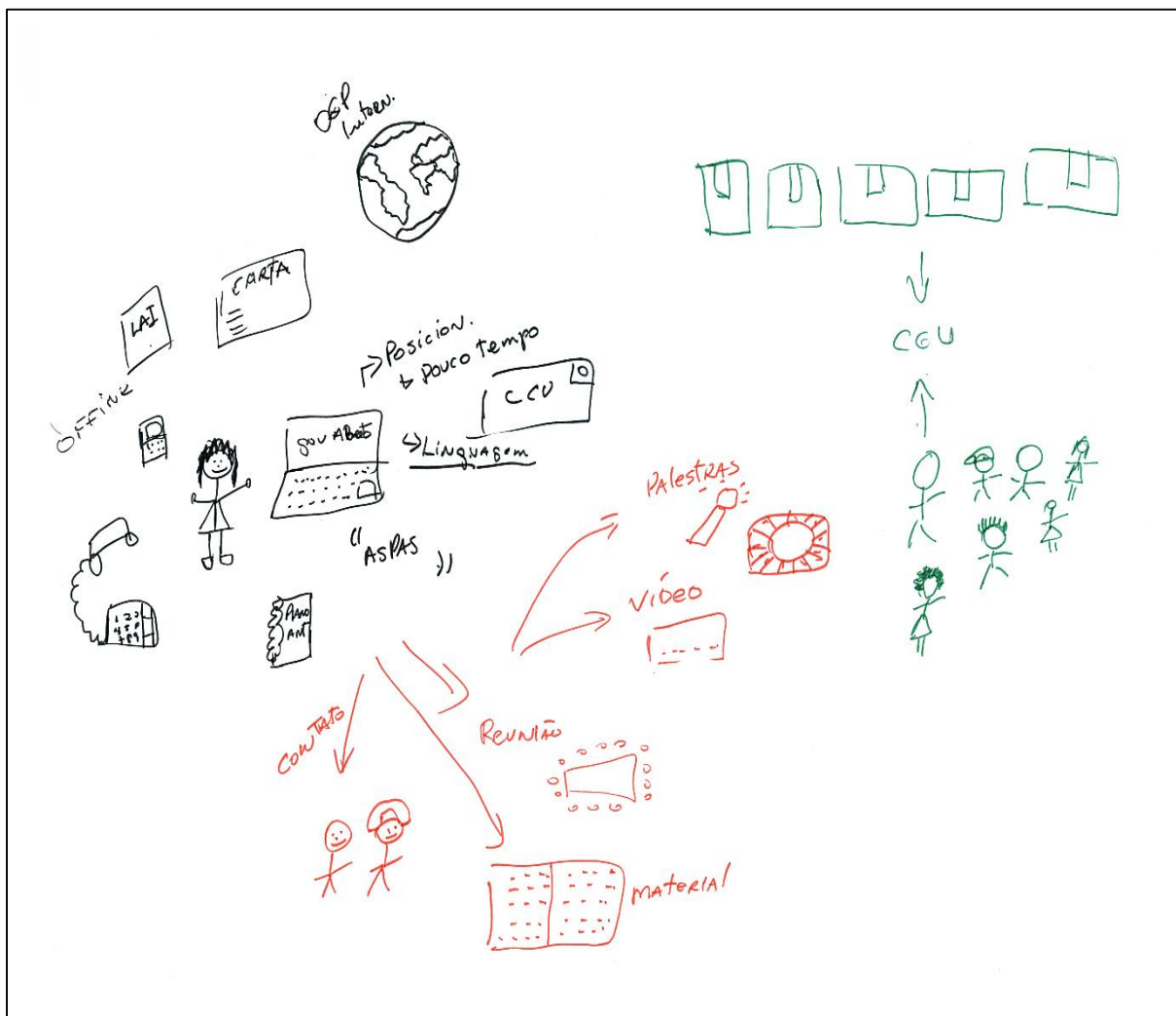
Necessidade de informação	
Políticas e planos de Governo Aberto	
Características/Especificação	
a. dados e informações sobre as políticas públicas de GA; execução (ou não) dos compromissos assumidos no Plano Nacional de Governo Aberto; b. colaboração e cocriação com experiências nacionais e internacionais	
Para quê?	
a. obter subsídios para monitoramento e acompanhamento das ações e metas já realizadas ou não; b. descobrir o posicionamento do Governo brasileiro; c. realizar a “tradução” dos dados.	
Projeto/Ação da entidade sob responsabilidade do agente social	
Pesquisa acadêmica em Governo Aberto	Monitoramento do Plano de Ação Nacional de Governo Aberto

FONTE: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Percebe-se a preocupação dos agentes sociais em acompanhar/monitorar os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro junto à *Open Government Partnership*, assim como com a institucionalização das premissas de Governo Aberto, especialmente no que diz respeito à transparência, ao acesso à informação e à

responsabilização fiscal, conforme ilustra a Figura 11. (AGENTE SOCIAL 3; AGENTE SOCIAL 5; AGENTE SOCIAL 6, 2017).

FIGURA 11 – “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 5



FONTE: Agente Social 5 (2017).

As distintas necessidades de informação, indicadas por **cinco (35%)** dos agentes sociais, resultam da diversidade de ações/produtos e projetos desenvolvidos no âmbito das entidades para oportunizar a participação em iniciativas de Governo Aberto, conforme ilustra o Quadro 7.

QUADRO 7 – DISTINTAS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO E PRODUTOS/AÇÕES RESULTANTES

Necessidade de informação	Para quê?	Ações das entidades sob responsabilidade do agente social
Dados abertos; Objetivos do desenvolvimento sustentável; Atuação do bibliotecário	subsidiar a fala na palestra e buscar reconhecer os principais conceitos, ferramentas e experiências sobre uso de dados abertos governamentais;	palestra sobre dados abertos e atuação de bibliotecários.
Conjuntura política, econômica e social; Demandas dos servidores públicos	subsidiar a atuação do dirigente em relação às demandas dos trabalhadores;	atuação política junto aos servidores públicos.
Referencial teórico sobre geração de renda	buscar informações sobre formas e mecanismos de minimizar os impactos da crise econômica sobre;	participação em uma audiência pública.
Código Florestal; Políticas: de combate ao desmatamento; agricultura de baixo carbono; unidades de conservação e concessões florestais	identificar os atores inseridos nos espaços formais de participação, transparência e <i>accountability</i> , conforme previsto na legislação e nos compromissos de Governo Aberto;	mapeamento da rede de atores que monitoram a Legislação ambiental e as Políticas públicas na esfera ambiental.
Número de denúncias/representações contra deputados e respostas da Câmara Legislativa do Distrito Federal	identificar as ações/respostas da Câmara Legislativa em relação às denúncias; acompanhar, monitorar e analisar o retorno dado ao cidadão.	levantamento de denúncias/representações contra deputados distritais na Câmara Legislativa.

FONTE: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2017).

Verifica-se que, por ser uma percepção sobre a falta de conhecimento e uma decisão individual de buscar informações sobre determinado tema, no mesmo contexto e nas mesmas situações, a partir da interação com os membros da rede social, os agentes sociais refletiram e avaliaram as mudanças em seu ambiente e,

Pode-se identificar certa diferença entre os “horizontes de informação” quando verificadas as necessidades e os recursos de informação, assim como a ordem de consulta e produtos e serviços resultantes deste processo de busca, corroborando o estudo de Huvila (2009).

A partir das informações recuperadas, os agentes sociais analisaram os dados e os “traduziram” para o cidadão, foco de interesse e razão de ser das próprias entidades. Este tratamento, então, resultou em matérias, artigos e demais publicações para chamar a atenção da Sociedade Civil e do poder público a respeito desta temática (AGENTE SOCIAL 3; AGENTE SOCIAL 5; AGENTE SOCIAL 6, 2017), que constituem o rol de projetos e ações diferenciados oferecidos pelas entidades em atuam.

Neste contexto, dentre as necessidades de informação, apareceram as principais premissas do GA, a saber: dados abertos, controle social, responsabilização dos Governos, transparência, colaboração e participação popular. Estas premissas circundam o comportamento de busca de informação dos agentes sociais, visto que fazem parte do contexto diário, apresentando as situações e demandas que estes se propõem a elaborar/desenvolver.

Ao buscarem por informações, os agentes sociais utilizaram recursos de informação, identificando as fontes e redes sociais, assim como elegeram as ferramentas de recuperação, com os quais interagem e recuperam as respostas necessárias para suprir suas demandas, conforme relatado a seguir.

4.2.2 Recursos de Informação

Conforme postulado por Sonnenwald (1999), o comportamento de busca de informação pode ser visto como uma colaboração entre o indivíduo e os recursos de informação (SONNENWALD, 1999) e resulta da busca intencional para atender a uma necessidade de informação para solucionar um problema/objetivo (WILSON, 2000). Neste sentido, há um compartilhamento de significado para resolução de uma condição de falta de conhecimento (SONNENWALD, 1999).

Na pesquisa, foram identificados 26 recursos de informação diferentes com os quais os agentes sociais interagem, recuperam, refletem sobre e analisam os

dados coletados para suprirem suas necessidades iniciais, dentre os quais se destacam:

- a) **Portais institucionais governamentais** – *sites* dos órgãos governamentais tanto da esfera municipal, estadual, Distrito Federal, quanto da esfera federal; mencionados dez vezes;
- b) **Pessoas** – especialistas no tema pesquisado, agentes públicos que atuam em órgãos governamentais, agentes que atuam em Organizações Não Governamentais, Coletivos e Grupos de interesse no tema pesquisado e agentes das entidades da Sociedade Civil Organizada (SCO); mencionadas dez vezes; e
- c) **Portais de transparências** – *sites* específicos que se destinam à divulgação de dados de planejamento e execução orçamentária do Poder Executivo (município, Estado, Distrito Federal e Governo Federal); e **Lei de Acesso à informação** como instrumento de solicitação de informação; mencionados sete vezes cada um.

Este dado revela que fazem parte dos recursos informacionais dos agentes sociais das entidades estudadas, tanto fontes de informação, ou seja “documentos, livros, páginas na Web etc.”, quanto as redes sociais, ou seja, “colegas, especialistas no assunto etc.” (SONNENWALD, 1999). Aparecem os canais de informação capazes de fornecer dados orçamentários, por exemplo e, também, os agentes públicos, especialistas e grupos de interesse.

Fontes de informação como o “Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)”, “Portal Brasileiro de Dados Abertos”, “Portal da Controladoria Geral da União”³⁰, “portais das próprias Entidades da Sociedade Civil Organizada”, “Carta de *Advocacy*”³¹, “documentos formais (atas, regimentos, registros de reuniões)” e “Políticas Públicas”³², foram citadas, cada uma, por apenas **um** dos agentes sociais.

Este dado se relaciona com a variedade de ações, práticas e projetos que os agentes sociais desenvolvem nas entidades a que estão vinculados, uma vez que

³⁰ Embora no governo do Presidente Michel Temer o nome do órgão tenha mudado para Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, os agentes sociais o indicaram desta forma.

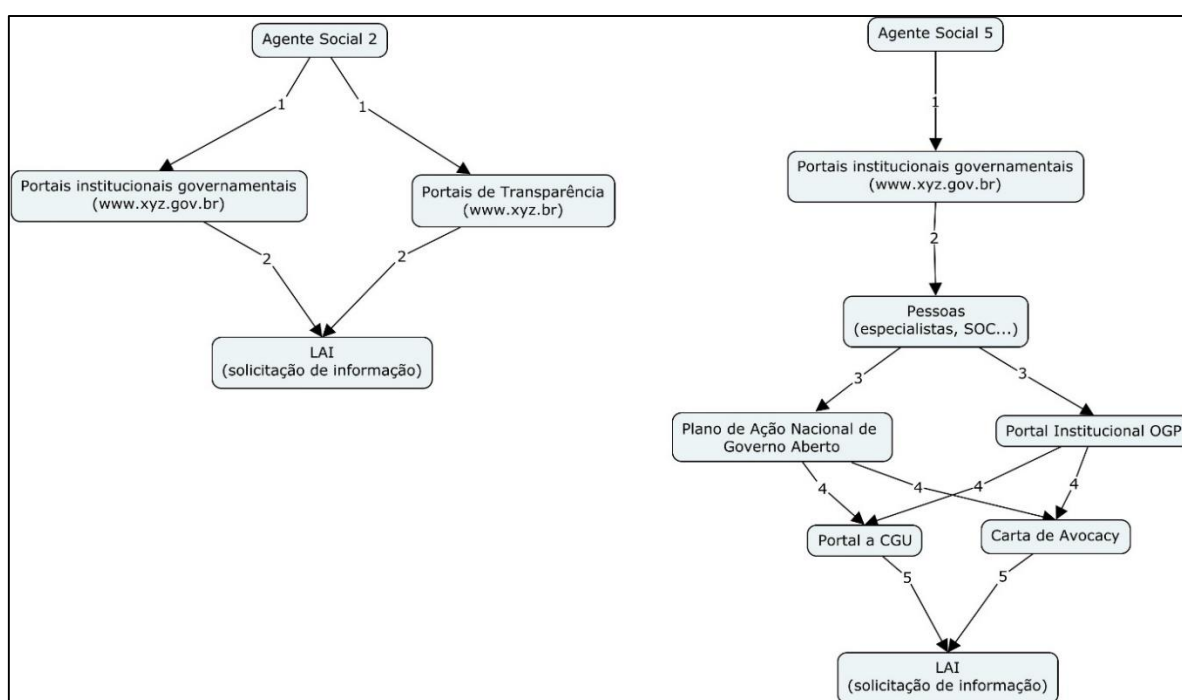
³¹ A Carta de *Advocacy* é uma carta compromisso assinada por diversas entidades, que também serve como instrumento de cobrança junto ao Poder Executivo (AGENTE SOCIAL 5, 2017).

³² Neste caso específico o foco de interesse do agente social estava relacionado às políticas públicas na área ambiental, a saber: Política do Clima, Política de Combate ao Desmatamento, Política da Agricultura de Baixo Carbono, Política de Unidades de Conservação, Política de Concessões Florestais.

necessidades oriundas de suas percepções acerca do ambiente e de suas redes sociais (SONENWALD, 1999; WILSON, 2000; SONNENWALD; WILDEMUTH; HARMON, 2001; SAVOLAINEN; KARI, 2004; HUVILA, 2009).

De modo geral é possível verificar, como padrão no comportamento de busca de informação dos agentes sociais, uma preferência pelos portais governamentais, seguido de consulta aos especialistas no assunto e, como último passo, solicitações de informação via Lei de Acesso à Informação. Os dados também revelam os diferentes *links* entre os agentes sociais e os recursos de informação, conforme ilustra a Figura 14 onde é apresentada uma comparação entre a ordem de consulta/utilização do Agente Social 2 e do Agente Social 5, como exemplo.

FIGURA 14 – ORDEM DE CONSULTA/UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO DO AGENTE SOCIAL 2 EM COMPARAÇÃO AO AGENTE SOCIAL 5



FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2017), com auxílio da ferramenta CmapTools®.

LEGENDA: Os números representam a ordem de consulta/utilização dos recursos de informação, apresentados nas caixas; as setas simbolizam o caminho/passo adotado pelo Agente Social 2 e Agente Social 5.

A Tabela 1 ilustra os 26 recursos de informação segundo a ordem de consulta/utilização pelos agentes sociais, onde as colunas representam os agentes sociais e as linhas seus recursos de informação.

TABELA 1 – MATRIZ DE ORDEM DE PREFERÊNCIA PELOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO

Recursos informacionais	AS-1	AS-2	AS-3	AS-4	AS-5	AS-6	AS-7	AS-8	AS-9	AS-10	AS-11	AS-12	AS-13	AS-14	Total de menções
Portais institucionais governamentais (www.xyz.gov) ³³	1,3	1			1	2			1	2	1	1		1	10
Portais de Transparência (www.xyz.br)	2,4	1	1			1		1			1				7
e-SIC			1												1
Portal Siga Brasil							1,2	1							3
Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) https://siop.gov.br/siop/							2	1							2
Portal Brasileiro de Dados Abertos									1						1
Portal da Controladoria Geral da União (CGU)					4										1
Plano Nacional de Governo Aberto					3				1						2
Portal institucional OGP					3	1,2			2						4
Portais dos Tribunais de Conta	2										1				2
Portais das próprias entidades da SOC									3						1
Portais do Poder Legislativo (Câmara dos Deputados e Câmara de Vereadores)	2									1		2			3
Plano Plurianual (PPA)	1							2							2
LAI (solicitação de informação)	3	2			5			3,4		1				4	7
Carta de Advocacy					4										1
Legislação específica (exceto LAI)	1						1,2							1	4
Políticas Públicas														1	1
Mídia eletrônica (jornais online, Wikipedia, blogs)				2		3						1	2		4
Mídia impressa (jornais locais)												1	1		2
Documentos formais (atas de reuniões)														3	1
Literatura científica (livros e artigos)			4	1		1,3							1		5
Portais acadêmicos (Google Scholar, Portal CAPES e Repositórios Institucionais)			4	1,2					2						4
Coleta acadêmica (entrevistas, observação e recuperação automática por meio de App/API)			2			3								2,3	4
Eventos (científicos e de grupos de interesse)			4								2				2
Pessoas (especialistas, agentes públicos...)	4		3	3	2	2		5			2	4		2,3	10
Classe trabalhadora												1,3,5	2		4
Total de Recursos de informação adotados	8	3	7	4	7	7	3	6	6	3	5	6	4	7	76
															88

FONTE: Elaboração da autora com base nos dados da pesquisa (2017).

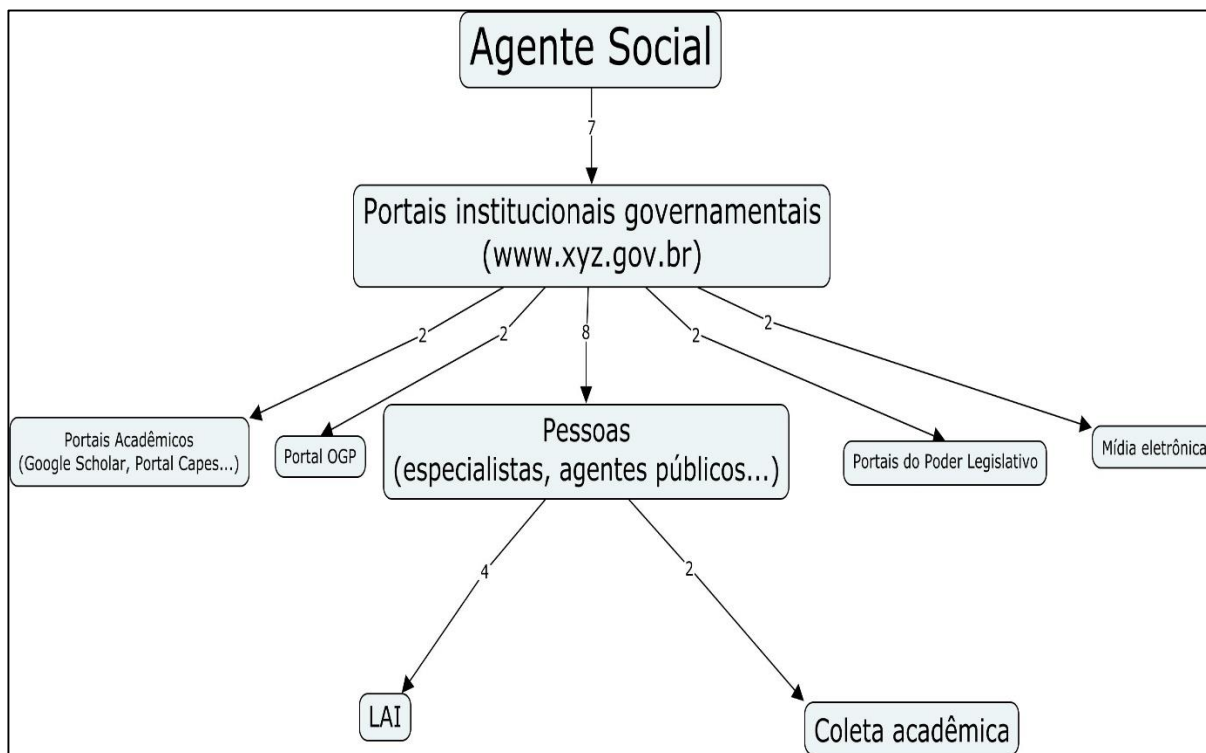
³³ Adotou-se esta forma de representação, conforme indicada pelo Agente Social 6 em seu “horizonte de informação”, para portais de órgãos governamentais tanto da esfera municipal, estadual, Distrito Federal, quanto da esfera federal.

A Tabela 1 mostra os padrões de consulta/utilização dentre os recursos de informação, sendo que **treze** dos quatorze entrevistados possuem mais de uma fonte de informação como primeira escolha. Dentre os entrevistados, **sete** agentes sociais (ou seja 50%) indicaram os portais institucionais governamentais como primeira opção de consulta, dado este diretamente relacionado com a necessidade de informação inicial dos agentes sociais.

Verifica-se que os agentes sociais entrevistados utilizam/consultam no mínimo **três** e no máximo **oito** recursos de informação, em uma ordem que varia entre no mínimo **dois** e máximo de **cinco** passos, em um processo ora sequencial (50% dos entrevistados), ora de ida e volta (50% dos entrevistados) aos recursos de informação até encontrarem a informação demandada. Na metade dos casos em aparece o padrão de comportamento de busca de informação com retorno a um ou mais recursos de informação (ver AS-1, AS-3, AS-6, AS-7, AS-8, AS-12 e AS-14), revelando um padrão cíclico natural de ida e volta até encontrar a informação demandada, o que corrobora os resultados do estudo de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001). Em **quatro** casos aparecem apenas dois passos de consulta/utilização e em dois casos aparecem duas primeiras opções de recursos de informação e duas últimas escolhas (ver AS-2, AS-10, AS-11 e AS-13 e AS-11 e AS-13, respectivamente), reforçando a existência de diferentes estratégias de busca entre os entrevistados.

A Figura 15 ilustra a ordem de consulta/utilização dos recursos, onde pode ser visto o processo sequencial conforme indicado pelos agentes sociais (quando este recurso de informação foi adotado por mais de um agente social naquele mesmo passo).

FIGURA 15 – PREFERÊNCIAS SEGUNDO A ORDEM DE CONSULTA/UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS



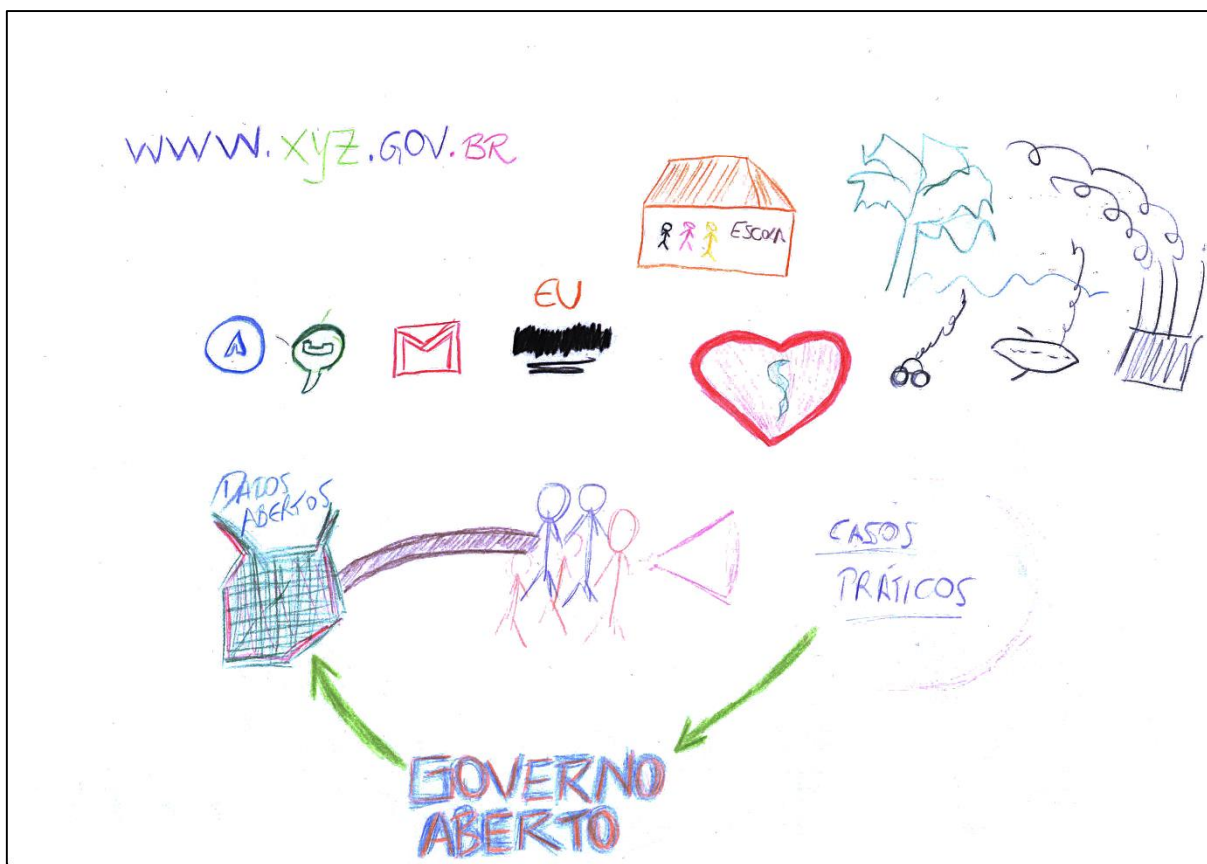
FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2017), com auxílio da ferramenta CmapTools®.

LEGENDA: Os números representam o total de indicações do recurso de informação segundo o passo adotado pelos agentes sociais, em uma ordem com quatro níveis de consulta, iniciando a partir do Agente Social e finalizando na LAI ou Coleta Acadêmica.

Quanto às ferramentas utilizadas para acesso aos recursos de informação, para os 14 entrevistados, a Internet é essencial e primordial para a recuperação da informação, visto que é a partir desta que eles podem acessar aos demais recursos e ferramentas de recuperação de informação, mesmo quando este recurso se trata literatura (livros e artigos) ou de consulta às pessoas. Um dos entrevistados mencionou, inclusive, não fazer uso de espaços tradicionais como bibliotecas, pois todas as informações de que necessita estavam disponíveis na Internet (AGENTE SOCIAL 4, 2017).

Outro recurso importante para os agentes sociais são as ferramentas de comunicação, tais como telefone, celular e e-mail. Aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones, para conversação *online* e grupos de discussão *online*, também aparecem como ferramentas de recuperação de informação quando se trata de consulta *online* às pessoas, conforme ilustra a Figura 16.

FIGURA 16 – “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 6



FONTE: Agente Social 6 (2017).

No caso específico do COLAB, os agentes sociais realizam a busca de forma automatizada, utilizando-se de aplicativos e APIs³⁴ que extraem os dados dos recursos de informação, quando se tratam de fontes informacionais (AGENTE SOCIAL 3, 2017).

Os dados extrapolam os achados de Sonnenwald, Wildemuth e Harmon (2001) onde a Internet era tida como ferramenta de recuperação de informação, passando a ter papel central ao viabilizar ferramentas e serviços que auxiliam no processo de busca, uma vez que os agentes sociais a utilizam como provedora tanto das informações, quanto dos recursos de informação, sejam estes fontes informacionais ou redes sociais.

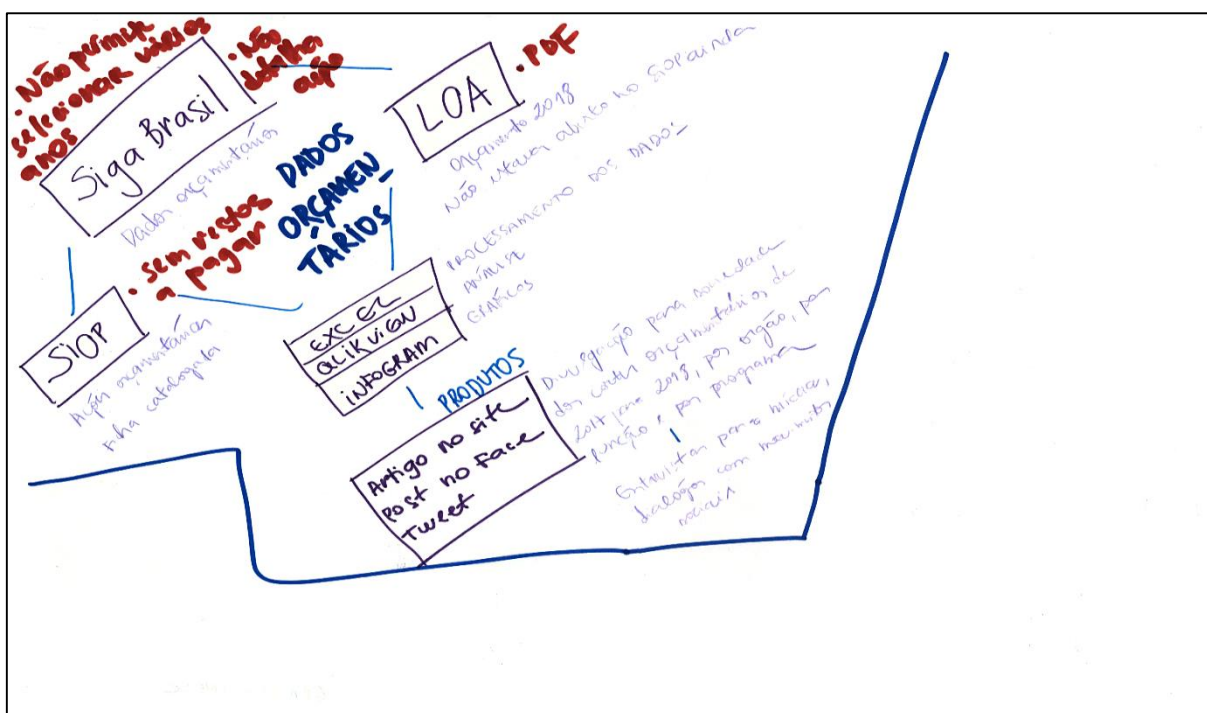
³⁴ A sigla API refere-se ao termo em inglês "Application Programming Interface" que significa, em tradução para o português, "Interface de Programação de Aplicativos" e consiste no conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web. Disponível em: < <https://canaltech.com.br/software/o-que-e-api/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

Na interação com os recursos informacionais, os agentes sociais refletem acerca dos resultados encontrados e demonstram satisfação, insatisfação, novas estratégias para encontrar/interagir com outros recursos de informação, entre outros, conforme relatado a seguir.

4.2.3 Percepção do usuário de informação

Ao percorrer cada passo e recurso de informação, os agentes sociais encontraram barreiras e dificuldades, tais como: formato; forma de apresentação; ruído; assimetria da informação³⁵; e linguagem; fazendo com que estes agentes recorram a outros recursos, até localizarem a informação demandada, conforme ilustra a Figura 17.

FIGURA 17 – “HORIZONTE DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 7



FONTE: Agente Social 7 (2017).

³⁵ Os autores Marques e Pinheiro apontam que, embora o conceito de assimetria da informação tenha nascido na economia, alguns pesquisadores da Ciência da Informação começam a adotá-lo “em estudos que abordam as diversas formas de materialização da distribuição desigual da informação e do conhecimento [...]”. Os autores entendem, então, a assimetria da informação como uma “distribuição desigual da informação, não apenas dentro dos contornos das relações comerciais, mas, também, em outros contextos, onde se manifesta uma permanente tensão entre atores sociais que buscam o acesso, o controle ou a apropriação da informação e do conhecimento”. (MARQUES; PINHEIRO, 2017).

Isto se deve ao fato de que, constantemente, os agentes sociais estão construindo o seu comportamento de busca de informação em meio a um fluxo de reflexões e avaliações sobre os ambientes, contextos e situações nos quais estão inseridos (SONNENWALD, 1999).

As barreiras como formato, linguagem e forma de apresentação das informações, implicam em custos e maior dedicação de tempo por parte dos agentes sociais para recuperarem uma informação que, em tese, deveria ser de fácil acesso, pois “as informações no contexto das iniciativas de GA devem ser abertas, acessíveis e manipuláveis, conforme os princípios dos dados abertos” (AGENTE SOCIAL 3, 2017).

São exemplos dessas barreiras, citadas pelos entrevistados: os arquivos em formato PDF; ausência de interoperabilidade entre sistemas; a exigência de *Captcha*; dados inexistentes em *sites* que deveriam prover; e a falta de padronização na apresentação dos dados, inclusive dentro de um mesmo portal. Também aparece a barreira da assimetria da informação, pois foram encontradas divergências nos dados quando obtidos e comparados em órgãos diferentes.

Ao refletirem sobre seus recursos de informação, os agentes sociais também colaboram para a melhoria destes, atuando de forma prática para resolução dos problemas encontrados no acesso e recuperação da informação. Neste sentido, as entidades em que atuam buscam elaborar soluções tais como: a elaboração de aplicativos para facilitar o acesso à informação; a tradução dos dados para uma linguagem mais acessível; levantamento dos dados que deveriam ser disponibilizados mas não são; listagem das “cidades mais transparentes” (seguindo indicadores próprios da entidade e que avaliam o grau de disponibilização de dados de transparência); entre outras ações.

Além disso, os agentes sociais se utilizam da própria Lei de Acesso à Informação para indicar a ausência, inconsistência ou necessidade de dados nos recursos de informação que acessam, conforme explica o agente social 5:

[...] a gente não usa a LAI de primeira [...] a gente faz um uso muito mais estratégico, primeiro porque tem que identificar, então se a entidade [nome da entidade em que o agente social atua] está perguntando, alguma coisa tem [...]. Mais do que a resposta, eu quero que eles [os órgãos questionados] vejam o que estou perguntando e aí, obviamente, eles vão ter que dar uma resposta oficial (AGENTE SOCIAL 5, 2017).

A LAI, portanto, funciona como um último recurso para obter informação, utilizada como mecanismo estratégico de forçar o próprio ente ou órgão governamental a disponibilizar a informação demandada, uma vez que estas, em tese, deveriam estar disponíveis nas páginas e portais de transparência por dever legal.

Desta forma, verifica-se que os agentes sociais identificam fragilidades nos recursos informacionais, mas que estes não dispõem de outras fontes ou ferramentas e, quando necessário, constroem, elaboram e desenvolvem seus próprios mecanismos e produtos de recuperação para tornar mais fácil o acesso aos dados que demandam.

4.3 RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE O COMPORTAMENTO DE BUSCA DE INFORMAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO

Os entrevistados desta pesquisa são entendidos como pessoas estratégicas no âmbito de suas entidades, cujas funções/títulos variam entre direção, coordenação de área/projetos, lideranças de pesquisa e dirigente, os quais possuem uma atuação destacada em função do *status* que ocupam na entidade à qual estão vinculados. Ao questionar o agente social sobre a sua atuação enquanto cidadão e frente à gestão governamental, verificou-se certa dificuldade em se posicionar individualmente, visto que o protagonismo assumido ao representar a entidade à qual está vinculado o torna ligado à sua atuação enquanto pessoa física, o que fica claro nas falas dos agentes sociais:

[...] é bem difícil separar, nós temos essa preocupação de não contaminar uma coisa com a outra [...] e a melhor forma de fazer isso é não fazendo, ou seja não fazendo as coisas individualmente, porque chega um ponto em que as pessoas conhecem o seu trabalho [na entidade] e às vezes conhecem até a nós individualmente como representantes [da entidade]. (AGENTE SOCIAL 11, 2017).

[...] às vezes eu até quero fazer um pedido, mas se eu colocar [nome do agente social] eles vão me associar à [entidade em que o agente atua]. (AGENTE SOCIAL 5, 2017).

Não obstante, os agentes sociais apontaram suas formas de participação e atuação, por vezes atreladas às atividades que desempenham nas entidades a que estão vinculados (mencionado por **nove** agentes), outras vezes por iniciativa própria

em temas atinentes aos seus próprios interesses (mencionado por **quatro** agentes). Tais dados corroboram a literatura, ao apontar que as motivações para participar surgem a partir de **interesses coletivos**, quer pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade que tem suas próprias preocupações; seja a partir de **interesses pessoais**, quer pela característica do altruísmo, formação do agente social, nível de impacto da política pública em seu cotidiano, ou a reputação deste em relação à sua comunidade (VALLÈS NAVARRO et al., 2015; WIJNHOFEN; EHRENHARD; KUHN, 2015; AMICHAH-HAMBURGER et al., 2016; FRENCH; MOHANTY, 2015; BAKA, 2017).

Além destas motivações, percebe-se que as barreiras e desafios à participação, apontadas na literatura (BANDEIRA, 1999; BONSON; ROYO; RATKAI, 2015; MEIJER, 2015; NAM, 2012), são motores que impulsionam a atuação dos agentes sociais, visto que produzem ferramentas e tecnologias de comunicação capazes de transpor a barreira do acesso à informação, tornando-as de fácil compreensão e visualização, desenvolvendo programas e aplicativos capazes de fazer a ponte entre cidadão e os portais governamentais, conforme explica o agente social:

[...] o aplicativo manda as perguntas das pessoas para o e-SIC, então ele põe pergunta e resposta num ponto do mapa onde está o gasto [...] e isso tudo é [feito] de maneira automática, é tudo robô que faz [...] como a gente faz isso? A gente domina a tecnologia, a gente escreve programas, a gente tem recursos cognitivos, ferramentas, pessoal formado para ser capaz de implementar isto. (AGENTE SOCIAL 3, 2017).

Os agentes sociais também atuam na elaboração e desenvolvimento de cursos de formação para tornar os cidadãos capazes de acessar, tratar e usar a informação e se posicionarem frente ao assunto a ser debatido; traduzem os dados de modo a diminuir a desconfiança nas informações disponibilizadas; assim como atuam na melhoria do formato, da linguagem e da apresentação dos dados para a população (BANDEIRA, 1999; BONSON; ROYO; RATKAI, 2015; MEIJER, 2015; NAM, 2012).

Para os agentes sociais, o acesso à informação, bem como o seu tratamento e uso, pode impactar diretamente tanto na atuação do agente social para oportunizar a participação, quanto em seu posicionamento frente à gestão governamental, enquanto cidadão, o que se explicita na seguinte fala:

[...] quando tem a informação tratada, com o mínimo de mobilização, aí tem o poder muito grande para mobilizar outras pessoas e efetivar a participação, porque ela [a informação] vai ser utilizada para uma incidência forte, e a informação vira um recurso para o debate público (AGENTE SOCIAL 1, 2017).

Partindo-se do olhar dos agentes sociais, a forma e o impacto da participação destes alcançam o estágio de participação mais elevado, ou seja, os agentes sociais alcançam o estágio de “Poder do Cidadão”, no degrau da Parceria, e em um dos casos o degrau da Delegação de Poder, segundo postulado por Arnstein (1969) na Escada de Participação, conforme ilustra o Quadro 8.

QUADRO 8 - RELAÇÕES ENTRE A FORMA DE PARTICIPAÇÃO E OS DEGRAUS DA ESCADA DE PARTICIPAÇÃO

Forma de participação dos agentes sociais	Motivação para participar	Impacto da participação (do ponto de vista do agente social)	Degrau da Escada correspondente à forma e impacto da participação
<i>Participação na OGP</i>	Melhorar a política; Altruísmo; Grupo de interesse; Agir de forma estratégica para criar alinhamentos em GA; Interesse próprio na política (de gênero, por exemplo)	Contribuir para o processo de construção colaborativa dos Planos de Ação Nacionais de Governo Aberto; Instituir canais de comunicação entre sociedade e governo; Estabelecer mecanismos de vigilância e controle da execução dos compromissos assumidos pelo Brasil nos planos da OGP; Acompanhar a prestação de contas dos compromissos executados	Parceria
<i>Elaboração de Indicadores e pedido para a prefeitura se manifestar sobre a ausência de dados</i>	Fazer o governo “andar”	Melhorar a disponibilização de dados nos portais de 10 prefeituras	Parceria
<i>Atuação política junto à Academia</i>	Altruísmo; Grupos de interesse; Iniciativa própria; Confiança nos princípios de GA	Estabelecer mecanismos para a efetivação dos princípios de GA	Parceria
<i>Participação em audiências públicas</i>	Grupo de interesse e vontade de incidir nas políticas públicas	Ampliar a incidência política por meio da realização de diagnósticos; Construir, de forma colaborativa, os compromissos e metas do Brasil para determinadas políticas públicas	Parceria
<i>Monitoramento do orçamento para políticas de igualdade social e gênero</i>	Interesse próprio	Pressionar o Governo a gastar o orçamento no que deve ser gasto	Parceria
<i>Monitoramento do orçamento da saúde; Reunião com gestores, redação de artigos;</i>	Interesse próprio; Iniciativa própria	Obrigar o Governo a demonstrar onde está o dinheiro da saúde; Reestruturar a estratégia de atenção à saúde básica	Parceria/ Delegação de Poder
<i>Uso da LAI para consulta</i>	Interesse e iniciativa próprios; Entusiasta da LAI	Pressionar o Governo a se manifestar formalmente;	Parceria
<i>Participação em Conselhos Deliberativos</i>	Grupos de interesse; Iniciativa própria	Assegurar o assento da sociedade civil organizada e inclusão de propostas do coletivo	Parceria
<i>Dirigente de sindicato de servidores</i>	Grupo de interesse	Garantir o alcance dos direitos dos trabalhadores	Parceria
<i>Acompanhamento das deliberações sobre as Metas do Brasil para o Acordo de Mudanças Climáticas</i>	Grupo de interesse; Interesses e iniciativas próprias	Persuadir o Governo a estabelecer metas em acordo com a sociedade civil organizada	Parceria

FONTE: Elaboração da autora (2017) com base nos dados da pesquisa e na literatura consultada e apresentada no Referencial Teórico desta investigação

Os dados apresentados no Quadro 8 corroboram a literatura (HEREDIA; BEZERRA; PALMEIRA, 2015; ROWE; FREWER, 2005; PERES, 2016) ao apontar que existem diversas formas e níveis de participação, desde a participação em conselhos, audiências, atuação junto à Academia, até a utilização da LAI para uma consulta pública.

Os agentes sociais ainda indicam a própria atuação como representantes do GT Sociedade Civil na *Open Government Partnership* como uma forma de posicionamento frente à gestão governamental. Ao construírem os compromissos assumidos pelo Brasil no Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, e ao acompanharem e monitorarem a execução destes, pode-se indicar que esta forma de participação alcança o degrau de Parceria, visto que Sociedade Civil Organizada (SCO) e Gestão Governamental têm diálogo aberto e estabelecem um processo de cocriação e colaboração na tomada de decisão.

Pode-se perceber que a atuação dos agentes sociais, bem como do coletivo entendido como Sociedade Civil Organizada, tem buscado contribuir diretamente para uma gestão governamental mais transparente, democrática e aberta, sendo que esta atuação “tem forçado o Governo a ser mais aberto” (AGENTE SOCIAL 11, 2017).

Não obstante, não é possível afirmar ou mensurar a efetividade destas formas de participação, ou saber se a atuação dos agentes sociais da SCO teve impacto fundamental na tomada de decisão governamental. Esta preocupação também aparece nas falas dos agentes sociais, ao manifestarem suas inquietações quanto à possibilidade de esta participação ser utilizada como uma forma de legitimação das decisões governamentais, conforme afirmam os agentes sociais:

[...] acho que [o GT Sociedade Civil da OGP] atua algumas vezes como parceiro do Governo, outras vezes somente é utilizado para informar ou legitimar as tomadas de decisão governamental (AGENTE SOCIAL 5, 2017).

[...] nós colocamos o Governo, Sociedade Civil e a Academia lado a lado para tentar discutir, para tentar coletar insumos. E aí, como resultado, nós tivemos o posicionamento [da Sociedade Civil e Academia] dizendo que o Governo brasileiro deveria estabelecer tal meta lá na Conferência [de Acordo Climático]. O Governo não acatou a todas, assim como de outras ONGs e a gente não sabe dizer qual foi a nossa influência no processo. Algumas coisas que a gente pediu estavam lá nas metas, mas a gente não sabe se foi influência nossa, de outra ONG, ou se o próprio Ministério [Governo] já estava estabelecendo [...] geralmente não tem *feedback* [...] e a gente fica até com medo de que seja para legitimar tal coisa (AGENTE SOCIAL 14, 2017).

A literatura aponta que quando a participação se restringe a estes espaços de legitimação, ou de simulação de participação, os cidadãos são vistos como receptores de informação, ou mesmo obtendo algum assento nos espaços formais, são minorias e podem ser vencidos no voto (ARNSTEIN, 1969). Assim, se as preocupações manifestadas pelos agentes sociais se efetivam, então os seus posicionamentos na Escada de Participação poderiam ser diferentes, situando-os nos degraus Informação, Consulta e Pacificação.

No entanto, ao verificar o conjunto de ações desenvolvido pelas entidades da Sociedade Civil Organizada, observa-se o impacto da participação ao buscar a transparência na deliberação e visibilidade das ações governamentais, permitindo maior expressão e visibilidade das demandas sociais, ao defender os direitos da sociedade e ampliação das relações Governo-Cidadão, Cidadão-Governo e Cidadão-Cidadão (ARNSTEIN, 1969; SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005; LINDERS, 2012; KAUCHAKJE, 2011). Isto fica claro na seguinte fala:

[...] o que a gente quer é ter elementos para influenciar nas políticas [...] esses elementos podem ser uma pesquisa [...], pode ser o apoio direto aos municípios e aos instrumentos de participação locais³⁶, pode ser construir uma plataforma, abrir os dados para toda a sociedade [...], então o resultado desta busca de informações é gerar ações que busquem melhorar a política, [ou seja] para melhorar a ação do Estado em relação aos temas variados. (AGENTE SOCIAL 1, 2017).

Neste sentido, é possível afirmar que os agentes sociais estão buscando influenciar e melhorar a gestão governamental por meio das práticas, ações e projetos desenvolvidos com o objetivo de oportunizar a participação cidadã nas iniciativas de Governo Aberto. Portanto, é possível que, ao buscar fortalecer tais iniciativas, a sociedade como um todo poderia progredir aos estágios mais altos da Escada de Participação.

³⁶ No entendimento da entidade, os instrumentos de participação são os espaços formais tais como fóruns, comitês, conselhos, observatórios entre outros (AGENTE SOCIAL 14, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento em torno das iniciativas de Governo Aberto (GA) tem na transparência, na responsabilização e controle social, na participação e na colaboração, um conjunto de importantes elementos para o aprimoramento da gestão democrática, conjunto este que, não raro, provém da pressão política exercida pela Sociedade Civil Organizada (SCO) junto aos Governos. Isto perpassa a compreensão de que novas práticas, valores e cultura irão, eventualmente, favorecer uma nova configuração, fundamentada em premissas que permitam a construção de um modelo de governo colaborativo entre, para e com os cidadãos.

Os resultados da pesquisa indicam que a atuação da SCO no contexto das iniciativas de Governo Aberto no Brasil tem se dado por meio de diversas práticas, ações e projetos, a partir dos quais, potencialmente, pode-se oportunizar a participação cidadã na tomada de decisão governamental. A partir da caracterização das entidades, percebe-se que estas buscam criar espaços e oportunidades para que os cidadãos possam exercer o seu direito de participar, contribuir e colaborar na gestão governamental e, conseqüentemente, no alcance dos objetivos e interesses coletivos da sociedade.

Ao apresentar as principais ações, práticas, projetos e produtos desenvolvidos pelas entidades da sociedade civil organizada brasileira (objetivo específico “a” desta investigação), pode-se entender o **contexto** e as **situações** da busca de informação dos agentes sociais, que vão desde a preparação de uma palestra até o desenvolvimento de aplicativos de monitoramento dos gastos públicos. Cada produto ou serviço oferecido pelas entidades influencia diretamente nas decisões tomadas pelos agentes sociais, fazendo com que estes adotem diferentes estratégias para buscar informação, assim como estabelecem diferentes relações com seus recursos de informação. A pesquisa aponta ainda que, constantemente, os agentes sociais estão construindo o seu comportamento de busca de informação em meio a um fluxo de reflexões e avaliações sobre os ambientes, contextos e situações nos quais estão inseridos.

Verificou-se, também, que os agentes sociais se preocupam em elaborar produtos e serviços de informação de modo a tornar os cidadãos capazes de, potencialmente, acompanhar uma política pública e comparar o aumento (ou diminuição) de investimentos; identificar o impacto dos cortes orçamentários nas

políticas públicas e engajá-los na tomada de decisão governamental. Isto indica que as premissas “transparência” e “responsabilização e controle social” fazem parte do cotidiano das entidades e de seus agentes sociais, e que tais premissas se efetivam a partir do acesso, tratamento e, em alguns aspectos identificados na investigação, voltados ao uso de informações governamentais. Nos casos estudados, percebe-se particular dedicação dos agentes sociais da SCO em formar e capacitar os cidadãos para o acesso e uso de informações que possibilitam o monitoramento e fiscalização das ações governamentais, o que implica, muitas das vezes, em responsabilização dos Governos e auxílio no combate à corrupção.

Ao consultar a literatura, identificaram-se os principais conceitos acerca do comportamento de busca de informação, verificando-se que a interação humana com a informação permeia o pleno exercício da cidadania, a partir da busca, da recuperação, do tratamento, da interação e do uso dos recursos de informação. Neste sentido, ao explorar e discutir o arcabouço teórico acerca do comportamento de busca de informação e da abordagem do “horizonte de informação”, explorando os principais conceitos que fundamentaram a sua proposição, suas fragilidades e possíveis contribuições (objetivo específico “b” desta pesquisa), obteve-se o aporte teórico que sustentou esta investigação, particularmente no tocante ao detalhamento procedimental e os passos para coleta e análise das condições de busca e recuperação de informação dos agentes sociais.

Neste cenário, ao explorar as etapas, fluxos e processos por quais os agentes sociais passam para buscar informações, foi possível identificar certos padrões e preferências, de acordo com as necessidades e recursos de informação, bem como a percepção dos agentes sociais acerca dos seus próprios processos de busca. Os agentes sociais estudados apontam 26 recursos de informação com os quais interagem, recuperam, refletem sobre, estabelecem diferentes interconexões e analisam os dados coletados, ora em um processo de ida em volta, ora em processo sequencial.

A pesquisa revela que os portais governamentais e os especialistas são os recursos mais acessados/consultados, assim como a principal necessidade informacional é por dados orçamentários. Nos casos estudados, a Internet é a plataforma essencial e primordial para a recuperação da informação, ocupando papel central no processo ao viabilizar serviços tais como *e-mail*, grupos de discussão *online* etc.; e também produtos como aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas

e chamadas de voz para *smartphones*, para conversação *online* etc. As ferramentas de comunicação, tais como telefone e celular, também aparecem como ferramentas de recuperação de informação.

Os agentes sociais identificam fragilidades nos recursos informacionais, mas não dispõem de outras fontes ou ferramentas e, quando necessário, constroem, elaboram e desenvolvem seus próprios mecanismos e produtos de recuperação, de modo a transpor barreiras de formato, linguagem e forma de apresentação das informações. Estes dados oferecem subsídios importantes para o mapeamento do “horizonte de informação”, visto que cada agente social, a partir de sua atuação individual, movido por necessidades e interação com recursos de informação, comporta-se de maneira diferente em suas buscas de informação respondendo às **situações** e **contexto** em que está inserido, conforme postulado nos estudos sobre comportamento de busca de informação.

Ao discutir os principais conceitos e elementos que caracterizam a participação em iniciativas de Governo Aberto (objetivo específico “c” deste estudo), tem-se os subsídios para compreender as barreiras, desafios e motivações que impulsionam a sociedade civil organizada a atuar de modo a possibilitar que os cidadãos participem da tomada de decisão governamental. A pesquisa revela que os agentes sociais apresentam distintas motivações para participar e buscar incidir na tomada de decisão governamental, quer pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade que tem suas próprias preocupações, quer a partir de interesses pessoais e coletivos, até a possibilidade de transpor as barreiras e desafios à participação, resultando em sua atuação política junto à população.

Ao analisar as características do comportamento de busca de informação e as formas de participação dos agentes sociais e seus posicionamentos frente à gestão governamental, enquanto cidadãos, foi possível responder às questões problema desta investigação, uma vez que podem ser estabelecidas relações e situá-los em um (ou mais) dos degraus da Escada de Participação. A partir das respostas dos agentes sociais, é possível posicioná-los no estágio mais alto na referida Escada, ou seja, o estágio de Poder do Cidadão, estabelecendo canais e possibilidades de parceria e delegação de poder entre SCO e Governo para a tomada de decisão sobre as políticas públicas de interesse do cidadão. No entanto, devido às limitações da pesquisa não se pode afirmar que esta distribuição de poder na tomada de decisão de fato ocorra no contexto brasileiro. Tal aspecto pode ser como tema de um futuro estudo.

Pode-se afirmar, portanto, que a informação é recurso indispensável para aqueles que atuam em iniciativas de Governo Aberto e que o contexto e as situações, necessidades, assim como a interação com os recursos de informação, impactam no comportamento de busca de informação dos agentes sociais e, conseqüentemente, em suas formas de participação enquanto cidadãos. Desta forma, estudos futuros devem ser realizados para analisar as condições de processamento, tratamento e uso da informação recuperada, assim como as relações cognitivas e metodologias adotadas pelos interessados no contexto do Governo Aberto, quer sejam eles agentes da sociedade civil organizada, da esfera governamental, quer sejam cidadãos comuns.

Sugere-se a realização de estudos diretamente com os usuários das entidades da SCO, para descobrir as necessidades informacionais dos principais afetados por seus serviços e produtos, ou seja, os cidadãos, de modo a explorar as estratégias de busca de informação, acesso e uso de dados e informações governamentais para o efetivo exercício da cidadania e participação na gestão governamental. Recomenda-se verificar se a necessidade por dados orçamentários se repete em outros países, assim como se as estratégias de busca e recuperação de informação são as mesmas adotadas em outros contextos, na esfera governamental por exemplo. Além disso, considera-se importante verificar e analisar as políticas de informação das entidades e como estas orientam a atuação dos agentes sociais.

Acredita-se que é oportuno explorar também as condições da distribuição de poder junto aos cidadãos e, a partir da apresentação das relações entre o comportamento informacional dos cidadãos e a efetiva participação em iniciativas de Governo Aberto, identificar as possibilidades de aprimoramento das relações e atuação das entidades no sentido de mobilização e empoderamento das pessoas a partir do uso da informação e da promoção da participação cidadã. Sugere-se, ainda, a realização de estudos sobre os regimes de informação e as infraestruturas de informação disponibilizadas pelo Estado e as possíveis relações em uma economia política de informação, analisando se os governos oferecem os recursos mínimos, espaços e as condições necessárias que possibilitem a participação na tomada de decisão governamental.

Considerando-se que os dados apontam que a abordagem do “horizonte de informação” é capaz de tornar explícitas as necessidades e preferências, assim como o percurso e os principais recursos de informação dos agentes sociais, recomenda-se

a utilização da abordagem em estudos de usuários de informação disponibilizadas pelas próprias entidades. Sugere-se ainda a verificação das necessidades, dos recursos e das preferências do cidadão comum, buscando o constante aprimoramento dos produtos e serviços que oportunizam a participação cidadã na gestão democrática. Pondera-se que, ao utilizar tal abordagem em estudos futuros, a coleta dos dados deva ser feita de forma presencial, pois o resultado da coleta via *Skype*® e *Drawing*® foi consideravelmente diferente dos resultados obtidos durante as entrevistas *in loco*, conforme ocorreu com o Agente Social 4 (ANEXO D). No entanto, não é possível afirmar com clareza, pois o próprio agente social citado, ao ser questionado sobre seu posicionamento no desenho, afirmou que não se vê de forma bidimensional.

Conclui-se que o acesso à informação, por meio de canais e recursos de informação consolidados, assim como o envolvimento na elaboração de produtos e serviços oferecidos pelas entidades da SCO, possibilitam a participação em iniciativas de Governo Aberto. Assim, ao buscar fortalecer tais iniciativas, tem-se a possibilidade de aprimorar a gestão governamental, assim como a sociedade como um todo pode alcançar os estágios mais altos da Escada de Participação.

REFERÊNCIAS

ABOUT ISIC... Institute of Information and Library Science of the Jagiellonian University. 2016. Disponível em: <<http://www.isic2018.com/>> Acesso em: 19 dez. 2017.

AGENTE SOCIAL 1. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Piracicaba, 30 ago. 2017.

AGENTE SOCIAL 2. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** São Paulo, 31 ago. 2017.

AGENTE SOCIAL 3. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** São Paulo, 31 ago. 2017.

AGENTE SOCIAL 4. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** *Online*, 1 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 5. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** São Paulo, 5 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 6. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** São Paulo, 5 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 7. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Brasília, 6 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 8. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Brasília, 6 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 9. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Brasília, 6 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 10. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Brasília, 6 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 11. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Brasília, 6 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 12. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Contagem, 12 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 13. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Contagem, 12 set. 2017.

AGENTE SOCIAL 14. **Entrevista concedida para coleta de dados da pesquisa.** Piracicaba, 26 set. 2017.

AMICHAH-HAMBURGER, Y. *et al.* Psychological factors behind the lack of participation in online discussions. **Computers in Human Behavior**, v. 55, Part A,

2016. p. 268-277. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563215301400>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

ARNSTEIN, S. R. A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, v. 35, No. 4, July 1969, p. 216-224. Disponível em: <http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation_en.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2017.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, nov. 2012. p. 383-398. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 630, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

BAKA, V. Co-creating an open platform at the local governance level: How openness is enacted in Zambia. **Government Information Quarterly**, v. 34, n. 1, 2017. p. 140-152. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X1630199X>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BATES, M. J. Information behaviour. In: **Encyclopedia of Library and Information Sciences**. v. 3, 3. ed. Marcia J. Bates e Mary Niles Maack (Eds). Nova Iorque: CRC, 2010. p. 2381- 2391. Disponível em: <<https://pages.gseis.ucla.edu/faculty/bates/articles/information-behavior.html>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BELLIX, L.; GUIMARÃES, C. B. S.; MACHADO, J. Qual conceito de Governo Aberto? Uma aproximação aos seus princípios. In: CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS (GIGAPP), 7., 2016, Madrid, Espanha, 2016. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7GMd_2rvziEeE1ILTR3VDVnaWM/view>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BOBBIO, N. *et al.* (Org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BONSÓN, E.; ROYO, S.; RATKAI, M. Citizens' engagement on local governments' Facebook sites. An empirical analysis: The impact of different media and content types in Western Europe. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 1, 2015. p. 52-62. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X14001567>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. EDITAL N. 1/2015. SELEÇÃO DE ENTIDADES CIVIS PARA PARTICIPAREM DE GRUPO DE TRABALHO TEMÁTICO VOLTADO PARA O ASSESSORAMENTO DO GRUPO EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL GOVERNO ABERTO - BIÊNIO 2015-2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 2015. Seção 3, n. 166, p. 2-3.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **RESOLUÇÃO Nº 1**, de 18 de novembro de 2014. Institui Grupo de Trabalho temático da sociedade civil para assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto. Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/central-de-conteudo/documentos/arquivos/resolucao-institui-gt-ge-ciga-2014.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 5 jun. 2017.

BRITO, K. dos S. *et al.* Brazilian government open data: implementation, challenges, and potential opportunities. In: ANNUAL INTERNATIONAL CONFERENCE ON DIGITAL GOVERNMENT RESEARCH, 15., 2014, Aguascalientes, Mexico. **Anais eletrônicos...** Nova Iorque: ACM, 2014. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2612770>>. Acesso em: 7 abr. 2016.

CALDERÓN, C.; LORENZO, S. Introducion. In: ____ (Coord.). **Open Government: gobierno abierto**. Alcalá la Real: Algón Editores, 2010.

CARIDAD SEBASTIÁN, M.; MARTÍNEZ CARDAMA, S. Gobierno y Parlamento abierto: la participación ciudadana en el tratamiento y visualización de la información pública, **Rev. Interam. Bibliot.**, v. 39, n. 1, p. 47-56, 2016. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=112148322>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

DANIEL, S. E.; LAWRENCE, R. L.; ALIG, R. J. Decision-making and ecosystem-based management: applying the Vroom-Yetton model to public participation strategy. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 16, n. 1, 1996. p. 13-30. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0195925595001050>>. Acesso em: 3 out. 2017.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, 1986. Disponível em: <<http://tefkos.comminfo.rutgers.edu/Courses/612/Articles/zennedervinnilan86arist.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2017.

DUARTE, N. P.; KORELO, J. C. A utilização do protocolo verbal *think aloud* para rastreamento de processos em pesquisas sobre a tomada de decisão do consumidor. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, v. 16, n. 3, jul./set., 2017. Disponível em: <http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/3509/pdf_320>. Acesso em: 16 out. 2017.

DUDZIAK, E. A.; FERREIRA, S. M. S. P.; FERRARI, A. C. Competência informacional e midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, 2017. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/22624>>. Acesso em: 12 Jun. 2017.

FERREIRA, S. M. S. P. Design de biblioteca virtual centrado no usuário: a abordagem do sense-making para estudo de necessidade e procedimentos de busca e uso da informação. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, 1997. p. 1-4. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/5857>>. Acesso em: 13 Jun. 2017.

FOTI, J. Independent Reporting Mechanism: technical paper 1. OGP; IRM, [2014]. Disponível em: <http://www.opengovpartnership.org/sites/default/files/attachments/Technical%20paper%201_final.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 39 n. 1, jan./abr., 2010. p.21-32. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

HARRISON, T. M.; SAYOGO, D. S. Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, 2014. p. 513-525. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X14001270>>. Acesso em: 3 out. 2017.

HARTEL, J. Information behaviour, visual research, and the information horizon interview: three ways. **Information Research**, v. 22, n. 1, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.informationr.net/ir/22-1/colis/colis1635.html>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

HEREDIA, B. M. A de; BEZERRA, M. O.; PALMEIRA, M. Introdução. In: HEREDIA, B. M. A. de et. al. **Política, governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. [Rio de Janeiro]: 7 Letras, [2012]. p. 5-29.

HERNÁNDEZ SALAZAR, P. *et al.* Análisis de modelos de comportamiento en la búsqueda de información. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, jan./abr., 2007. p. 136-146.

HUVILA, I. Analytical information horizon maps. **Library & Information Science Research**, v. 31, 2009. p. 18–28. DOI: 10.1016/j.lisr.2008.06.005. Acesso em: 7 maio 2017.

KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviços sociais**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba, PR: IBPEX, 2011.

KAUCHAKJE, S. Participação social no Brasil diante da desestruturação das políticas sociais: novas configurações da sociedade civil organizada emancipação como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Emancipação**, v. 2, n. 1, 2002. p. 159-176.

KUHLTHAU, C. C. Inside de Search Process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, DC, v. 42, n. 5, 1991. p. 361-371. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/harryb/courses/INFO310/Kuhlthau.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2017.

LINDERS, D. From e-government to we-government: Defining a typology for citizen coproduction in the age of social media. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 4, 2012. p. 446-454. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X12000883>>. Acesso em: 3 out. 2017.

MAJUMDAR, S. R. The case of public involvement in transportation planning using social media. **Case Studies on Transport Policy**, v. 5, n. 1, 2017, p. 121-133. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213624X1630075X>>. Acesso em: 3 out. 2017.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.1, jan./mar. 2011. p.65-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n1/a05v16n1.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

MARTINS, P. L. Acesso à Informação : um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, no 1, 2011. p. 233-244. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/381/381>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

MEIJER, A. E-governance innovation: Barriers and strategies. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 2, 2015. p. 198-206. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X15000192>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

NAM, T. Suggesting frameworks of citizen-sourcing via Government 2.0. **Government Information Quarterly**, v. 29, n. 1, 2012. p. 12-20. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X11001092>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

NEVES, O. M. de C. Evolução das políticas de Governo Aberto no Brasil. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, Painel 25/092 Princípios, conquistas e desafios de Governo Aberto no Brasil, 6, 2013. **Anais eletrônicos**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/943>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

OCDE. OECD Guiding Principles for Open and Inclusive Policy Making. In: EXPERT MEETING ON “BUILDING AN OPEN AND INNOVATIVE GOVERNMENT FOR BETTER POLICIES AND SERVICE DELIVERY”. **Background document for session 1**. Paris, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/46560128.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

OPEN GOVERNMENT DECLARATION. Open Government Partnership. 2011. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/about/open-government-declaration>>. Acesso em 25 maio 2016.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP. 2011. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org/about>>. Acesso em 4 jun. 2017.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

PERES, U. D. A participação social como dimensão para o planejamento e orçamentação públicos. In: CADERNO de formação : agentes de Governo Aberto. 2016.

PERRIT JR., H. H. Special feature: Open Government. **Government Information Quarterly**, v. 14, n. 4, 1997. p. 397-406.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 dez. 2017.

PRIETO-MARTIN, P.; RAMIREZ-ALUJAS, A. Characterizing Citizen Participation within Open Government. **Revista Del Clad Reforma Y Democracia**, n. 58, 2014. p. 61. Acesso em: 3 abr. 2017.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. O que são dados abertos?. [2017]. Disponível em: <<http://dados.gov.br/paginas/dados-abertos>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

RAMÍREZ-ALUJAS, A. V. Gobierno abierto es la respuesta: ¿cuál era la pregunta? **Más Poder Local**, Madrid, n. 12, set. 2012. Disponível em: <<http://www.maspoderlocal.es/ediciones/redes-sociales-y-gobernanza-no12/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

ROWE, G. FREWER, L. J. A typology of public engagement mechanisms. **Science, Technology, & Human Values**, v. 30, n. 2, 2005. Disponível em: <[10.1177/0162243904271724](http://dx.doi.org/10.1177/0162243904271724)>. Acesso em: 7 jan. 2017.

SALIM, F.; HAQUE, U. Urban computing in the wild: A survey on large scale participation and citizen engagement with ubiquitous computing, cyber physical systems, and Internet of Things. **International Journal of Human-Computer Studies**, v. 81, 2015. p. 31-48. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1071581915000488>>. Acesso em: 3 out. 2017.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, v. 77, n. 2, 2007. p. 109-132. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/517840?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 1 maio 2017.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. New York: Scarecrow, 2008.

SAVOLAINEN, R.; KARI, J. Placing the Internet in information source horizons: a study of information seeking by Internet users in the context of self-development. **Library & Information Science Research**, v. 26, 2004. p. 415–433. DOI: 10.1016/j.lisr.2004.04.004. Acesso em: 7 maio 2017.

SILVA, C. M. C. **Uso de mídia social governamental para promover engajamento entre cidadãos e governo federal**. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Ciências, Artes e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (Coord.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

SONNENWALD, D. H. Evolving Perspectives of Human Information Behavior: Contexts, Situations, Social Networks and Information Horizons. In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN INFORMATION NEEDS, 2. **Proceedings**. Taylor Graham, 1999. p. 176-190. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/7971/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SONNENWALD, D. H.; WILDEMUTH, B. M.; HARMON, G. L. A research method to investigate Information Seeking using the concept of Information Horizons : an example from a study of lower socio-economic students' Information Seeking Behavior. **The New Review of Information Behavior Research**, v. 2, 2001, p. 65-86. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/288051115_A_Research_Method_to_Investigate_Information_Seeking_using_the_Concept_of_Information_Horizons_An_Example_from_a_Study_of_Lower_Socio-economic_Students'_Information_Seeking_Behavior>. Acesso em: 5 jun. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. Presidency. **Memorandum on Transparency and Open Government**. Jan. 2009. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/cui/documents/2009-WH-memo-on-transparency-and-open-government.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

VALLÈS NAVARRO, R. *et al.* El Consejo Consultivo de Pacientes de Cataluña: la voz directa del paciente en las políticas de salud en Cataluña. **Medicina Clínica**, v. 145, Supplement 1, 2015. p. 27-30. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0025775315300348>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

VELJKOVIĆ, N., BOGDANOVIĆ-DINIĆ, S., STOIMENOV, L. Benchmarking Open Government: an open data perspective. **Government Information Quarterly**, v. 31, 2014, p. 278-290. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2013.10.011>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

WIJNHOFEN, F.; EHRENHARD, M.; KUHN, J. Open government objectives and participation motivations. **Government Information Quarterly**, v. 32, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.10.002>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

WILSON, T. D. Human information behaviour. **Information Science Research**, v. 3, n. 2, 2000. Disponível em: <http://inform.nu/Articles/Vol3/v3n2p49-56.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.

YU, H; ROBINSON, D. G. The new ambiguity of “Open Government”. **UCLA L. Rev. Disc.**, v. 59, 2012, p. 178-208. Disponível em: <http://www.uclalawreview.org/pdf/discourse/59-11.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ZAVATTARO, S. M.; FRENCH, P. E.; MOHANTY, S. D. A sentiment analysis of U.S. local government tweets: The connection between tone and citizen involvement. **Government Information Quarterly**, v. 32, 2015. p. 333–341. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X15000337>>. Acesso em: 3 out. 2017.

ZAVATTARO, S. M.; SEMENTELLI, A. J. A critical examination of social media adoption in government: Introducing omnipresence. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 257-264, 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X14000045>>. Acesso em: 3 out. 2017.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

1) Explicar o objetivo da pesquisa:

- a. verificar³⁷ as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira e sua relação com os degraus da “Escada de Participação”

2) Ler o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido

3) Ligar o gravador

4) Explicar a opção metodológica:

- a. “horizonte de informação”, que trata de uma representação gráfica, onde você desenha os recursos que normalmente acessa quando procura informações para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas para promoção da participação em iniciativas de Governo Aberto. Neste “horizonte de informação” você deve indicar quais recursos acessa primeiro, ou se você acessa vários simultaneamente, ou quais você prefere, entre outros aspectos.

5) Apresentar o contexto que norteia a coleta de dados:

- a. condições de buscas de informação para orientação da elaboração de produtos e serviços que oportunizam a participação nas iniciativas de Governo Aberto

6) Entregar os materiais:

- a. A4 (21cm x 29,7cm); A3 (29,7cm x 42cm) e Cartolina (50cm x 66cm); canetas coloridas e lápis;
- b. observar a orientação do papel.

³⁷ Após a defesa da dissertação, ocorrida em 15 de dezembro de 2017, a banca examinadora da pesquisa fez sugestões para alteração do objetivo geral. No entanto, não foram alterados o roteiro da entrevista, nem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em razão da impossibilidade de corrigir atos pretéritos.

7) Comportamento de busca de informação:

- a. *Pense em quando você, recentemente, precisou de informações para orientar a formulação de produtos e serviços (notícias/documentos atividades/eventos cursos) para oportunizar a participação em iniciativas de Governo Aberto, o que você fez?*
- b. Que tipo de informação você precisava?
- c. Por que essa informação era necessária? Qual tipo de produto ou serviço você estava desenvolvendo?
- d. Você consultou pessoas para auxiliá-lo na busca pela informação? **(ordem de consulta);**
- e. Qual(uais) recurso(s) você utilizou para encontrar a informação necessária? **(ordem de utilização);**
- f. Você ficou satisfeito com os resultados?
- g. Você seguiria o mesmo processo (se você precisasse de informações semelhantes em um momento posterior)?

8) Relações com a Escada de Participação:

- a. *Pense em quando você atuou recentemente frente à gestão governamental. Em que circunstâncias se deu a sua atuação?*
- b. de que forma a informação contribuiu para sua atuação?
- c. de que forma você participou?

9) Sobre a Entidade:

- a. Qual(is) o(s) principal(is) objetivos de sua entidade? Qual(is) a(s) área(s) de atuação? Qual a forma de constituição e representação?
- b. Indique os principais produtos, serviços, práticas e ações de sua entidade.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado(a) a participar da pesquisa acadêmica intitulada: “Comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira: a abordagem do ‘horizonte de informação’ no contexto da participação em iniciativas de Governo Aberto”. A pesquisa é orientada pela professora Dra. Patricia Zeni Marchiori, do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação.

O trabalho tem como objetivo geral: verificar³⁸ as características do comportamento de busca de informação dos agentes sociais das entidades da Sociedade Civil Organizada brasileira e sua relação com os degraus da “Escada de Participação”.

Neste estudo, estamos utilizando uma abordagem chamada de “horizonte de informação” que trata de uma representação gráfica, onde você desenha no papel as pessoas e outros recursos que você normalmente acessa quando procura informações para o desenvolvimento de suas atividades cotidianas para promoção da participação em iniciativas de Governo Aberto. Neste “horizonte de informação” você deve indicar quais fontes/recursos acessa primeiro, ou se você acessa vários simultaneamente, ou quais você prefere, entre outros aspectos.

Os benefícios relacionados com a sua participação são: permitir uma melhor compreensão sobre o comportamento de busca de informação dos agentes sociais para oportunizar a participação cidadã em iniciativas de Governo Aberto, assim como, após considerações acerca das condições de participação, explorar que relações podem ser identificadas entre o comportamento de busca de informação e os degraus da Escada de Participação propostos por Arnstein (1969).

Da participação:

- a) a sua participação é voluntária, sem nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras;
- b) as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome;

³⁸ Idem.

- c) a etapa de coleta constitui-se de dois processos: 1) entrevista, com tempo médio de duração entre 45 e 75 minutos, a qual será gravada em arquivos digitais; e 2) desenho de um mapa de suas fontes e recursos de informação, com entrega deste mapa ao final do processo de coleta de dados;
- d) os materiais utilizados durante o processo de coleta serão de responsabilidade da pesquisadora e você poderá, a qualquer tempo, solicitar cópia (digital ou impressa) do seu “horizonte de informação”;
- e) No caso específico de participação *online*, o entrevistado fará uso do recurso de editor de formas e imagens (*Paint*®, *Google Drawing*® ou similares) para ilustrar o seu “horizonte de informação”.

Da divulgação dos resultados da pesquisa:

- a) o nome da entidade a qual você está vinculado(a) poderá aparecer, mas em nenhum momento seu nome pessoal será identificado. Você, como respondente, receberá um código;
- b) os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas, assim como no repositório institucional da UFPR, o qual pode ser acessado por meio do *link*: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39784>;

Da desistência da participação:

- a) a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar o seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição.

Outras considerações sobre o Termo:

A pesquisadora não tem como prever, na totalidade, o efeito que cada pergunta pode causar, apesar destas não terem um cunho inquisidor, ou ainda, quaisquer formas de constrangimento.

Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone/ e-mail e o endereço da pesquisadora podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Estão garantidas todas as informações que você queira, antes, durante e depois do estudo. A pesquisadora Cristiane Sinimbu Sanchez, mestranda do PPGCGTI – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da UFPR, pode ser contatada nos endereços abaixo assinalados.

Eu, abaixo identificado(a) e assinado, li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo para o qual fui convidado(a) a participar. A explicação que recebi menciona todos os aspectos compreendidos pelo estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Nome completo: _____

Assinatura: _____

Pesquisadora: Cristiane Sinimbu Sanchez.

E-mail: cristiane.sinimbu@ufpr.br [REDACTED]

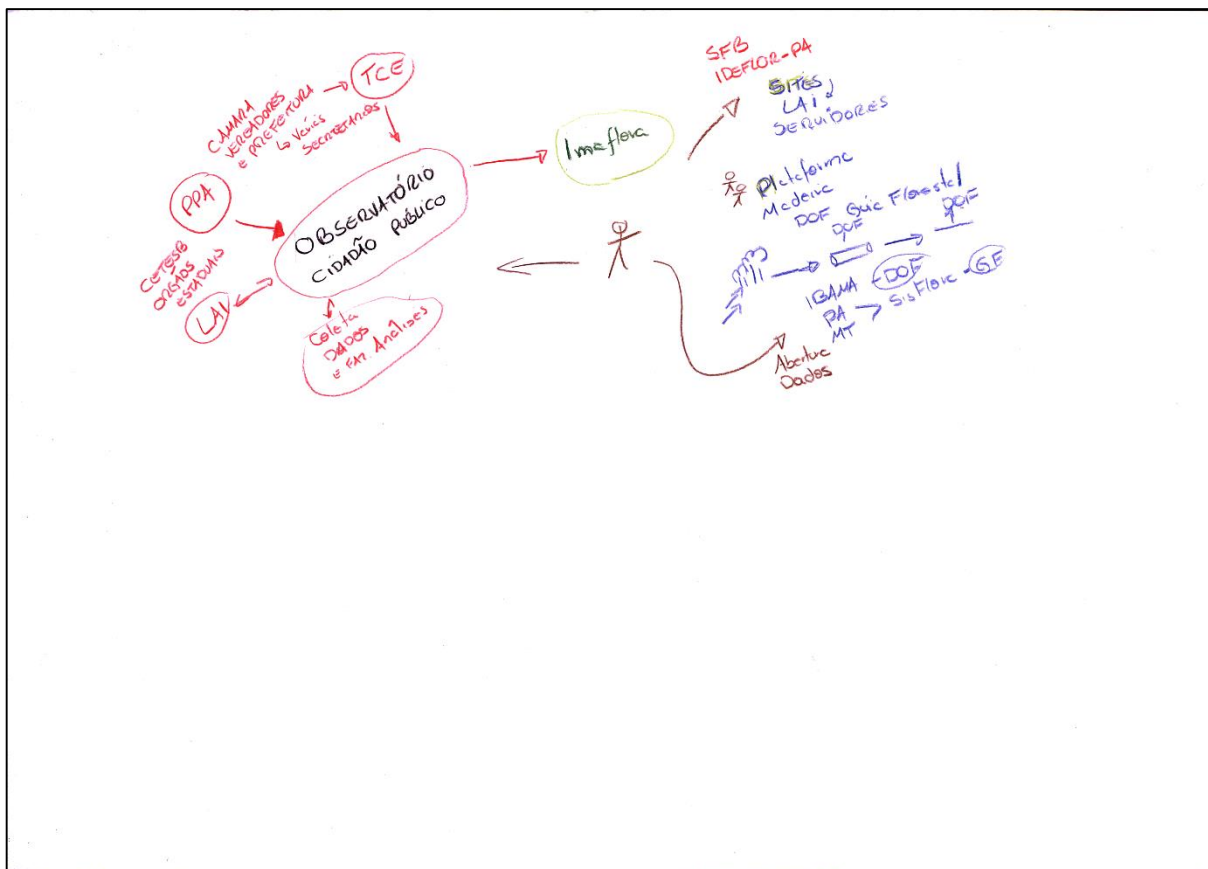
Telefone: [REDACTED]

Endereço: Rua Flávio Dallegrave, 1580 – Alto da XV. Curitiba, PR.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Zeni Marchiori. E-mail: pzeni@ufpr.br

Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação da Universidade Federal do Paraná (<http://www.ppgcgti.ufpr.br/alunos/mestrandos.html>)

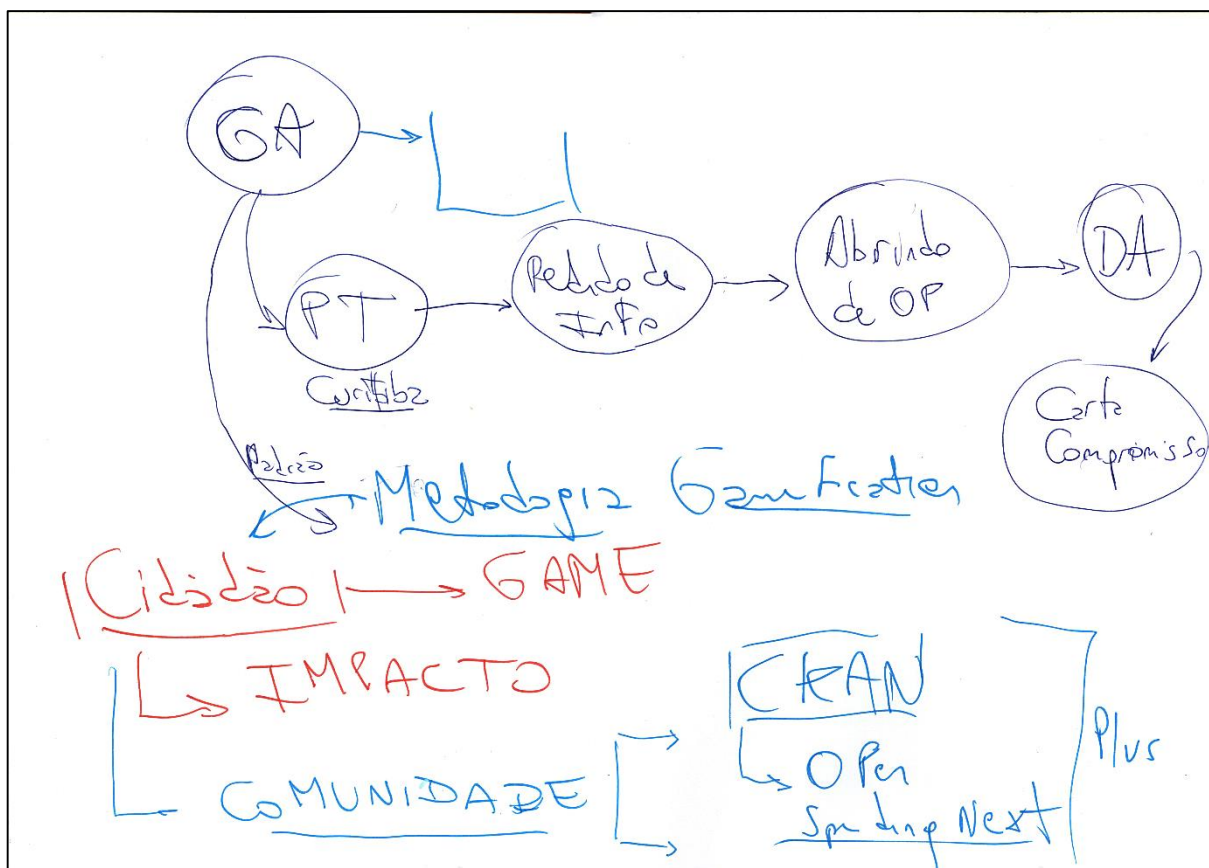
ANEXO A – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 1



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos. O nome do agente social foi apagado digitalmente.

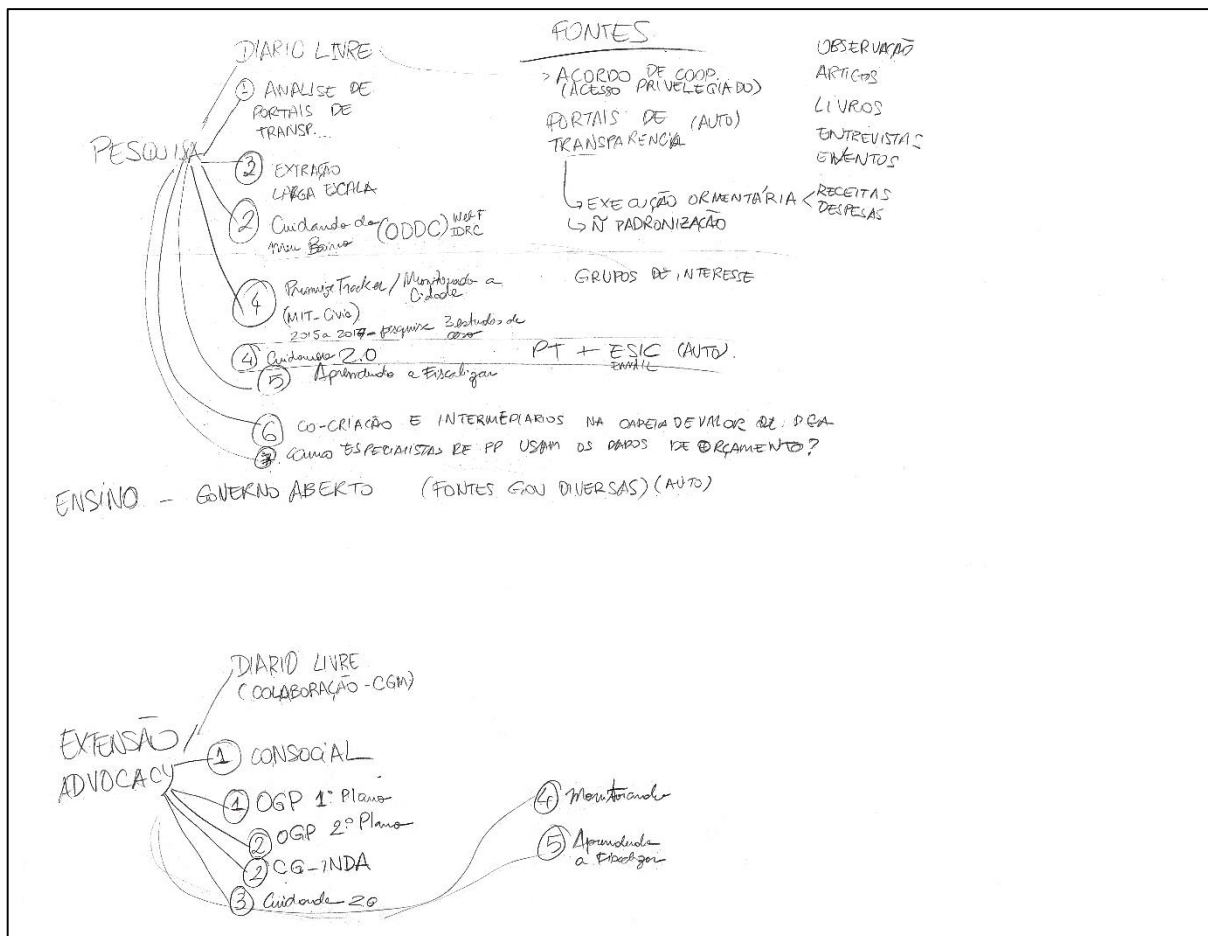
ANEXO B – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 2



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

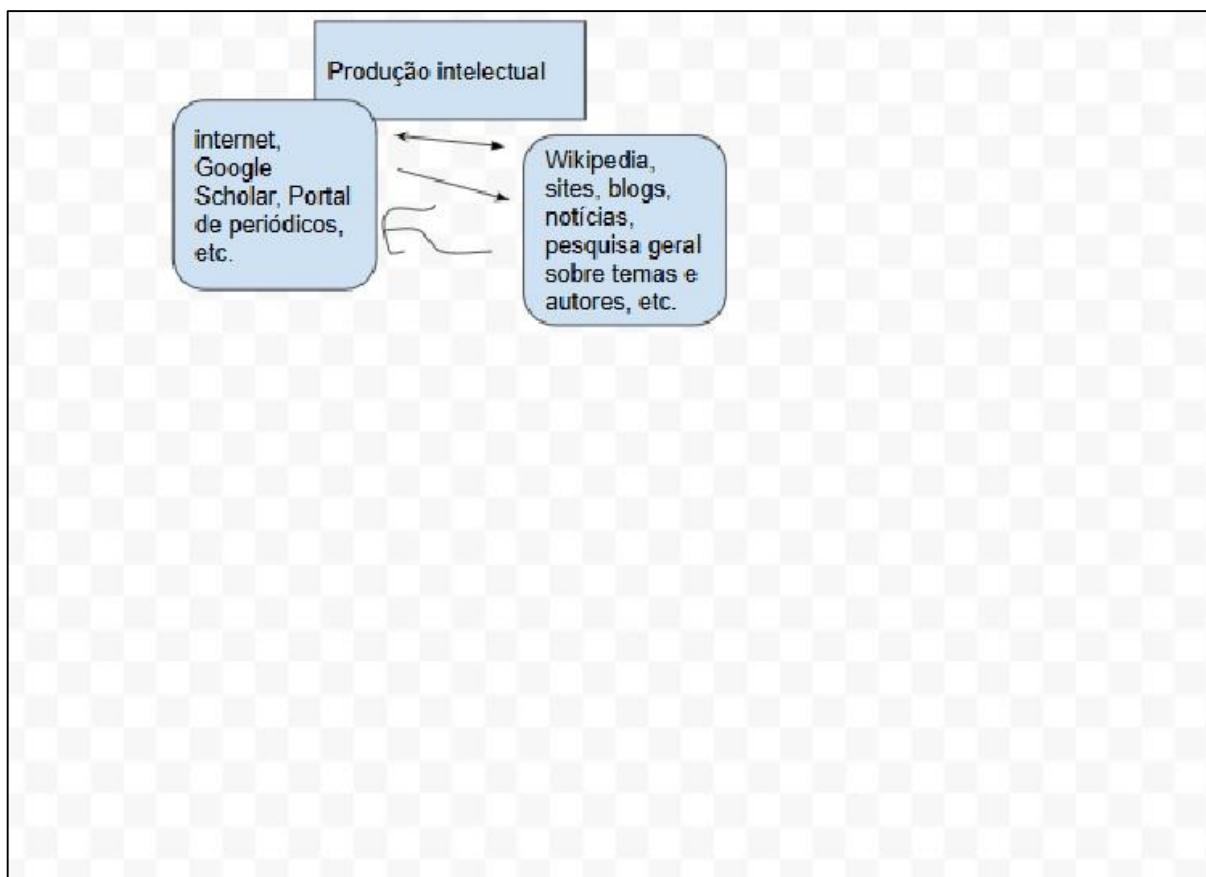
NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos. O nome do agente social foi apagado digitalmente.

ANEXO C – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 3



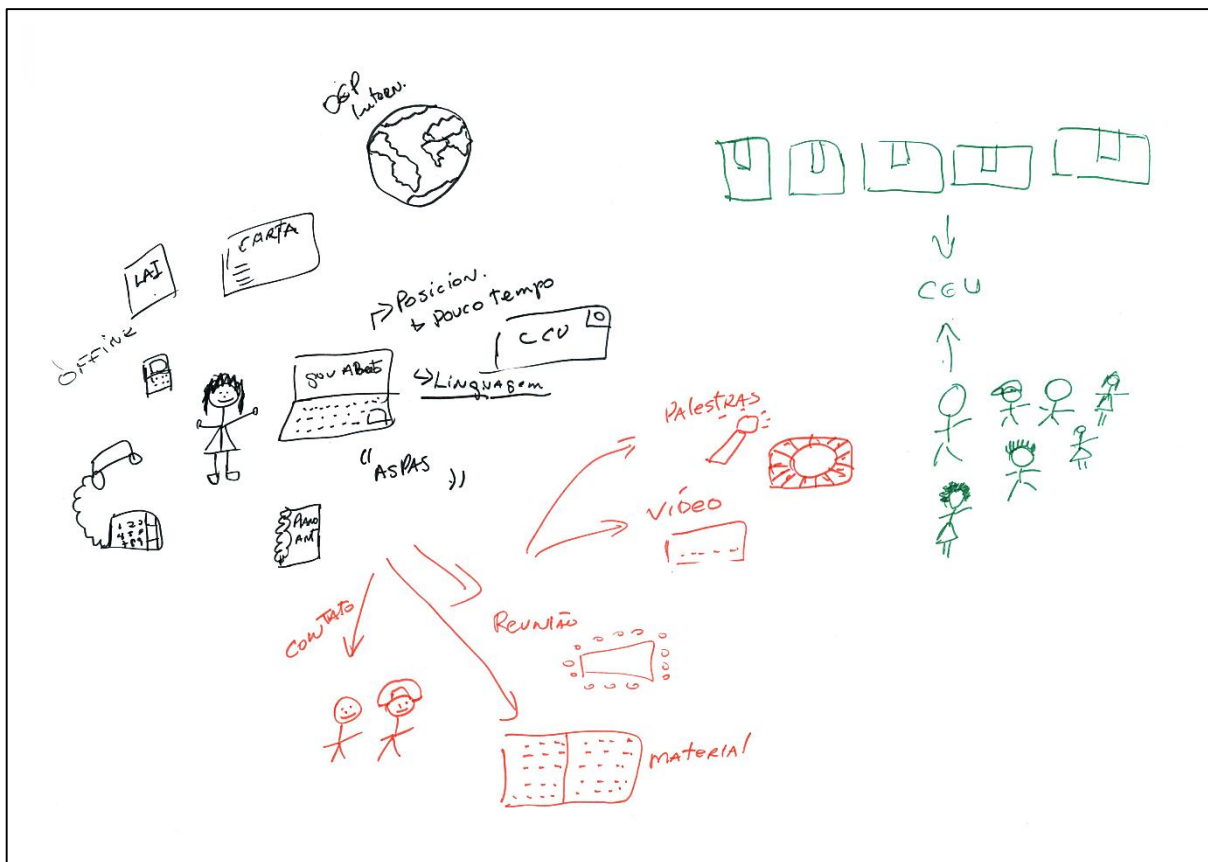
FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: cartolina. Orientação: paisagem. Lápis grafite. Imagem em máxima resolução para captação dos detalhes da representação.

ANEXO D – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 4

FONTE: Dados da pesquisa (2017).
NOTA: Realizado por meio do software *Google Drawing*®

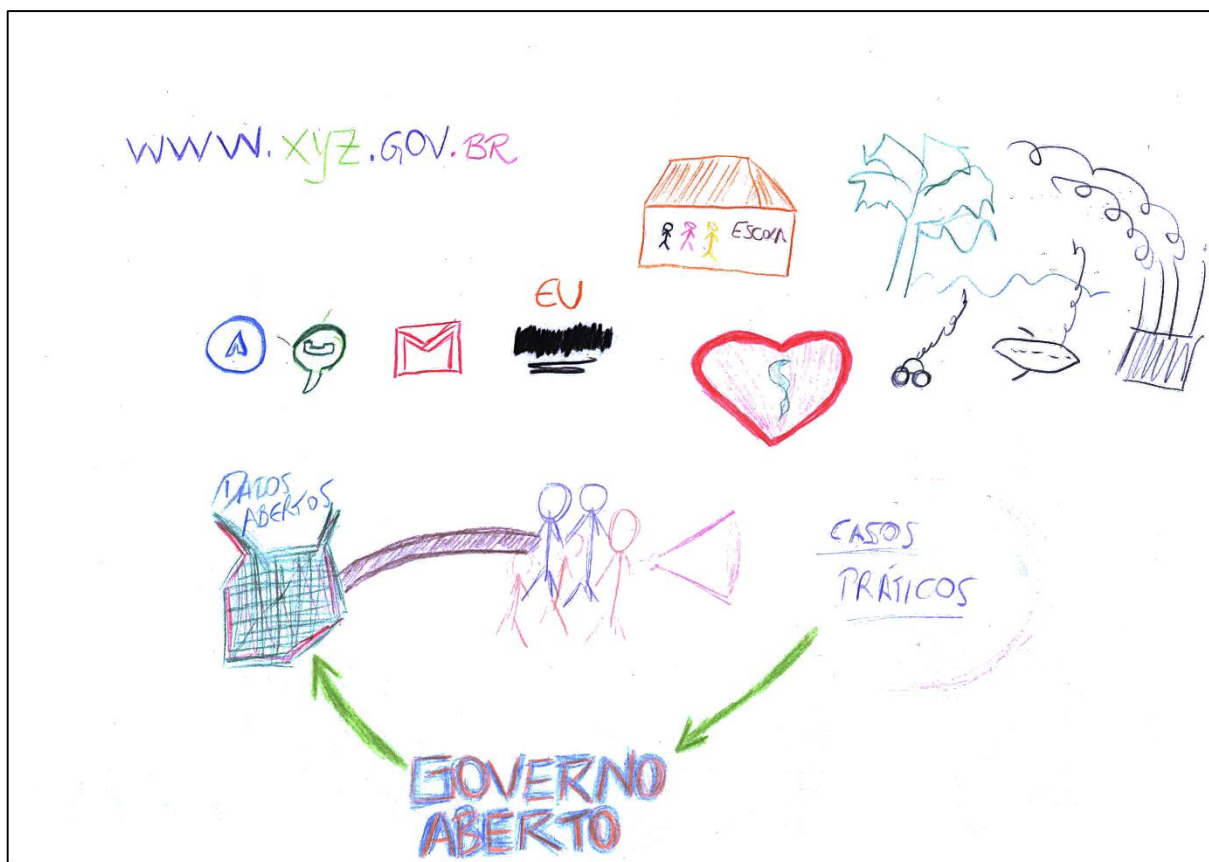
ANEXO E – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 5



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos.

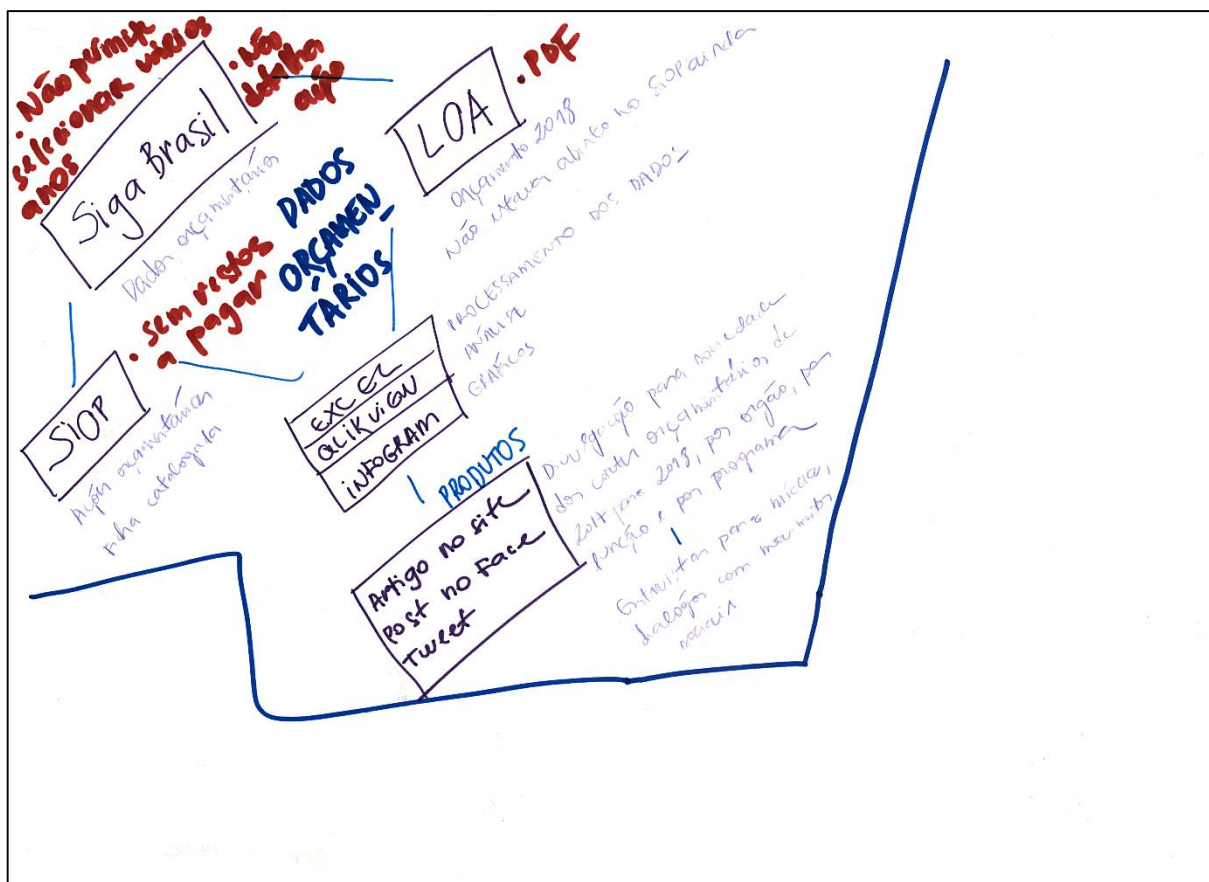
ANEXO F – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 6



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A4. Orientação: paisagem. Lápis coloridos. Imagem digitalizada com máxima resolução para captação dos detalhes do desenho.

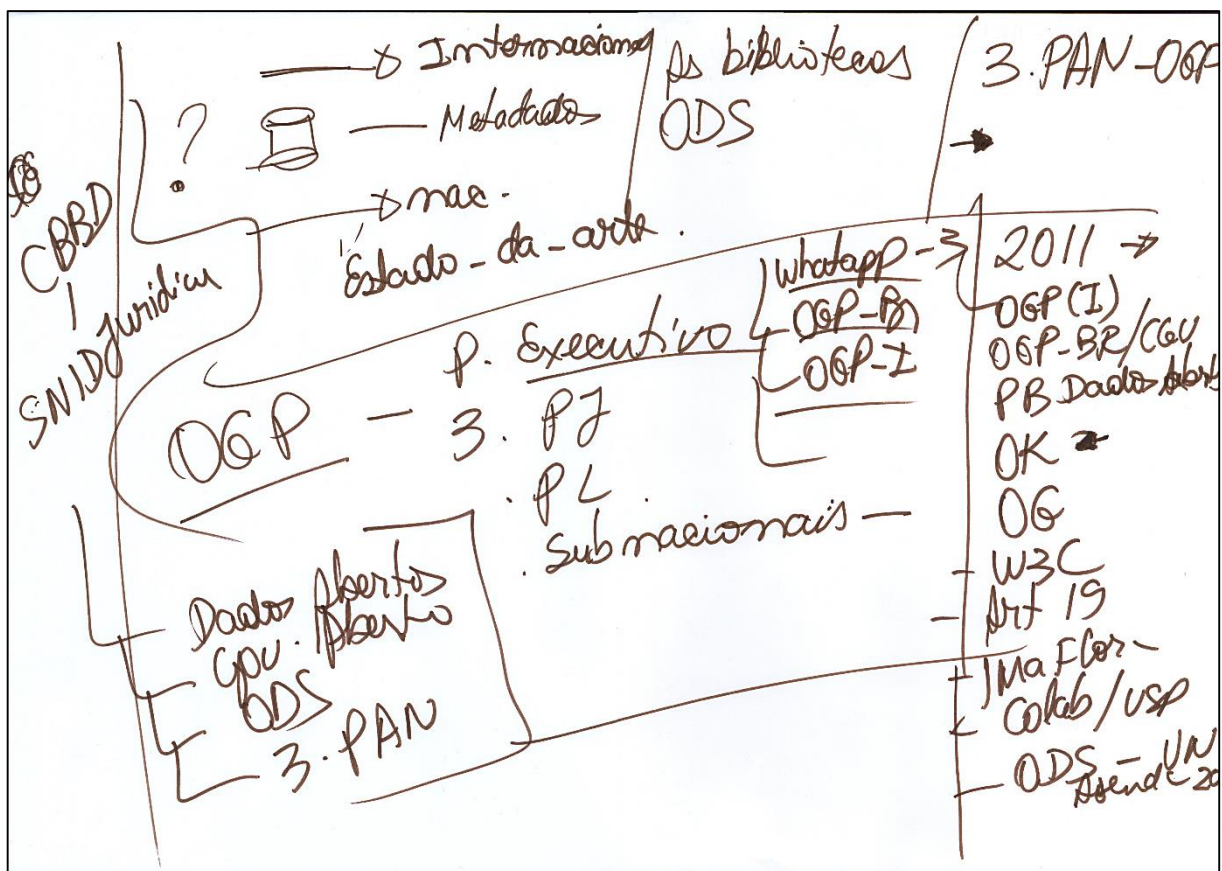
ANEXO G – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 7



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos.

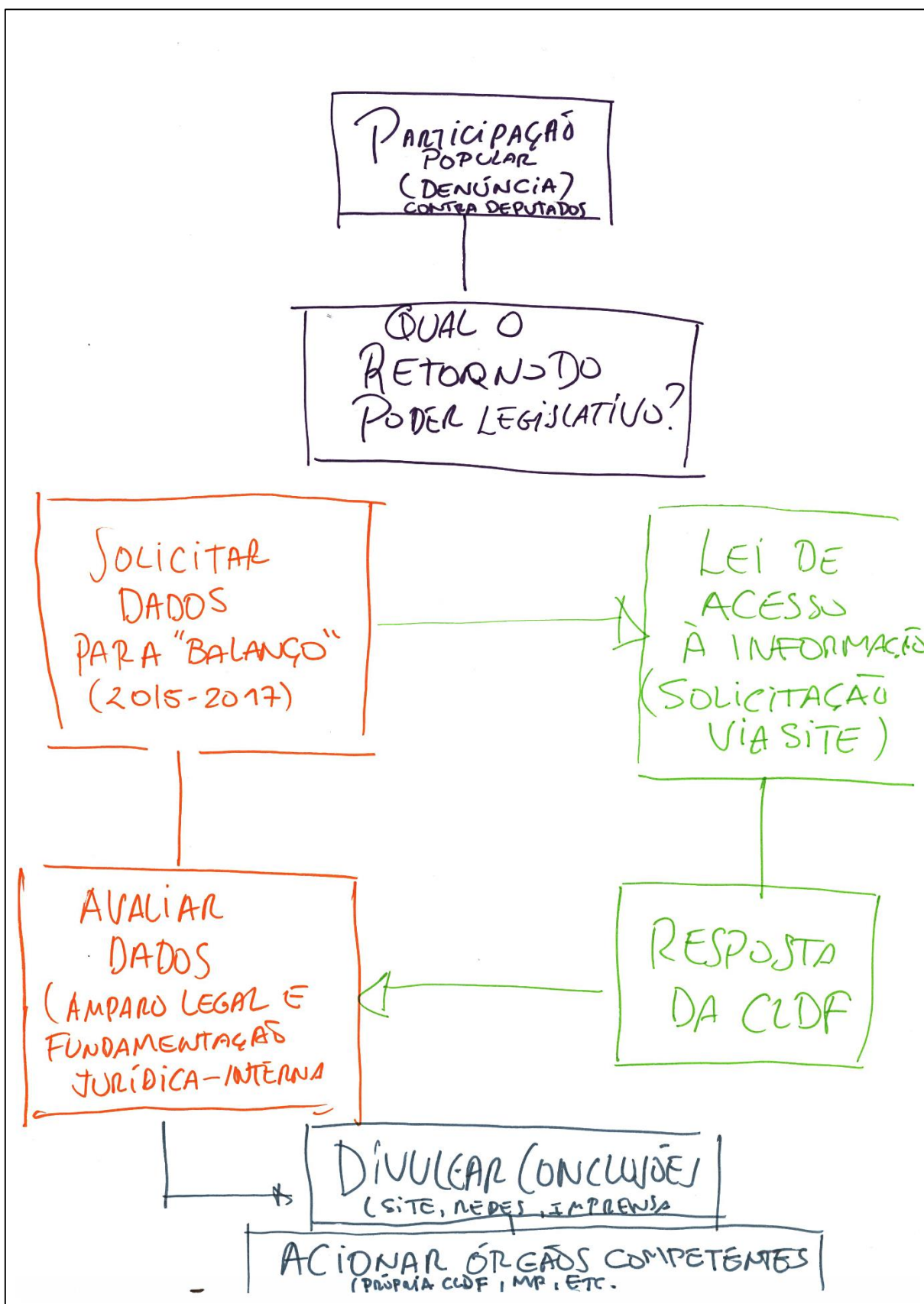
ANEXO I – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 9



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincel marrom.

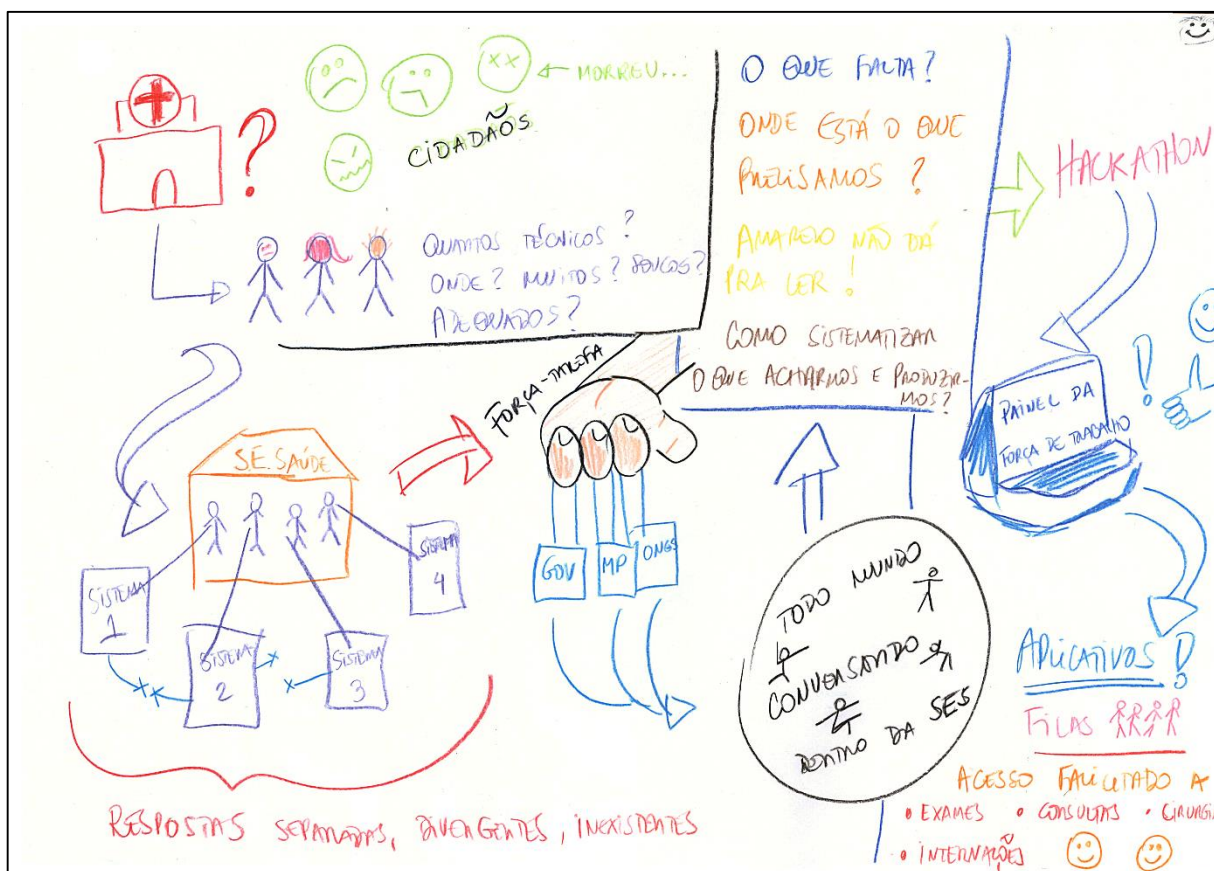
ANEXO J – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 10



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: retrato. Pincéis coloridos.

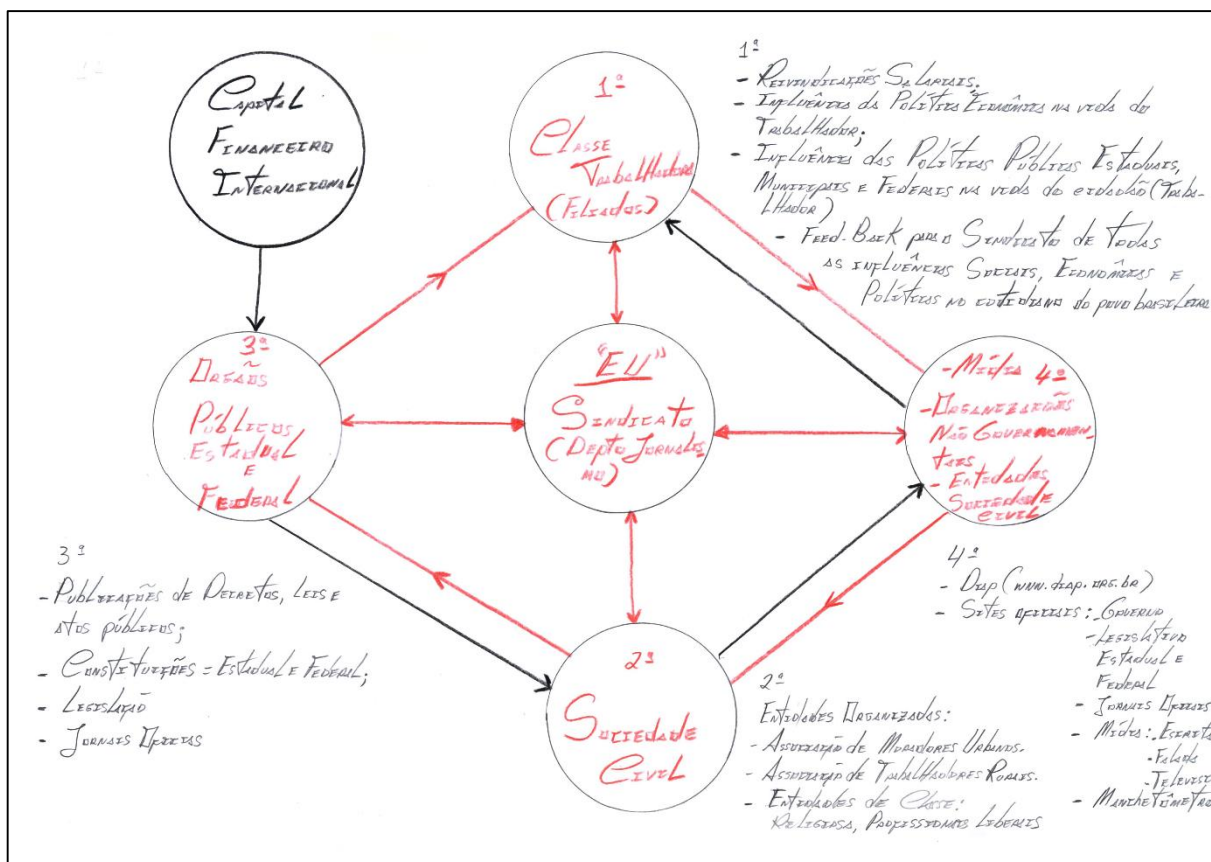
ANEXO K – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 11



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos.

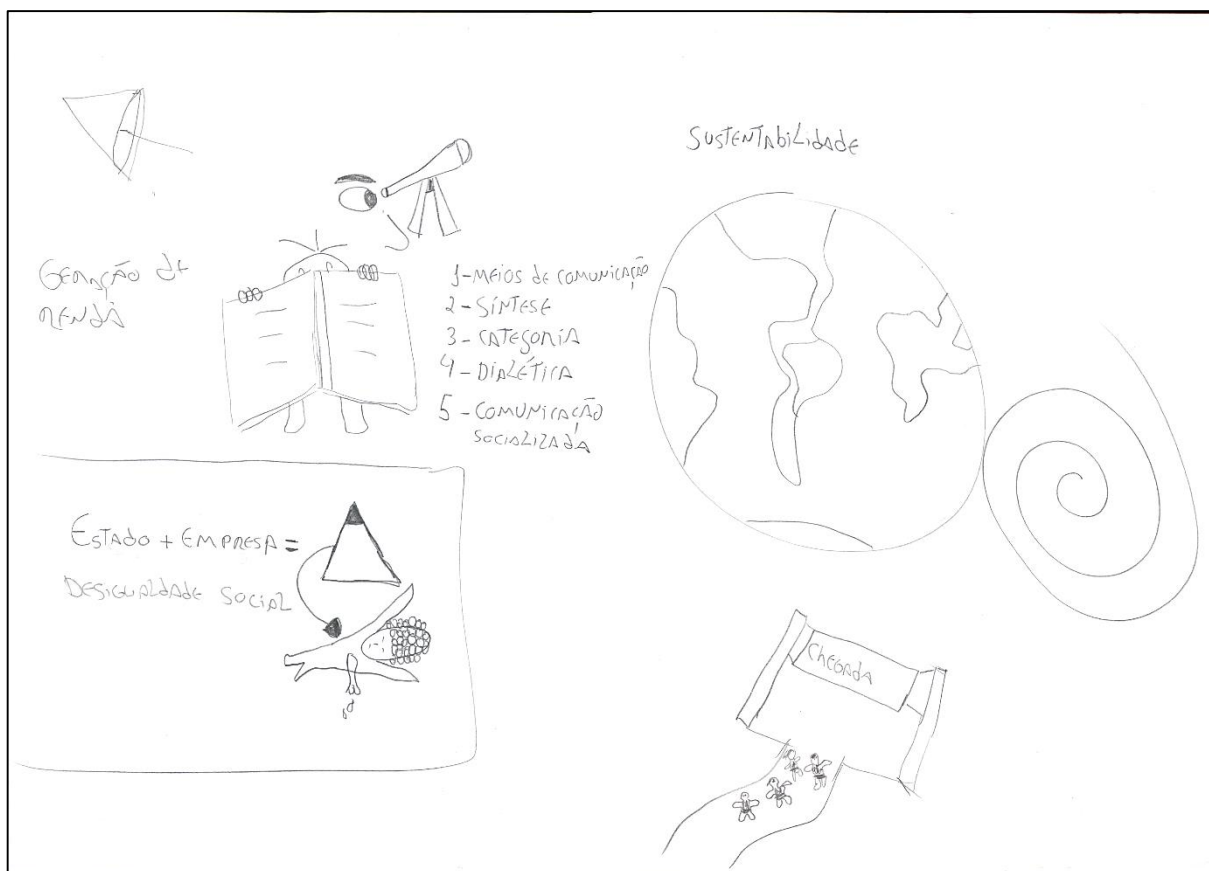
ANEXO L – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 12



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos.

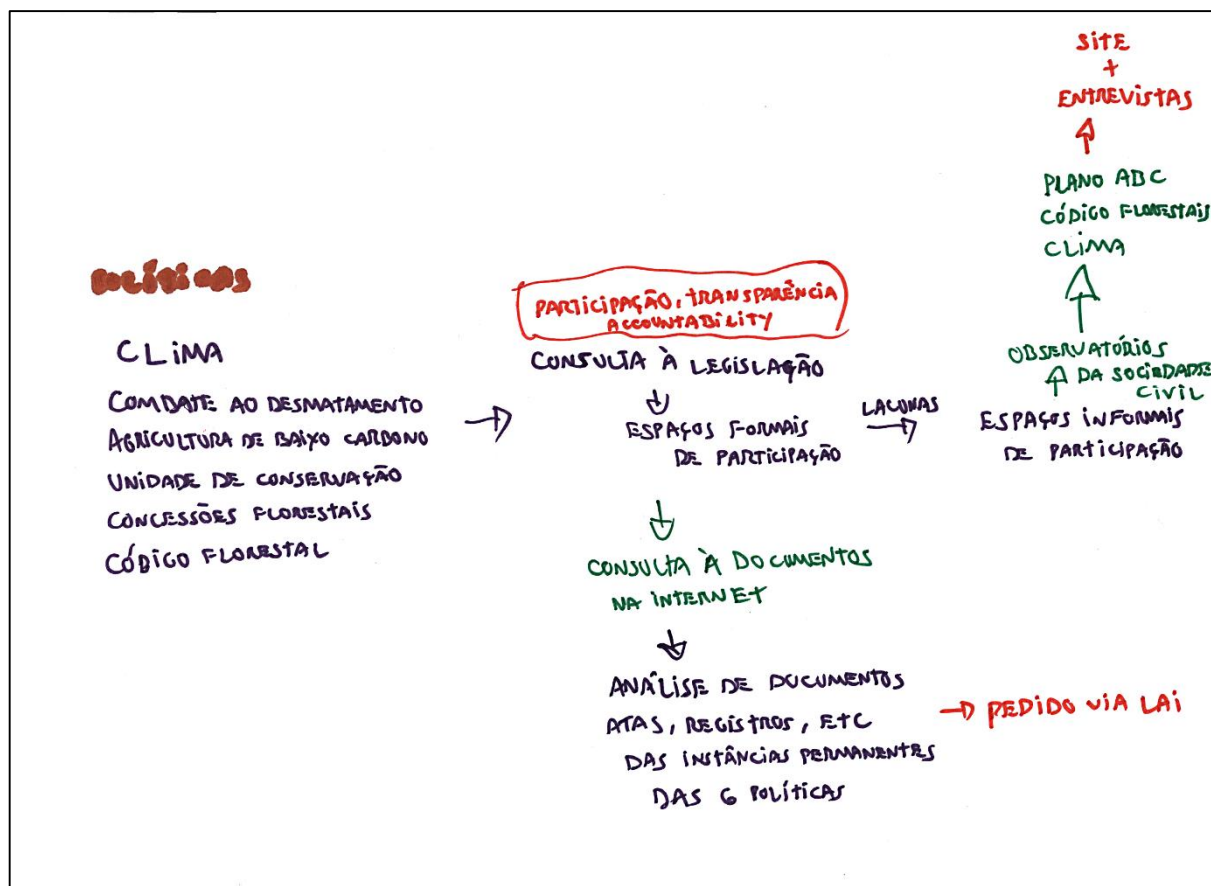
ANEXO M – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 13



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A3. Orientação: paisagem. Lápis grafite.

ANEXO N – “HORIZONTES DE INFORMAÇÃO” DO AGENTE SOCIAL 14



FONTE: Dados da pesquisa (2017).

NOTA: Tamanho do papel: A4. Orientação: paisagem. Pincéis coloridos.